



Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa

**Psicologia Experimental e Educação no
Brasil: do despontar dos discursos científicos
aos laboratórios e práticas de exame
psicológico nas escolas brasileiras**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof^a. Juliane Callegaro Borsa

Rio de Janeiro
Março de 2016



Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa

**Psicologia Experimental e Educação no
Brasil: do despontar dos discursos científicos
aos laboratórios e práticas de exame
psicológico nas escolas brasileiras**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Juliane Callegaro Borsa

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Flávia Sollero-de-Campos

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Francisco Teixeira Portugal

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de
Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de março de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2013. Em 2014 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como aluno de mestrado, tendo finalizado em 2016. Seus principais interesses de pesquisa se centram no campo da História e da Historiografia da Psicologia e na História da Ciência no Brasil.

Ficha Catalográfica

Rosa, Hugo Leonardo Rocha Silva da

Psicologia experimental e educação no Brasil: do despontar dos discursos científicos aos laboratórios e práticas de exame psicológico nas escolas brasileiras / Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa; orientador: Juliane Callegaro Borsa. – 2016.

136 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

CDD: 150

À Luiza Viana, minha grande companheira.

Agradecimentos

Aos meus pais, Teresa e Rui, por sempre acreditarem em mim.

À Luiza, por tornar essa caminhada menos solitária.

À minha orientadora, professora Juliane Callegaro Borsa, meus sinceros agradecimentos por ter aceito e orientado minha proposta de trabalho, e pelas ótimas experiências de monitoria e de pesquisa ao longo do mestrado que foram muito valiosas para a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Francisco Teixeira Portugal por todo o aprendizado desde a minha graduação. Agradeço também por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa, por todas as conversas, conselhos e as excelentes indicações de leitura que muito me auxiliaram nesse trabalho.

À professora Flávia Sollero, só tenho a agradecer pela gratificante experiência de auxiliar docente em história da psicologia e também por toda a atenção e apoio durante o percurso de mestrado.

Ao professor Arthur Ferreira pela ótima parceria e por acreditar no meu trabalho.

Aos queridos colegas do grupo APLab, especialmente à Natália e Joanna, que puderam compartilhar desse momento importante que foi o mestrado e também pelo tão caloroso apoio nos momentos de maior desafio do grupo.

Aos servidores do setor de Obras Gerais da Biblioteca Nacional pela ótima colaboração prestada ao longo dessa pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e também à CAPES por fornecerem a estrutura e o apoio financeiro necessários ao bom andamento da pesquisa.

Resumo

Rosa, Hugo Leonardo Rocha Silva da; Borsa, Juliane Callegaro. **Psicologia experimental e educação no Brasil: do despontar dos discursos científicos aos laboratórios e práticas de exame psicológico nas escolas brasileiras.** Rio de Janeiro, 2016. 136p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho é uma investigação histórica dos discursos e práticas de exame psicológico que se manifestaram no contexto da educação brasileira na virada do século XIX para o século XX. O levantamento de obras em psicologia publicados na segunda metade do século XIX e início do XX foi realizado na base da Internet Archive. Já as fontes primárias produzidas no Brasil foram levantadas na Biblioteca Nacional, no setor de Obras Gerais para livros e na Hemeroteca Digital para os textos publicados na imprensa brasileira. Primeiramente, será abordada a emergência da psicologia experimental na Europa a partir de algumas obras de época, discutindo questões que estavam em pauta entre os experimentalistas. Em um segundo momento, o texto se deterá em questões historiográficas da psicologia no Brasil, tratando de alguns problemas no campo ao mesmo tempo em que busca situar a psicologia experimental em uma pluralidade de discursos em torno de uma "psychologia". Por último, o texto trabalhará inserções da psicologia experimental na educação brasileira e como ela estava articulada a outros discursos e práticas que almejavam, por meio da educação do corpo e do espírito das crianças, a manutenção da ordem social e o progresso do país.

Palavras-chave

História da Psicologia no Brasil; Exame Psicológico nas Escolas; Historiografia da Psicologia no Brasil; História da Psicologia; Psicologia Experimental.

Abstract

Rosa, Hugo Leonardo Rocha Silva da; Borsa, Juliane Callegaro (Advisor). **Experimental Psychology and education in Brazil: from the dawn of the scientific discourses to the laboratories and psychological examination practices in Brazilian schools.** Rio de Janeiro, 2016. 136p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work is a historical research on discourses and practices of psychological examination that have emerged in the context of Brazilian education in the late nineteenth and early twentieth century. The documents published in the second half of the nineteenth and early twentieth century were sought on Internet Archive. The texts produced in Brazil were fetched in the National Library: the search for books took place in the "Obras Gerais" sector and all the articles from Brazilian press were found in "Hemeroteca Digital". First, we debate the emergence of experimental psychology in Europe from some works published at that time, analyzing issues that were on the agenda of experimentalists authors. After, it aims to discuss historiographical aspects of psychology in Brazil, dealing with some problems in the field at the same time it seeks to place experimental psychology in a plurality of speeches around a "psychologia". Finally, it discusses the presence of experimental psychology in Brazilian education and how it was articulated to other discourses and practices that crave for, through the body and spirit education of the children, the maintenance of the social order and the progress of the country.

Keywords

History of Psychology in Brazil; Psychological Examination in Schools; Historiography of psychology in Brazil; History of Psychology; Experimental Psychology.

Sumário

1. Apresentação e Introdução	10
2. Procedimentos metodológicos e observações de campo	18
3. Em direção às ciências naturais: psicologia moderna e os métodos experimentais de laboratório em fins do século XIX	27
3.1 Algumas considerações históricas preliminares	27
3.2. Psicologia, Fisiologia e os laboratórios: esboçando um panorama e algumas relações históricas	32
4. "Psychologia" no Brasil em fins do século XIX e início do XX: resgatando ensaios históricos e levantando alguns problemas	47
4.1. Psicologia no Brasil ou psicologia brasileira? Uma breve discussão sobre a questão da originalidade do conhecimento "psy" no Brasil	47
4.2. Além das instituições científicas e seus pioneiros: apontando outras possibilidades de narrativa histórica para a psicologia no Brasil	57
4.3. Considerações finais	72
5. Psicologia e educação em fins do século XIX e início do XX: esboçando relações históricas entre alguns discursos e as práticas de exame nas escolas	76
5.1. A psicologia na mídia brasileira: configurações distintas em meio a uma pluralidade de discursos	77
5.2. Atenção, crianças! Tenhamos vontade e cultivemos os bons hábitos: a produção de corpos pautada em uma representação sobre a natureza infantil	86
5.3. Laboratórios de psicologia experimental e a experimentação psicológica nas escolas: levantando discursos e práticas de exame e de "test" na educação brasileira	100
6. Considerações Finais	117
7. Referências bibliográficas	126

"Agora pergunto-lhes: o que se pode esperar do homem, sendo ele um ser dotado de características tão estranhas? Pois bem, cubram-no de todos os bens que há na Terra, mergulhem-no de cabeça na felicidade mais completa, de modo que somente borbulhas subam à superfície; deem-lhe tal bem-estar econômico, de modo que não lhe reste nada mais a fazer, além de dormir, comer pães de mel, e tratar de garantir a continuação da história universal - pois os senhores verão que, mesmo assim, ele, o homem, por pura ingratidão, por galhofa, há de fazer besteira. Porá em risco até os pães de mel e desejará intencionalmente o absurdo mais prejudicial, a coisa, do ponto de vista econômico, mais sem pé nem cabeça, unicamente para adicionar a toda essa sensatez positiva seu elemento fantástico prejudicial. Ele desejará conservar consigo precisamente seus sonhos fantásticos, sua estupidez mais torpe, com a finalidade de afirmar para si mesmo (como se isso fosse mesmo absolutamente imprescindível) que os homens continuam a ser homens, e não teclas de piano, as quais, embora sejam tocadas pelas próprias mãos das leis da natureza, estão ameaçadas de serem tocadas até chegar ao ponto em que, além do calendário, não será possível desejar-se mais nada."

(Dostoiévski)

1 Apresentação e Introdução

A presente pesquisa é produto de uma trajetória acadêmica que teve início em 2011, quando encontrava-me ainda na iniciação científica. Durante esse período, despertei interesse pelo campo da História da Psicologia e a partir de então dediquei minhas investigações ao campo.

De início, iniciei minhas leituras sobre práticas laboratoriais aqui no Rio de Janeiro nos primeiros anos republicanos do país. A prática experimental de laboratório e o próprio dispositivo laboratório estiveram presentes em boa parte desse percurso de estudos e pesquisas, sejam estas últimas vinculadas ao *Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)* ou simplesmente investigações que venho realizando de forma autônoma.

Em verdade, reconheço que esta inclinação pelos laboratórios se justifica por um aspecto marcante na trajetória de iniciação científica: antes mesmo de ter contato com a literatura do campo da história, tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão que tinha como objetivo a construção de um museu, a partir de um antigo acervo de aparelhos de laboratório que pertencem ao *Instituto de Psicologia da UFRJ*. Era o projeto "Memória". Durante esse projeto, carreguei caixas, limpei instrumentos, os manuseei e cataloguei por meio de fichas. Foi um contato eminentemente corporal, despretenso e ingênuo, de forma que à época ainda carecia de qualquer leitura histórica sobre aqueles aparelhos. Eu e os demais colegas, ainda bastante leigos em história da psicologia, pensamos que aqueles instrumentos poderiam nos contar algumas histórias sobre a psicologia no Rio de Janeiro e no Brasil. Não se tratavam de artefatos mortos e prontos para serem sepultados através dos ritos que constituem o fazer histórico, mas esse contato corporal prévio nos conduziu a uma agradável crença de que cada um dos aparelhos e as sucatas que ainda resistiam às ações do tempo, na verdade, pulsavam história. Assim, do ácaro aos primeiros questionamentos, a trajetória acadêmica inclinou-se ao longo dos 4 anos que se seguiram para o campo da história da psicologia.

Observo também que o interesse pelas práticas de laboratório e pela própria psicologia experimental solidificou-se conforme as incursões pela literatura: uma parte expressiva das publicações em história da psicologia que tratam do período

do final do século XIX e até a primeira metade do XX gira em torno das atividades de laboratório que começaram a surgir ainda no XIX e que se proliferaram nas primeiras décadas do XX. Desse ponto de vista, isto é, das influências das narrativas do passado sobre meus interesses de pesquisa, um objeto de estudo ganhou contornos mais nítidos: o laboratório de psicologia experimental e suas práticas.

Os aparelhos sob a responsabilidade do projeto "Memória" guardavam íntimas relações com o laboratório de psicologia experimental da *Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro*. Neste caso, necessitávamos de uma compreensão histórica das relações entre psicologia e medicina nos anos de 1920 e de que forma a psicologia se construiu no interior da prática médica nesse período político da Primeira República (1889-1930). Contudo, as leituras avançaram e o interesse pelo campo da educação e suas relações com a psicologia naquele momento foram objeto que passou a receber maiores atenções com o tempo.

Em parte, esse interesse deve-se, admito, a um detalhe muito presente nas pesquisas e que se tornou certo incômodo conforme explorava a literatura: as histórias narradas sobre a psicologia no Brasil elegem o laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium*, também no Rio de Janeiro, como o primeiro instalado no Brasil. Ao mesmo tempo, praticamente nada era dito sobre suas atividades. Uma e outra afirmação, sem maiores detalhes, em torno da mesma interpretação: foi o primeiro laboratório de psicologia experimental instalado no Brasil, marco inaugural de uma psicologia científica no país. O laboratório encontrava-se, assim, no pedestal. Isto era uma verdadeira provocação de pesquisa, dado que iniciei minha trajetória no campo não por aqueles que narram mas pelos aparelhos e documentos. A essa altura, intrigado com a possibilidade de que a educação poderia ter sido a via de entrada da psicologia experimental no país, foram sendo levantados alguns questionamentos: que tipo de atividades eram desenvolvidas nesses laboratórios situados nas instituições de ensino? Por que justo no campo da educação teria sido criado o que acredita-se ter sido o primeiro laboratório de psicologia experimental no Brasil? Que elementos contextuais ou quadros de referências teriam permitido uma discussão em torno da pertinência de um laboratório nas escolas? Estas reflexões me auxiliaram a visualizar melhor um projeto de pesquisa para o mestrado.

O elemento mediador entre história, psicologia e educação era o aparelho de laboratório. Esse encanto pelas atividades dos laboratórios acabou por direcionar as leituras ao tema dos testes e da testagem psicológica. Soma-se a isso o fato de que a coordenadora do projeto "Memória", profa. Josiane Pawlowski, é uma pesquisadora do campo da avaliação psicológica e isso sem dúvida influenciou na elaboração do meu anteprojeto para concorrer a uma vaga no mestrado. Procurei, então, estabelecer relações históricas entre avaliação psicológica e educação tendo como fio condutor os testes psicológicos.

Ocorre que esse anteprojeto carecia de um recorte cronológico que respeitasse os limites de tempo de uma pesquisa de mestrado. Então, no intuito de melhor delimitar no tempo as investigações em torno das práticas de testagem psicológica nos laboratórios, estabeleci o período da Primeira República no Brasil. Do ponto de vista das contribuições para o campo da história, acabou sendo um recorte interessante de pesquisa.

A partir das primeiras investigações pude verificar alguns problemas nesse projeto. Em primeiro lugar, embora o exercício de retroceder cronologicamente para o período da Primeira República nos conduza a um momento em que as práticas de testagem psicológica estavam emergindo nos laboratórios brasileiros, enxergar nisso uma possibilidade de genealogia para o campo da avaliação psicológica mostrava-se um presentismo. Não apenas não havia um campo chamado avaliação psicológica, como também a própria expressão não foi encontrada nos documentos investigados. Havia, sim, práticas experimentais de exame psicológico, de psicotécnica e de "test", mas não uma avaliação psicológica propriamente dita. Nesse sentido, a construção de uma narrativa em história da avaliação psicológica partindo do alvorecer republicano estaria, em outras palavras, apenas buscando narrar uma versão de passado para legitimar uma psicologia do presente.

Em segundo lugar, a eleição do período da Primeira República como elemento balizador para essa empreitada incorria em uma celebração, ainda que despropositadamente, desse período político. A história da psicologia, de seus discursos e de suas práticas, ainda que em muito seja influenciada pelos diferentes momentos políticos dos países, não deve estar completamente sujeita a esse fator. A coexistência de discursos e práticas permite refletir sobre as inércias e as muitas

tensões presentes que se produzem na história da psicologia e que transcendem os limites que demarcam diferentes períodos políticos.

Essas reflexões e as alterações realizadas no projeto ao longo do primeiro ano de mestrado e durante os primeiros meses do segundo tiveram, sem dúvida, importantes contribuições advindas da qualificação do projeto. Agradeço ao professor Francisco Teixeira Portugal e à minha orientadora Juliane Borsa pelos valiosos apontamentos e a profícua conversa no dia da qualificação, pois me permitiram melhor visualizar a pesquisa.

Um outro ponto a ser mencionado para a construção desta pesquisa se refere aos limites quanto ao acervo investigado. Se inicialmente pretendia explorar diferentes bibliotecas no Rio de Janeiro e uma em Belo Horizonte, a quantidade de material frente ao tempo disponível foi fator importante para redirecionar e dirigir os esforços sobre o acervo da *Biblioteca Nacional*. O material ali disponível para leitura rende, sem exagero, muitos anos de pesquisa e se mostra mais do que o suficiente para uma pesquisa de mestrado.

Após delimitar o período cronológico, estabelecer com mais nitidez um objeto de estudo e apontar um acervo para execução da proposta, foi possível circunscrever melhor uma versão final de projeto. O presente texto é, portanto, fruto de uma série de reformulações discutidas e empregadas ao longo de boa parte do curso de mestrado. Não se limita exclusivamente ao objeto apresentado no título, na medida em que busca de alguma forma articular um quadro de referências que possibilitam uma abordagem histórica das práticas experimentais na educação, assim como discutir alguns problemas do campo da história e da historiografia da psicologia no Brasil.

Sobre este último ponto, de início a intenção não era trabalhar problemas do campo, mas ocorre que alguns incômodos de pesquisa foram surgindo conforme as leituras avançavam. Busquei esboçar alguns caminhos sem prejudicar o objetivo mais geral da pesquisa. Trata-se de um desvio de percurso, uma interrupção temporária no ritmo, mas que concorda no geral com a dissertação e se justifica na medida em que se constitui como um posicionamento deste autor sobre um modelo de narrativa que caracteriza muitos dos trabalhos do campo.

Assim, o presente estudo se propõe a uma investigação histórica dos discursos e práticas de exames psicológico que emergiram no contexto da educação brasileira na virada do século XIX para o século XX. Empregamos a

ideia de exame não no sentido de pedagógico do termo, conforme esclarece Claparède (1940, p.198), isto é, uma prova a ser aplicada em determinados períodos do ano a fim de se decidir o adiantamento escolar do aluno. O sentido aqui trabalhado se aproxima daquele principalmente articulado pelos médicos: como uma inspeção que se utiliza de determinados métodos no intuito de atribuir um valor, um diagnóstico ou uma interpretação sobre o objeto examinado. Dentre os métodos empregados, interessa aqui o método experimental que, em suma, trata-se de uma observação provocada, ou, nas palavras de Piéron, "uma intervenção ativa destinada a provocar, em condições definidas, os fenômenos a serem estudados." (1966, p.171). Portanto, ao tratarmos sobre exame psicológico estaremos nos referindo àqueles praticados por meio dos métodos experimentais nas escolas.

Ainda, os métodos experimentais também encontram-se incluídos sob o guarda-chuva da palavra teste (ou "test"), termo bastante presente nos textos publicados depois da década de 1920, mas que antes já aparecia em alguns textos. Retomaremos brevemente aos testes no último capítulo deste trabalho mas, adiantando, por teste compreendia-se um amplo conjunto de métodos que poderiam ser desde os individuais e com uso de aparelhos, até os testes coletivos de lápis e papel (PIÉRON, 1966, p.423). Como o trabalho se detém principalmente até o final da década de 1910, quando nos referimos a teste, a acepção da palavra inclinar-se-á para os métodos experimentais e os aparelhos utilizados nos exames psicológicos.

A escolha de ampliar o escopo cronológico e incluir o último quarto do século XIX se deve a uma concepção de que, não obstante essas práticas terem se configurado nas primeiras décadas do século XX, uma discussão sobre a possibilidade de examinar experimentalmente as faculdades da alma encontrava-se em curso, não apenas no Brasil e menos ainda em alguns países europeus. Não desconsideramos trabalhos como o de Vidal (2013) que busca mostrar como os caminhos para a emergência de uma psicologia experimental estavam sendo pavimentados nos séculos XVII e XVIII. Contudo, por questões metodológicas, no intuito de melhor circunscrever um período, partiremos de meados do século XIX com a emergência da psicologia experimental praticada em laboratório.

Embora, não sem razão, seja exercício comum na literatura a associação do positivismo com o período republicano (CARVALHO, 2014), tensões em torno

de uma discussão envolvendo a filosofia positiva, além do materialismo e das transformações no cenário das ciências naturais já se anunciavam e dividiam os intelectuais nos anos anteriores. Geralmente, concordando com Velloso (2014, p.354), "não prestamos a devida atenção aos 'sinais de modernidade' que já vinham despontando, das mais distintas maneiras, em várias regiões e cidades". Na psicologia, é possível encontrar alguns desses "sinais" na imprensa brasileira em fins do Brasil Império (1822-1889).

A psicologia se insere nessas tensões em uma variedade de discursos que abordam desde o seu objeto até as relações que mantinha com outros campos de conhecimento, passando pelos seus métodos de estudo e possibilidades de aplicação: ora como ciência das faculdades da alma, ora como ciência das faculdades mentais; como um ramo da fisiologia do cérebro ou como dependente da metafísica; na condição de alicerce e ciência auxiliar das práticas de higiene ou da pedagogia moderna. E, embora o maior interesse dessa pesquisa seja a construção de uma narrativa a partir dos discursos "psy" e, mais especificamente, os desdobramentos da psicologia experimental no processo educativo, o diálogo com outras práticas e esferas de conhecimento acabou sendo um exercício inevitável nesta pesquisa. Seja porque as fontes assim exigiram ou por uma percepção de que a psicologia, quer na sua condição de retórica intelectualista ou como prática auxiliar na educação, se esvaziava quando não considerada na sua relação com outros saberes.

As discussões se esticam principalmente até a década de 1910. Algumas fontes publicadas nos anos de 1920, contudo, foram incluídas apesar desse período ser mais discretamente trabalhado. Isto se deve pelo fato de que muitas das discussões que haviam despontado desde o final do século XIX ainda estavam na agenda de médicos e educadores. É verdade que essa década foi um período de reconfigurações da psicologia no Brasil (CASTRO, CASTRO, JOSEPHSON & JACÓ-VILELA, 2013) e também de mudanças no cenário político e social brasileiro (SCHWARCZ, 2012), mas ao mesmo tempo seria ilusório desconsiderar as inércias de algumas práticas e discursos que caracterizaram as décadas anteriores.

Visando esse objetivo mais geral, o presente estudo será composto por três capítulos que objetivam o cumprimento de objetivos mais específicos. Em um primeiro momento, abordaremos a emergência da psicologia experimental na

Europa e as práticas experimentais de laboratório, a partir de alguns autores da época. Esboçaremos relações entre a psicologia e as ciências naturais no século XIX, principalmente a fisiologia, discutindo alguns conceitos e questões relativas ao objeto e método de investigação.

O segundo capítulo representa uma quebra de ritmo em relação ao primeiro. Não seguiremos tratando especificamente da psicologia experimental em solo brasileiro, mas sim de abordar alguns problemas nas narrativas em história da psicologia no Brasil. Esse capítulo representa um esforço de reflexão que se divide em duas discussões: primeiramente, uma análise crítica das narrativas que tratam a psicologia no Brasil, incluindo a psicologia experimental, como uma ciência que historicamente importou modelos estrangeiros. Pretendemos suspender essa concepção de ciência importada, que acaba estabelecendo certa hierarquia na produção de conhecimento (colônia-metrópole), propondo a possibilidade de se construir narrativas que representem a psicologia não sob o crivo do quanto ela estaria alinhada ao pensamento estrangeiro, mas sim percebendo elementos nacionais nas obras brasileiras.

Já a segunda seção propõe uma discussão sobre a coexistência de diferentes discursos e práticas em psicologia, para além da psicologia dita científica que se construiu no interior da medicina ou da pedagogia. A proposta se resume na ideia de que a psicologia experimental, apesar de carregar conotações de modernidade por se tentar se aproximar do conjunto das ciências naturais, também estava presente, sob outros contornos, em distintos grupos de intelectuais e instituições. Visam, portanto, ser uma contribuição à historiografia da psicologia, na medida em que buscam problematizar discursos recorrentes na história da psicologia.

Por fim, o último capítulo se centra nos discursos e práticas de psicologia experimental que se inseriram na educação brasileira. Em um primeiro momento, trabalharemos algumas vozes na imprensa nacional que expressavam diferentes pontos de vista acerca de algumas correntes filosóficas e das inovações no plano das ciências naturais. Os diferentes comentários presentes nos artigos da imprensa indicam a presença de tensões no interior das quais uma psicologia estaria inserida. Posteriormente, esboçaremos relações entre psicologia e educação por meio de uma representação que se produzia a respeito de uma natureza da criança. O capítulo encerra trabalhando algumas instituições e autores implicados com as práticas de exame experimental nas escolas, situadas ou não nos laboratórios, mas

em vistas de uma higidez física e psíquica, de uma produção de um corpo e espírito adaptados, domados e, por isso, tido como saudáveis, em nome um futuro glorioso para a Pátria.

2 Procedimentos metodológicos e observações de campo

A descrição dos procedimentos metodológicos terá como norteadores os dois momentos que dividiram a construção desta pesquisa. Em um primeiro momento, o levantamento de fontes primárias e secundárias para a escrita do capítulo 3 ocorreu inteiramente nas bases de dados online. O segundo momento, que definiu a escrita dos capítulos 4 e 5, ocorreu em grande medida a partir do trabalho de campo realizado na *Biblioteca Nacional* (BN). As fontes secundárias levantadas para a escrita desses dois capítulos também foram acessadas nas bases de periódicos, mas toda a literatura que compõe as fontes primárias foram consultadas presencialmente na BN. O levantamento e organização do material tiveram como referencial metodológico os conceitos e as técnicas descritas no capítulo 7 da obra *Metodología para la Historia de la Psicología* (ROSA, HUERTAS & BLANCO, 1996).

Em relação ao capítulo 3, os textos constituem-se de artigos publicados em periódicos e livros e capítulos de livros. As buscas de artigos ocorreram na base da *Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia* (BVS-Psi) que pode ser acessada pelo endereço <www.bvs-psi.org.br>. O descritor utilizado para o levantamento da literatura foi "História da Psicologia". A seleção dos artigos teve como critério o período histórico de interesse, isto é, de meados do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Embora só tenha sido empregado este descritor, outros artigos foram levantados a partir das referências bibliográficas utilizadas pelos autores.

Os livros e capítulos foram acessados, em parte, na *Biblioteca Setorial dos Centros de Ciências Sociais e Teologia e Ciências Humanas* (BS/CCS-CTCH) da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-Rio) e também por meio de acervo pessoal deste autor. Colaborou também para este levantamento alguns referenciais utilizados pelos autores dos artigos de periódicos. O critério de seleção para os artigos também foi utilizado para os livros e capítulos.

As fontes primárias levantadas para o capítulo 3 foram inteiramente encontradas no acervo da *Internet Archive*, uma das maiores bibliotecas virtuais para estudos em história por preservar documentos de interesse para os historiadores. A página pode ser acessada pelo endereço <<https://archive.org>>. As

palavras-chave utilizadas nas buscas foram os nomes dos autores trabalhados no capítulo 3, a saber: Wilhelm Wundt, Alfred Binet, Edward Titchener e William James. Realizada a busca, dentre os documentos exibidos nos resultados e disponíveis para acesso priorizamos aqui os livros e artigos publicados por esses autores.

O único critério para a seleção e cópia desse material para acervo pessoal foi a disponibilidade na página da *Internet Archive*. Todos os livros e artigos exibidos nos resultados foram acessados e adquiridos via processo de "download". Após isto, selecionou-se para a leitura os textos que introduzissem o campo da psicologia experimental, fornecessem elementos históricos ou ainda que discutissem diferenças entre a psicologia e outros campos de conhecimento. Com relação a este último tema, foram selecionados os textos em que os autores dialogassem a psicologia com a filosofia ou a fisiologia.

Para a escrita dos capítulos 4 e 5 realizamos uma pesquisa na BN por meio de visitas frequentes à instituição, durante o período de 01 setembro de 2015 à 09 janeiro de 2016. Todos os procedimentos abaixo descritos e relativos a esse momento da pesquisa na BN são uma organização a partir das anotações de caderno feitas ao longo dos meses e que cumpriram a função no registro de impressões, ideias e observações pessoais.

Conforme mencionado, a pesquisa na BN teve início em 01 setembro de 2015. A primeira semana útil (01/09 - 05/09) foi toda dedicada ao levantamento das fontes primárias que seriam lidas ao longo das semanas e meses seguintes. Todas as fontes constituem-se de livros que estão disponíveis no acervo de Obras Gerais da BN.

O levantamento das obras foi realizado manualmente por meio de consultas aos catálogos. Existe a possibilidade do usuário levantar os títulos de interesse acessando diretamente a página da instituição <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/>>, mas muitas obras publicadas antes de 1940 não foram catalogadas na página, necessitando portanto de uma consulta direta às fichas.

Os catálogos da BN estão organizados em arquivos (gavetas) que se encontram ao redor da sala do acervo de Obras Gerais. Cada arquivo contém um número próprio de identificação e é composto por uma série de fichas. Cada ficha contém informações sobre um livro, como título, autor, ano de publicação e

palavras-chave da obra. De modo geral, os arquivos estão organizados em ordem alfabética por assunto e, no interior de cada assunto, em ordem alfabética por autor. Para a organização desse mapeamento preliminar foram anotados os títulos dos livros, localização, nome do autor e ano de publicação em folhas de rascunho que se encontram anexadas ao caderno de anotações. Essas informações foram anotadas não apenas para construir e organizar um acervo a ser consultado durante a pesquisa, mas também porque o usuário necessita preencher uma ficha para solicitar a leitura de uma obra. Nesta ficha, as informações da obra mencionadas, além de dados pessoais do solicitante, devem ser preenchidos para dar entrada no pedido.

A pesquisa teve início com a consulta sobre o arquivo de número 1270 que contém assuntos relacionados à "psychologia", "psychiatria", "psychologia experimental", "psychologia educacional", "psychologia social" e "psychometria". Desse primeiro arquivo de fichas foram selecionados um total de 35 livros. O próximo arquivo consultado, de número 1271, contém fichas sobre "psicofisiologia" e "psychotherapia" e neste foram selecionados 5 livros. Nesse primeiro levantamento foi possível constatar que, dentre os livros de língua estrangeira selecionados, as publicações em francês e em espanhol superam em muito as de língua inglesa e alemã. Na verdade, os títulos em francês que versam sobre "psychologia" estão em número equiparável aos de língua portuguesa, fato que reflete de alguma forma a influência dos livros franceses sobre a intelectualidade brasileira oitocentista e do início do século XX.

Sobre essa variedade de temas "psy" consultados, o capítulo 4 trabalha diferentes discursos "psy" no Brasil que não se limitam ao campo da educação, como no capítulo 5. Por isto, o mapeamento de obras teve como critério apenas o recorte cronológico estabelecido. Logo, enquanto o capítulo 4 foi baseado em uma leitura mais dispersa com o objetivo de apreender uma certa variedade de discursos, a escrita do capítulo 5 teve como referências uma parte específica dessa literatura, ou seja, aquelas que sugeriam uma relação com a educação.

Finalizado esse primeiro levantamento, procedemos à consulta aos arquivos 1017 e 1018. Neles, foram lidas as fichas dentro das temáticas "psychologia aplicada", "psychologia biológica", "psychologia clínica" e "psychologia educacional". Na primeira foram selecionados 19 e, na segunda, 25 livros.

Nesse momento, conforme avançava-se na leitura das fichas, impôs-se uma revisão no critério de seleção no que diz respeito ao ano de publicação dos livros. Isto ocorreu na leitura da ficha que contém as informações sobre o livro de Eduardo Ferreira França (1809-1857), as suas *Investigações de Psicologia*. A ficha em questão reunia informações da edição de 1973, tendo o livro sido publicado pela primeira vez em 1854. Como se trata de um texto que interessa a leitura, pois auxilia na compreensão da psicologia oitocentista no Brasil, o título foi selecionado. Desta forma, obras cujas primeiras edições foram publicadas dentro dos limites cronológicos estabelecidos para esta pesquisa foram incluídos na seleção.

A experiência na consulta sobre os arquivos 1017 e 1018 levantaram algumas observações. Primeiro, as fichas que compõem o assunto "psychologia educacional" são em número expressivamente maior quando comparado aos demais. Em segundo lugar, foram observadas algumas obras publicadas na Costa Rica. Na verdade, desde os arquivos 1270 e 1271 uma e outra obra produzida nesse país já havia surgido, mas conforme seguiu-se as consultas outras obras costa-riquenhas apareceram com certa ocorrência. Além disso, as fichas que indicam que uma outra temática de obras está se iniciando, funcionando como divisórias entre obras de diferentes temáticas "psy", fornecem outras palavras-chave. Por exemplo, a ficha de "psychologia educacional" contém a seguinte informação: "Ver Testes mentais; Nível mental; Homogeneização das classes escolares". As três palavras-chave apontam para outras gavetas de arquivos e, desta forma, as obras de "psychologia" acabam não se concentrando nos arquivos de letra "P".

Ressaltamos este último ponto pois inicialmente a pretensão consistiu em buscar os títulos de acordo com as temáticas organizadas em ordem alfabética. Contudo, conforme essa primeira etapa de pesquisa avançava, referente ao levantamento de fontes primárias, outras palavras-chave que fogem daquelas iniciadas por "psy" foram acrescentadas. Deste modo, a pesquisa foi se reformulando conforme o seu próprio fazer. Os textos que versam sobre "psychologia", em suma, estão espalhados nos diversos arquivos de modo pouco sistemático, exigindo mais tempo para o cumprimento desta etapa. As sugestões de palavras-chave contidas nas fichas ao mesmo tempo que ampliam o mapeamento também enriqueceram bastante a pesquisa.

Anotadas as principais informações das obras selecionadas nos arquivos 1017 e 1018, procedemos às leituras das fichas nos arquivos 1019, 1020 e 568. Com o primeiro, foi possível selecionar 16 obras pertencentes à temática "psychologia infantil". No arquivo 1020 nos debruçamos sobre a leitura das fichas de obras que versam sobre "psiquiatria" e "psychologia pedagógica". Aqui foram selecionados 23 livros. Foi a partir da pesquisa nesses dois arquivos (1019 e 1020) que as seguintes palavras-chave se somaram às buscas: "Pedagogia experimental", "Capacidade mental/motora", "Testes", "Nível mental" e "Crianças excepcionais". De todas essas a única que forneceu fontes primárias que não fossem repetidas ou que estivessem fora do escopo de interesse, foi a de "Testes", que se encontra presente no arquivo 568. Neste, foram selecionadas 10 obras.

Quanto a esses últimos três arquivos, algumas observações podem ser aqui escritas. Se anteriormente afirmamos que os livros versando sobre "psychologia educacional" encontravam-se em maior número nos arquivos 1017 e 1018, dessa vez os de "psychologia infantil" se mostraram em maior quantidade em relação aos demais. Semelhante às consultas anteriores, novamente verificamos obras produzidas na América Central, dessa vez na Guatemala. Uma delas, inclusive, foi um estudo realizado a partir dos *Testes ABC* de Lourenço Filho naquele país. Fora esta, uma obra de Biologia Pedagógica também foi encontrada, sugerindo que na primeira metade do século XX o discurso biologizante aplicado à educação e ao desenvolvimento infantil, além dos testes pedagógicos e psicológicos, circulavam em países de um continente cujas produções em psicologia ainda são pouco descritas nos textos de história da psicologia.

Finalizado o arquivo 568, consultamos os arquivos 371 (em "Crianças"), 480 (em "Escola") e também o 473 (na parte "Ensino - Ensino Normal"), sendo essas palavras-chave obtidas nos arquivos anteriores. No primeiro, tomamos nota de 2 livros, no segundo apenas 1 e no terceiro 3 livros. Por fim, o levantamento finalizou com a consulta sobre o arquivo 154, especificamente em "Higiene". Nesse arquivo, 15 obras foram selecionadas. Esses quatro últimos arquivos também forneceram outras palavras-chave que pudessem contribuir para esse levantamento, mas essa parte não será aqui descrita pelo fato de que as obras encontradas nos respectivos arquivos não terem sido selecionadas, pois os títulos de maior interesse se repetiram e já haviam sido anotados anteriormente.

Tendo concluído essa primeira etapa de mapeamento de fontes primárias, a leitura pôde ser iniciada. Para cada livro, uma observação mais geral era empregada antes de iniciar a leitura de qualquer capítulo. Procedemos, primeiramente, à leitura de capa, sumário e prefácio. Os livros consultados para a escrita do capítulo 4 foram lidos parcialmente, após uma seleção de capítulos que permitissem apreender uma ideia mais geral do texto. Por isto, em sua maioria foram selecionadas a introdução, um e outro capítulo ao longo do texto e um equivalente à conclusão. Já as fontes que guardam relação mais próxima com o capítulo 5, versando sobre psicologia e educação, foram lidas mais a fundo, algumas em grande parte e outras integralmente.

Nessa etapa de leitura, cabe uma observação. Não foram traçados critérios exatos no caso de leitura parcial de uma obra. O estudo das obras foi, durante todo o seu período na BN, muito exploratório. Por vezes, um texto como uma "these" de medicina, por exemplo, abordava assuntos da alçada da fisiologia ou da medicina que pouco interessavam. Buscamos a leitura de capítulos que pudessem ter alguma relação com a psicologia daquele momento, como quando abordavam mais profundamente temas como memória, inteligência, atenção, personalidade, entre outros. Ainda assim, muitas vezes o nome do capítulo era pouco intuitivo, o que exigia folhear cada capítulo, lendo-o superficialmente, no intuito de poder realizar essa seleção no interior de cada obra.

Algumas limitações nessa pesquisa no acervo de Obras Gerais da BN podem ser apontadas. A permissão para leitura dependia de uma avaliação do bibliotecário sobre o estado de conservação da obra. De toda a lista selecionada, cerca de 10% encontrava-se em mau estado de conservação, de forma que seu manuseio poderia comprometê-lo ainda mais. Neste caso, o bibliotecário retornava o livro ao acervo e sua leitura, portanto, não era autorizada.

Uma outra limitação a ser destacada é que alguns dos livros levantados não eram encontrados pelos funcionários. Éramos informados que o livro encontrava-se "perdido", mesmo havendo uma ficha em arquivo constando que tal obra era parte do acervo da BN. Em comunicação com um funcionário mais experiente, foi relatado que até a década de 1980 muitas obras eram extraviadas devido à ausência de um controle mais rígido quanto a entrada e saída de material impresso, tal como existe atualmente.

A pesquisa também contou com um levantamento de textos publicados na imprensa brasileira. Embora uma investigação sobre esse material tenha se iniciado antes mesmo do início dessa pesquisa de mestrado, os procedimentos de busca foram empregados novamente a fim de revisar o material previamente levantado e complementá-los com outros textos. Todo o material midiático foi levantamento por meio de acesso à página da Hemeroteca Digital, plataforma da BN, que pode ser acessada pelo endereço <<http://bndigital.bn.br>>. Em alguns momentos ao longo dessa pesquisa a leitura ocorreu fora das dependências da BN, mas em boa parte essa investigação também foi realizada lá, sendo paralela a leitura dos livros.

Para executar essa busca, a Hemeroteca Digital digita as buscas em quatro categorias: 1. período, 2. local, 3. nome do periódico e 4. palavras-chave. O período se refere aos anos de publicação dos jornais. O preenchimento deste campo obedece a um espaçamento de 10 anos. Como as décadas de 1870, 1880, 1890 e 1900 são de maior interesse no que se refere ao textos publicados na imprensa, foram selecionadas as caixas "1870-1879", "1880-1889", "1890-1899" e "1900-1910". Não incluímos a caixa "1910-1919" por entender que os textos publicados até 1909 eram suficientes para trabalhar os objetivos das seções em que esse material foi utilizado.

O local se refere aos estados brasileiros em que os textos foram publicados. Devido ao fato da busca ter tido um caráter mais exploratório, foram levantados artigos de diferentes regiões do Brasil.

A categoria periódico permite ao pesquisador selecionar, dentre o universo de periódicos digitalizados pela BN, aqueles que deseja investigar. Os periódicos disponíveis na base constituem-se de jornais, revistas, almanaques, boletins, relatórios, anais, entre outros tipos de documentos dos mais diversos. Atendendo ao interesse desta pesquisa, foram priorizados os jornais. Contudo, alguns poucos textos de interesse que foram publicados em outros veículos também foram lidos.

Aqui cabe uma breve observação. Certas vezes apenas o título do periódico não indicava se era um jornal, revista ou um relatório, por exemplo. Essa imprecisão pela observação do título implicou em uma leitura preliminar da primeira página dos resultados, de modo a priorizar as páginas de jornais.

Na caixa de palavras-chave, que na plataforma aparece como "clique aqui para pesquisar", é possível realizar a busca de textos a partir de palavras ou

expressões. As palavras-chave utilizadas foram "psychologia" e "psychologia experimental", conforme a grafia de época.

Observa-se aqui uma outra questão metodológica por conta de uma limitação da base. Após preencher todas as caixas e escolher a palavra-chave para executar uma busca, os resultados levantados podem variar caso o pesquisador resolva repetir o mesmo processo, com os mesmos filtros e palavra-chave, minutos depois. Essa variação nos resultados da busca não é grande, mas um modo de amenizar o problema e evitar que artigos deixem de ser rastreados consiste em repetir cada busca pelo menos 2 vezes. Quando os resultados variavam entre as duas buscas, priorizamos aquela que apresentou o maior número de documentos levantados.

Além disso, uma outra limitação a ser destacada é que parte do acervo encontra-se parcialmente desgastado ou mesmo mutilado e, portanto, a qualidade da imagem a partir do processo de digitalização acabou comprometendo a leitura de alguns textos. Neste caso, desconsideramos a leitura dessas fontes.

Destacamos ainda que os resultados referentes à busca a partir do descritor "psychologia" aumentam consideravelmente conforme o avançar dos anos, principalmente nos primeiros anos do século XX. Assim, em alguns casos foi possível uma leitura mais exploratória, já em outros priorizamos a leitura dos 5 primeiros jornais exibidos nos resultados.

Um aspecto muito presente ao longo do texto é a preservação da grafia de época em citações a partir de fontes primárias. Entendemos que a conversão para as normas atuais de escrita da língua é um exercício desnecessário e que poderia resultar, mesmo que de forma não consciente, em uma espécie de tradução. Conservar as vozes dos autores dos textos nos possibilitaria trabalhar em cima do seu próprio quadro léxico e semântico. As palavras "exame" e "fato" são dois exemplos.

Por fim, atentamos para o fato de que, embora essa pesquisa não tenha sido construída com base em um e outro autor específico para nortear uma leitura ou análise histórica, serviu-nos de inspiração alguns autores do campo da história e da historiografia. Em alguns momentos dessa pesquisa nos remetemos a autores como Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Michel de Certeau. De modo geral, as menções são mais pontuais e por vezes bem discretas, mas se não foram trabalhados como uma lente para análises históricas mais aprofundadas, a

qualidade de sua literatura certamente foi um aspecto motivador para o exercício histórico.

3

Em direção às ciências naturais: psicologia moderna e os métodos experimentais de laboratório em fins do século XIX

3.1.

Algumas considerações históricas preliminares

"Começava a perguntar a si mesmo se haveria possibilidade de, algum dia, tentarmos fazer da psicologia uma ciência tão exata que pudesse revelar-nos cada uma das pequenas molas da vida. (...) Estava, de fato, convencido de que o método experimental era o único pelo qual se podia chegar a uma análise científica das paixões, e Dorian Gray era, certamente, um indivíduo feito para as suas mãos e que parecia prometer ricos e frutuosa resultados." (WILDE, 1972, p. 76).

Este é um trecho da obra *O Retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde, publicada em 1890 e que aqui, além de um efeito estético, nos serve de ponto de partida para este capítulo.

Mesmo não aludindo explicitamente a uma "psicologia experimental", a passagem acima nos permite levantar uma questão: que tipo de psicologia científica e experimental estaria Lord Henry se referindo em suas divagações? Dependendo do autor ou da filiação institucional dos textos escritos no século XIX, a expressão "psicologia experimental" poderia ter outras conotações, sentidos que parecem ter se perdido nos ensaios históricos ao longo do século XX.

De um lado, uma psicologia experimental que tinha por método a observação e que se diferenciava de uma psicologia racional, da alma e suas relações com Deus. Por outro lado, uma psicologia experimental, que também se utiliza da observação mas sobretudo do método experimental, praticada nos laboratórios do final do século XIX. Ainda, uma leitura em jornais da imprensa mostram sentidos apócrifos da grafia "psicologia experimental". Esses possíveis significados, embora não dialoguem diretamente ao que Oscar Wilde parece ter se referido, suscitam uma reflexão acerca do campo da psicologia experimental enquanto área muito recente e ainda em processo de formação. Tais sentidos serão trabalhados oportunamente em capítulo posterior.

Ainda na passagem de Oscar Wilde, talvez as expressões "pequenas molas da vida" - em que poderíamos supor uma relação direta à anatomia e à fisiologia -, "método experimental", "análise científica das paixões" e "ciência tão exata",

permita aproximar essa psicologia de uma psicologia de método experimental tal como veio a emergir nos laboratórios. Entretanto, não sendo este o caso, esse trecho, por ser do século XIX, suscita certa dúvida no leitor sobre o significado de psicologia experimental, abrindo possibilidade para um campo de investigação nesse sentido.

Não obstante ter sido o mesmo ano em que William James publicou seu *Principles of Psychology*, o ano de 1890 não tem aqui sua utilidade enquanto uma espécie de marco cronológico para a psicologia, mas antes trata-se de um período em que a história dessa ciência já trilhava um rumo distinto. Um percurso que havia se iniciado, segundo uma expressiva parte dos textos em história da psicologia que se propõem a abordar o século XIX, em 1879 com Wilhelm Wundt (1832-1920), na Alemanha. A data simboliza a criação de um laboratório de psicologia experimental, formalmente reconhecido como *Instituto de Psicologia Experimental*, na Universidade de Leipzig. Este geralmente é o evento que marca, nos escritos históricos, não propriamente o nascimento da psicologia moderna, uma vez que isto já teria ocorrido com os esforços de físicos e fisiologistas como Fechner, Weber e Helmholtz, mas sim uma institucionalização dessa psicologia moderna, agora adquirindo contornos de um movimento pró científico da psicologia (PILLSBURY, 1929; BORING, 1950; BRAUNSTEIN & PEWZNER, 1999; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014).

Esse evento foi operacionalizado pelos historiadores de tal forma que teve basicamente três consequências que viriam a influenciar grande parte das produções em história da psicologia: 1. A paternidade da psicologia atribuída à Wundt, fundante de um pioneirismo alemão sobre a psicologia; 2. A valorização dos grandes personagens da psicologia, aspecto de uma escrita que cria e narra seus heróis em uma sucessão cronológica de feitos e eventos; e 3. O laboratório como espaço que fornece um determinado status científico à psicologia e que marca uma cisão entre uma psicologia calcada na metafísica (antiga) e uma psicologia fisiológica ou experimental (moderna).

Não desconsiderando o trabalho de Wundt e sua possível importância no cenário da psicologia na Europa, a presença de tal evento na literatura é sobretudo um produto de uma operação histórica marcada pelas ideias e seus autores, pelos grandes marcos da psicologia e seus respectivos pioneiros. Enfim, por uma

história que, em última instância, narra a vitória de uma psicologia científica¹ e por aqueles que contribuíram nesse percurso iniciado há pouco mais de 130 anos. Uma vitória certamente atribuída mais às mudanças metodológicas da produção em psicologia e ao cenário institucional do que qualquer consequência sociopolítica deste saber.

O trabalho de Wundt, como lembra Araújo (2013, p. 115-116), vai além da fundação desse laboratório de psicologia experimental. Em verdade, avaliando seu impacto acadêmico e institucional, Wundt teria formado em seu laboratório toda uma geração de psicólogos experimentais. Benjamin (2009, p. 34) mostra um interessante documento de lista de presença - de um curso de psicofísica - em que aparecem as assinaturas do americano James McKeen Cattell, do fisiologista russo Vladimir Bekhterev e do alemão Hugo Munsterberg, entre outros nomes normalmente apontados nos livros de história da psicologia como personagens de relevo. Além desses, cumpre citar a formação de Titchener no laboratório de Wundt e sua posterior ida aos Estados Unidos, lá dando continuidade às pesquisas experimentais (BORING, 1950; GOODWIN, 2010).

Recorda ainda Araújo (p. 116) que Wundt também criou a revista *Philosophische Studien*, em 1883, passando a se chamar *Psychologische Studien*, em 1906. Essa revista, segundo o autor, era um veículo de publicação das pesquisas do *Instituto de Psicologia Experimental*.

A atribuição da paternidade da psicologia à Wundt deve-se, em parte, a esses fatores mencionados que, por envolver a criação de uma instituição de psicologia, formação de alunos e a divulgação de seu trabalho, podem ser consideradas ações de âmbito político. Por outro lado, o papel desempenhado por alguns dos ex-alunos de Wundt também parece ter sido aspecto fundamental para esse pioneirismo histórico. Por exemplo, Titchener dedicou muitos anos à pesquisa de laboratório e um de seus assistentes foi Edwin Boring (1886-1968), autor de um dos mais antigos livros de história da psicologia do século XX, intitulado "A History of Experimental Psychology". Nesse livro, Boring (1950 [1929], p. 316) elege Wundt como o primeiro psicólogo da história, fundador da

¹ Benjamin (2009, p. 1-14) inicia seu livro pelas práticas "pseudocientíficas" da psicologia (e.g. mesmerismo, frenologia, fisiognomonia etc) para depois abordar o que o autor considera como psicologia moderna, a científica. Isto não é uma característica própria deste autor, uma vez que parte dos historiadores parece adotar um raciocínio similar, isto é, de uma trajetória histórica que tem seu início marcado por uma espécie de trevas pseudocientíficas e segue em direção ao das luzes positivistas.

psicologia experimental e aquele que promoveu a ideia de uma psicologia como ciência independente. Esse é um livro que muito influenciou bibliografias posteriores de história da psicologia, não só pelas citações mas também pela estrutura e forma de organização dos capítulos, como Schultz e Schultz (2014 [1969]) e Goodwin (2010 [2008]).

No entanto, questiona-se até que ponto Wundt é uma criação histórica norte-americana. Por exemplo, uma bibliografia mais antiga até do que a de Boring é o livro de Otto Klemm, *Geschichte der Psychologie*, publicado em Leipzig no ano de 1911. Este é um livro em que Wundt é um dos cinco autores mais citados, ao lado de Fechner, Weber, Herbart e Aristóteles.

Dois considerações se impõem aqui. A prática histórica possui relações determinantes com o lugar de onde o historiador parte. Nas palavras de Certeau (2015), "o lugar é, através dos procedimentos, o ato presente dessa produção e a situação que hoje o torna possível, determinando-o (p. 36). Ou ainda: "Certamente não existem considerações (...) capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio que realizo uma investigação." (p. 45). No caso de Klemm, grande parte dos autores que trabalha em seu livro são alemães, o que poderia fornecer um certo significado à presença de Wundt na obra. Já Boring tem formação em psicologia experimental e trabalhou diretamente com Titchener, ou seja, possui relações diretas com o campo e indiretas com a psicologia alemã do século XIX.

Por outro lado, o pioneirismo de Wundt e todas as qualificações que carrega nos textos históricos são resultados também de práticas inintencionais de sua parte. Apesar de ter defendido uma concepção de psicologia, tê-la situado em relação às outras ciências, fundado um instituto de psicologia e um periódico, é possível questionar as considerações de Boring já mencionadas sobre Wundt. Nesse sentido, cabe resgatar um questionamento de Vázquez (1977):

"É possível atribuir tal atividade prática a um determinado agente que tenha antecipado idealmente o produto de sua atividade e que, por conseguinte, tenha dirigido e organizado o processo prático tendo uma intenção, projeto ou objetivo como lei de sua atuação?" (p. 324)

Ao esboçar uma resposta, o autor coloca que "não surge historicamente como realização ou plasmação de uma intenção ou projeto de um sujeito, mas sim

espontaneamente, ou seja, sem que os homens sejam conscientes de que sua atividade leva a tais resultados." (p. 327).

Enfim, operações históricas à parte sobre Wundt, as práticas de laboratório em psicologia se multiplicaram nas duas últimas décadas do século XIX, em países do continente europeu e também nos Estados Unidos. Apenas uma década após a criação do laboratório de Wundt ocorria o *International Congress of Physiological Psychology*, organizado pela primeira vez em Paris, no ano de 1889 (BROWER, 2010, p. 157). É difícil precisar, em termos numéricos, a quantidade de laboratórios de psicologia criados de 1879 até o final do século, na Europa. Entretanto, em termos geográficos é possível afirmar a criação de laboratórios em países como França, Inglaterra, Itália e, claro, na própria Alemanha, sendo esta considerada por Ferreira, Silva e Starosky como o "centro mundial da produção acadêmica e institucional" desta nova ciência psicológica (2010, p.71). Nos Estados Unidos, os laboratórios teriam começado com Granville Stanley Hall (1844-1924) - que foi aluno de Wundt - em 1883, na *Johns Hopkins University* (BUCHNER, 1903).

Retomando um aspecto brevemente trabalhado na introdução, torna-se importante considerar alguns referenciais presentes no século XIX que possibilitaram a emergência da psicologia experimental. Aqui vale resgatar duas passagens de Titchener (1893): primeiro, quando ele afirma que "Modern Psychology surely began (...) some forty years ago, with Fechner's notion of the definite functional correlation of psychical with physical process. The modern psychologist is the experimental psychologist" (p. 456). E, mais a frente: "It is, I suppose, unquestionable that the *Physiologische Psychologie* marks an epoch in the history of Psychology, and that the moderns have advanced far beyond their predecessors, both as regards method and result." (p. 458, grifos do autor).

Essas duas passagens oferecem um caminho de reflexão sobre esse momento da psicologia: mencionar uma *physiologische psychologie* implica em considerar as relações entre a psicologia e fisiologia e também, ao citar Fechner, entre a psicologia e a física. Dito de outra maneira, parece que nesse momento a psicologia estreitou laços com as ciências da natureza, seja pelo teor das

publicações ou pela formação acadêmica de quem as produzia². Nesse sentido, que referenciais teóricos levaram ao nascimento da psicologia do final do século XIX? Embora esta resposta já tenha sido trabalhada genericamente por alguns dos historiadores aqui citados, um exercício panorâmico de contextualizar esse momento da psicologia ainda é válido, não só para dar continuidade à escrita dos próximos capítulos mas também devido à atualização das pesquisas em história e o maior acesso que se tem hoje às fontes primárias.

3.2.

Psicologia, Fisiologia e os laboratórios: esboçando um panorama e algumas relações históricas

Em seu livro "História da morte no ocidente" o historiador Phillipe Ariès alerta o leitor para uma dificuldade no próprio fazer histórico. Segundo o autor francês: "A dificuldade para o historiador está em ser sensível às mudanças e, ao mesmo tempo, em não se deixar obcecar por elas, nem esquecer as grandes inércias que reduzem as dimensões reais das inovações." (ARIÈS, 2012, p.31)

Essa é uma passagem interessante para se abordar historicamente o pioneirismo de alguns personagens da psicologia, muitas vezes demasiadamente valorizados, e também a representação sobre o significado dos laboratórios de psicologia no século XIX.

Braunstein e Pewzner (1999, p. 89) comentam que o prestígio da fisiologia no século XIX é que servirá de inspiração na adoção dos métodos desta ciência pelos psicólogos. Em direção argumentativa semelhante, Araújo (2013) assim concorda:

"Tendo em vista a rápida disseminação de laboratórios de fisiologia por praticamente toda a Alemanha do século XIX, é sempre possível apontar a existência de laboratórios anteriores ao de Leipzig, onde também eram realizadas investigações de cunho psicológico, o que colocaria em questão o pioneirismo de Wundt." (p. 115).

Aqui, a passagem de Ariès ganha um sentido ao considerarmos que a psicologia científica que emergiu no século XIX foi, de certa forma, um desdobramento das pesquisas físicas e fisiológicas que estavam em curso nesse momento. Ademais, pode-se inclusive e na linha de raciocínio do autor,

² Importante lembrar que a formação da dita primeira geração de psicólogos (e.g. Wundt, Titchener, Binet, William James etc) era abrangente, sendo muitos deles considerados filósofos, médicos, fisiologistas, físicos ou ainda de formação em direito.

questionar um certo estatuto psicológico das pesquisas realizadas em laboratório, trabalhando fronteiras entre a psicologia e as outras ciências que de alguma forma esbarravam em temas que também eram estudados pelos psicólogos.

Visando dar continuidade ao conteúdo desse capítulo, serão resgatados quatro autores considerados clássicos e que puderam vivenciar esse momento da psicologia, a saber: William James (1842-1910), Alfred Binet (1857-1911), Wilhelm Wundt (1832-1920) e Edward Bradford Titchener (1867-1927)³. Ressaltamos, entretanto, que embora seja possível elencar aspectos de concordância entre os autores, existem algumas divergências em suas obras que aqui serão apontadas apenas quando pertinente. Incluiremos também alguns comentadores com o objetivo de tecer considerações mais históricas e estabelecer relações entre a psicologia e alguns referenciais desse momento.

Primeiramente, algumas questões introdutórias podem ser aqui formuladas. De acordo com esses autores: 1. Havia alguma atividade específica que definia o fazer do psicólogo⁴?; 2. O que ele investigava exatamente e por quais métodos?; 3. Quais as relações entre a psicologia e outros campos do conhecimento nesse momento? e 4. Quais eram as tensões existentes entre os diferentes discursos psicológicos no que concerne ao objeto, método e a própria possibilidade da psicologia ser uma ciência natural e aplicada? Essas perguntas servirão não para serem plenamente respondidas, mas para delinear um certo caminho na escrita desse tópico.

O que era ser um psicólogo (ou psicologista) no século XIX? Sabemos que até o último quarto do século XIX não havia departamentos ou institutos de psicologia que atestassem, por meio da emissão de um diploma, que determinada pessoa estava habilitada a ser um psicólogo ou exercer qualquer tipo de atividade na área. O final do século XIX foi um momento em que a institucionalização da psicologia ainda estava em seus primeiros passos. No entanto, dado que autores nessa época se referiam a si próprios como psicologistas, havia algum tipo de

³ Foram priorizados autores cujas obras foram traduzidas para o português ou publicadas em inglês mas de fácil acesso. A dificuldade em encontrar algumas bibliografias, sobretudo as de língua alemã e algumas francesas também, impossibilitou a inclusão de outros autores importantes do século XIX.

⁴ A grafia "psicólogo", tal como predomina hoje, concorreu com a de "psicologista" nos textos do século XIX e primeira metade do XX. Pelo que se pôde verificar nas fontes primárias consultadas, o emprego de uma ou de outra variava bastante, por vezes seu uso parecia até arbitrário, não sendo possível concluir que uma grafia predominava sobre a outra. De toda forma, em caso de citação ou de referência a um texto se respeitará a forma utilizada pelo autor em questão.

definição que os caracterizava? Uma passagem de Titchener (1905) poderia lançar as primeiras luzes para essa questão:

"The title of psychologist is, indeed, given at the present day to two distinct types of scholar. (...) we have the psychologist as I have represented him: a man keenly interested in mind, with no purpose beyond mind; a man enamored of introspection; a man to whom successful analysis of an unresolved mental complex is as the discovery of a new genus to the zoologist or a new river to the explorer; a man who lives in direct companionship with his mental processes as the naturalist lives with the creatures that are ordinarily shunned or ignored; a man to whom the facts and laws of mind are (...) the most real things that the world can show. On the other hand, we have men to whom mind appeals either as a datum or problem, or both, to be dealt with by philosophy, by theory of knowledge and theory of being." (p. 220)

O trecho de Titchener mostra que a psicologia era um campo acadêmico, portanto específico de conhecimento e ocupada por um estudioso, geralmente um professor. O objeto de interesse consistia na "mente" e os acadêmicos envolvidos no estudo da psicologia poderiam ser psicólogos ou filósofos. Aqui, algumas ressalvas com o objetivo de complementar a passagem do autor se fazem necessárias: como já mencionado, a formação da primeira geração de psicólogos, pelo simples fato de não haver um curso superior em psicologia, ia da filosofia à medicina. Titchener citou filósofos, mas é importante lembrar que nesse momento os psicólogos poderiam ser também médicos ou físicos que continuaram seus estudos no campo da psicologia. Este é um cenário que destoa sobremodo da psicologia que se apresenta nas últimas décadas (BASTOS & GOMIDE, 1989), não apenas pelo atual estado de institucionalização em que se encontra mas também pelos motivos de sua procura estarem mais voltados para o mercado de trabalho e não simplesmente para a pesquisa pura tal como Titchener definiu.

Presentismos à parte, uma outra ressalva importante é a de que a prática da psicologia nessa década em que Titchener publicou seu artigo existia, porém era muito recente. Binet e Simon encontravam-se às vésperas de publicar, na França, a escala de inteligência para aplicação em crianças (1929 [1905]). Nos Estados Unidos, a prática em psicologia clínica de Lightner Witmer teria se iniciado em 1896, conforme informado por Benjamin (2009, p. 74). Outros exemplos poderiam ser aqui citados, mas já é possível perceber que a aplicação da psicologia aos problemas da sociedade teria tido início algumas décadas após aos primeiros registros de prática laboratorial na Alemanha. Desta feita, apesar dessa

definição de psicólogo publicada por Titchener, algumas práticas fora da universidade já estavam se configurando.

A psicologia dita científica do século XIX, batizada por moderna conforme alguns dos experimentalistas da época e também por historiadores do século XX⁵, encontrava-se em vias de constituição. Embora houvesse uma certa aspiração da parte de alguns para que se tornasse uma ciência natural, isto ainda parecia estar em processo. William James, em artigo intitulado *Apelo para que a psicologia seja uma ciência natural* e originalmente publicado em 1892, afirma que:

"Na verdade, dificilmente a psicologia é hoje mais do que fora a física antes de Galileu, ou do que fora a química antes de Lavoisier. Trata-se de uma massa formidável de descrições, mexericos e mitos, incluindo, entretanto, material real suficiente para justificar em alguém a esperança de que, com boa vontade e discernimento dos interessados, seu estudo possa ser organizado a ponto de vir a ser digna do nome de ciência natural." (2009 [1892], p.318).

A colocação de William James complementa um outro comentário de Titchener, aqui já citado, sobre a psicologia moderna ter se iniciado cerca de 40 anos atrás em relação aos anos 90 do século XIX, isto é, com os trabalhos de Fechner na Alemanha. No entanto, o que faltava à psicologia para que se tornasse efetivamente uma física pós Galileu ou uma química pós Lavoisier? Estaria William James se referindo a uma necessidade de estabelecer um consenso em relação ao seu objeto e métodos de investigação ou ainda um paradigma para a psicologia? A passagem de William James sugere certa desorganização no campo da psicologia, faltando-lhe um solo comum a toda essa massa "formidável de descrições, mexericos e mitos" mas que esse "material real" poderia funcionar como um princípio de organização para os seus postulados.

De fato, William James concorda que a existência do "estado mental" é admitida tanto entre homens "comuns" quanto entre os filósofos, sugerindo ser o "dado fundamental" indivisível com o qual a psicologia deveria lidar (p. 321-322). Parece notório aqui que William James defende que se biólogos e filósofos concordassem com a definição de um mesmo objeto de estudo, a psicologia poderia dar mais um passo em direção às ciências naturais. Importante notar a sua definição de ciência natural, a de que "é um mero fragmento de verdade extraído de sua massa total em benefício exclusivamente de efetividade prática." (p. 318). Vê-se que a verdade produzida pela psicologia exigia uma circunscrição

⁵ Além dos autores já citados, que em sua maioria se referem a uma "psicologia moderna", adotam esta concepção também Stanley Hall (1912), Freedheim e Weiner (2003) e Hergenhahn (2009).

consensual de um mesmo objeto de estudo, para que um dos critérios pudesse ser atingido. Além disso, o percurso da psicologia para que atinja o status de ciência natural exige, na visão de William James, que o conhecimento da psicologia seja aplicado. Veremos adiante como esse último ponto foi objeto de discussão nesse momento.

O "estado mental" enquanto objeto de estudo da psicologia, se por um lado alguns autores estavam de acordo, por outro lado também era objeto de discussão. Alfred Binet, em seu *L'âme et le corps*⁶, de 1905, problematiza a ideia de que a psicologia estudaria um "estado mental" (ou "fatos de consciência", como denominou), caracterizando expressões dessa natureza como demasiadamente vastas para estar incluída na definição de psicologia (p. 153-155). O argumento de Binet consiste na ideia de que tudo que nos é revelado assim o é pelo testemunho da consciência. Dito de outra maneira, ao se estudar o comportamento de um rato em um laboratório ou observar diariamente os corpos do nosso sistema solar, em ambos os casos as percepções tanto do rato como dos corpos celestes se constituem como fatos de consciência. Desse ponto de vista, tudo poderia ser caracterizado como objeto da psicologia, o que exprime portanto a imprecisão da expressão "fatos de consciência".

Binet propõe que a psicologia estuda determinados objetos que tem o caráter de representação, como as "recordações", "ideias" e "conceitos", além das "comoções", "volições" e as influências desses objetos entre si (p. 165). Assim, não é o objeto em sua concretude que está em questão, mas os fenômenos derivados da relação desse objeto com um observador. Paradoxalmente, qualifica esses fenômenos como mentais apenas para diferenciá-los dos naturais, mas depois afirma que todos são na verdade materiais e que a psicologia seria, portanto, uma ciência material (p. 178). Isto decorre de uma compreensão proposta por Binet de que as leis da psicologia guardam semelhança com as leis da física no que se refere ao seu aspecto material, mas se diferenciam pela propriedade teleológica que caracteriza as atividades mentais: o sujeito consciente é dotado de intenção e essa intencionalidade da consciência permite o que Binet denominou "preadaptação".

⁶ A edição brasileira publicada em 1909 traduziu o título para "A alma e o corpo". Contudo, nos Estados Unidos a edição de 1907 curiosamente teve o título traduzido para *The mind and the brain*.

Delimitar um objeto de estudo que pudesse ser adequadamente analisado era um aspecto presente nos manuais de psicologia e também um critério para sua cientificidade. A ideia de uma psicologia enquanto ciência natural mostrava ser uma aspiração que se fazia presente na literatura. Além de um objeto muito bem delimitado e metodologicamente viável, outros aspectos também eram postos em questão: a remoção de "entraves metafísicos" (JAMES, 2009[1892], p.323), a necessidade de aplicação não só da observação mas sobretudo do método experimental, o emprego de nomenclaturas mais precisas a fim de evitar confusão com o que era chamado de "popular psychology"⁷ e a formulação de leis que pudessem explicar os fenômenos mentais.

Tratando especificamente sobre o objeto, haveria um mais apropriado para o estudo científico da psicologia? A caracterização de psicólogo atribuída por Titchener aponta ser a mente esse objeto. Entretanto, o próprio Titchener (1971[1902]) defende que para compreender os processos mentais é necessário um estudo analítico dos processos mais simples. Considera a sensação como o elemento estrutural da mente, um componente elementar de uma estrutura mais complexa, tal como uma célula em relação a um tecido do corpo. No entanto, isso não explica o porque da eleição da "sensação" como um importante objeto de investigação psicológica. Em um artigo em que Titchener (1904) trabalha alguns problemas da psicologia experimental, assim expõe: "The only way to catch the higher intellectual processes in course of formation is to work from the periphery, by way of the sense organs." (p. 218). O aspecto empírico conferido à sensação torna possível a observação e o controle experimental, uma vez que o corpo aparece como elemento mediador entre o ambiente os fenômenos mentais.

A definição de sensação pode auxiliar o presente raciocínio. De acordo com Binet (1909, p.62-63), do ponto de vista da psicologia experimental uma sensação ocorre quando um excitante atua sobre um dos órgãos dos sentidos e há um estado de consciência sobre essa ação. Diferentemente das excitações que ocorrem sobre os "tecidos vegetais" e nos "órgãos animais da vida vegetativa" que tem como resposta reações rápidas ou lentas, as sensações pressupõem a tomada de

⁷ Dois dos termos que exprimem fenômenos mentais e que Titchener (1904, p. 217) procura evitar o emprego por serem palavras vagas e de domínio do senso comum são "percepção" e "imaginação". Sendo o caso de ter que trabalhá-los em texto, havia uma certa atenção em tecer definição mais acurada.

consciência. Em suma, na visão de Binet uma sensação é uma excitação seguida de consciência.

Desta definição é possível analisar a sensação sob pontos de vista distintos: o ato de consciência como um fenômeno psíquico e a modificação sobre o órgão produzida pelo excitante como um fenômeno de natureza física. Se a psicologia se distingue das outras ciências naturais, tal distinção ocorre portanto no modo de compreensão de um mesmo conteúdo. Se um experimentador utiliza um estesiômetro em seu laboratório, o que irá decidir se sua pesquisa é psicologia, biologia ou física é o ponto de vista sob o qual ele aborda o fato observado. Assim, por exemplo, se um sujeito experimental tem, em sua mão direita, 1 quilograma de penas e, na mão esquerda, 1 quilograma de chumbo, do ponto de vista físico as duas mãos sustentam o mesmo peso, mas a sensação experimentada pode levar o sujeito a afirmar que uma das mãos contém um objeto mais pesado. Nesse último caso, a representação consciente que se construiu para comparar os dois objetos e que o levou a dar uma resposta que diverge do âmbito da física, é objeto da psicologia. Nesse sentido, concluindo esse raciocínio com outra passagem de Binet, "a autonomia da psicologia seria uma questão de ponto de vista." (p.163).

Em consonância com essa diferenciação da psicologia a partir de um ponto de vista próprio que a individualiza, Wundt (1897) concorda que havia um equívoco ao considerar o objeto da psicologia como totalmente diferente dos objetos das outras ciências. Não existe, de acordo com Wundt, um único fenômeno natural que não possa se tornar um fenômeno de investigação da psicologia: uma pedra, uma planta e um raio de luz são fenômenos naturais, mas as ideias que eles despertam no observador são objeto da psicologia (p.2-3). Novamente, não se trata de um objeto que se distingue *per se*, mas de um ponto de vista próprio que o singulariza e o aloca no interior de uma ciência, conferindo a ela (no caso, a psicologia) uma determinada autonomia científica.

O aspecto representacional do objeto da psicologia, conforme caracterizado por Binet, é um atributo que garante a sua existência enquanto fenômeno essencialmente psicológico. William James (1950[1890]) é mais incisivo em relação a isso e se utiliza da experiência interior individual para sustentar uma máxima da psicologia:

"All people unhesitatingly believe that they feel themselves thinking, and that they distinguish the mental state as an inward activity or passion, from all objects with which it may cognitively deal. *I regard this belief as the most fundamental of all the postulates of Psychology*, and shall discard all curious inquiries about its certainty as too metaphysical for the scope of this book." (p. 185, grifos do autor)

Se a sensação está para os fenômenos mentais mais complexos tal como a célula está para um tecido, de que forma a sensação poderia ser estudada se o ponto de vista da psicologia diverge das outras ciências naturais? Tendo sido realizada a redução do objeto, como ele poderia ser investigado? Para essa questão metodológica, Titchener (1914, p.1; 1914, p. 42) concorda, primeiramente, que o método de todas as ciências consiste na observação. A observação pode sofrer algumas variações de acordo com o nível de complexidade metodológica: um cientista pode, por exemplo, empregar observações sistemáticas apenas com sua visão ou ainda utilizar-se de aparatos de laboratório objetivando o refinamento da observação. Em ambos os casos, portanto, a grosso modo o método seria o mesmo. No caso da psicologia, que tipo de observação os psicólogos estavam tratando e que conferia à psicologia uma outra distinção em relação aos outros campos de conhecimento?

Essa questão está parcialmente respondida no trecho "a man enamored of introspection" quando Titchener disserta sobre o título de "psychologist" (1905, p.220). Parcialmente porque, apesar de Titchener exprimir uma opinião particular ao valorizar a introspecção, este era, segundo William James (1950, p.183-198) um dos três métodos utilizados nas pesquisas em psicologia, ao lado da experimentação e da comparação.

Uma definição sintética da introspecção utilizada nos laboratórios de psicologia é a de que consiste em uma observação dos próprios fenômenos mentais e o posterior relato dos mesmos ao experimentador (James, 1950, p.185). Para compreender melhor o método introspectivo talvez seja necessário ressaltar algumas características do objeto da psicologia aqui abordado. Em primeiro lugar, trata-se de um objeto que carrega consigo um aspecto representacional, por ser um produto da relação do indivíduo com o mundo. Segundo, essa relação indica que é uma experiência subjetiva e, portanto, acessível apenas àquele que vivencia. Por último, sua validade está assegurada na medida em que os indivíduos compartilham a ideia de que existe uma experiência íntima de pensamento, conforme a passagem de William James. Desse ponto de vista, a observação

interna seria o instrumental capaz de investigar os próprios estados de consciência.

No entanto, o fato de estar acessível apenas ao observador não garante que seu relato posterior ao experimentador reflita, de forma acurada, a experiência imediata. E é justamente esse aspecto de incerteza que denuncia as limitações da introspecção e gera uma discussão em torno da cientificidade da psicologia no século XIX.

Os obstáculos que advém da pura introspecção e que impõem barreiras à cientificidade da psicologia poderiam ser superados com o advento de um outro método que viria complementar a investigação dos fenômenos mentais: a experimentação. Wundt comenta que a pura observação pode ser empregada quando os objetos a serem investigados são permanentes, isto é, possuem uma certa estabilidade no tempo. Do contrário, quando um objeto se configura como um processo torna-se necessário controlar certas condições no intuito de investigar sua natureza. Este é o caso dos fenômenos mentais que, por se tratarem de processos, não podem ser diretamente observados e portanto necessitam de intervenção experimental (WUNDT, 1897, p.18-24). Essa divisão traçada por Wundt encontra sentido no interior de seu projeto de psicologia (ARAÚJO, 2009), que aqui não cabe abordar, mas de toda forma o método experimental permitiria ao psicólogo uma observação exata do surgimento e curso dos processos psíquicos. Portanto, do ponto de vista metodológico, o ingresso da psicologia no conjunto das ciências naturais estaria assegurado com o advento do método experimental na análise dos processos mentais simples que compõem a experiência imediata⁸.

Dentre os autores aqui resgatados para nortear o presente capítulo, Titchener talvez seja aquele que mais defendeu o método introspectivo na análise da mente

⁸ Wundt traça uma diferença importante no seu sistema de psicologia entre uma psicologia experimental (individual) e uma psicologia dos povos (social). Os processos mentais abordados no parágrafo, que tem um aspecto processual e necessitam do método experimental, são objeto da psicologia experimental. Por outro lado, sua psicologia dos povos teria por objeto "produtos mentais" que se desenvolveram no curso da história e são qualificados como estáveis e, portanto, passíveis de observação. Enquanto que os fenômenos mentais produzidos por um único indivíduo são muito variáveis e precisam de controle experimental, os produtos mentais de uma comunidade adquirem uma característica de constância no tempo, impedindo qualquer intervenção experimental e sendo estudados apenas pela pura observação.

do "humano adulto e normal"⁹. Chega a afirmar, inclusive, que não há pretexto para abandonar a introspecção da psicologia, a menos que seja demonstrada a sua inviabilidade (1905, p. 221). Essa introspecção defendida era, assim como visto em Wundt, empregada juntamente ao método experimental.

De um lado, a introspecção, e, de outro, a experimentação como métodos que se complementam nas investigações em psicologia. O terceiro método mencionado por William James, a comparação, é um recurso que sustenta as teorias sobre o funcionamento mental de um indivíduo, conforme Titchener caracterizou, "humano adulto e normal". O estudo dos processos mentais envolvendo "crianças, loucos, idiotas, surdos, cegos e criminosos", além de outras espécies de animais, auxiliariam na compreensão dos nossos próprios estados mentais (p. 194). Até aqui foi abordada apenas uma psicologia estritamente acadêmica e voltada a pesquisa de laboratório. No entanto, o método comparativo servirá de ponte para introduzir um outro tema de discussão entre os psicólogos do século XIX: a possibilidade da psicologia ser uma ciência aplicada.

A posição de William James parece ser categórica sobre esse assunto:

"Se na psicologia, entretanto, surgisse a difícil escolha entre "teorias" e "fatos", entre uma ciência da mente simplesmente racional e uma meramente prática, não vejo como alguém poderia hesitar em sua decisão. O tipo de psicologia que poderia curar um caso de melancolia, ou afastar uma insana desilusão crônica, certamente deveria preponderar sobre o mais seráfico vislumbre da natureza da alma." (2009[1892], p.324)

A psicologia que deveria auxiliar na resolução dos problemas práticos, segundo William James, seria não uma psicologia racional e baseada em pressupostos metafísicos, mas uma psicologia enquanto ciência natural (p. 319). Essa é a psicologia que deveria prevalecer e proporcionar a predição e o controle dos fenômenos mentais, isto é, fornecer aquilo que realmente interessa ao educador, diretor de presídio, médico, sacerdote, etc: regras práticas.

Essas considerações de William James, que devem ser compreendidas mais a fundo a partir de um estudo da filosofia pragmatista, esbarram na posição de Titchener sobre a relação entre psicologia, ciência e aplicabilidade. O pensamento de Titchener sobre esse assunto pode contrastar a princípio com o de William James, mas é possível observar igualmente a defesa por uma psicologia científica.

⁹ Embora Binet já tenha acreditado ser a psicologia uma ciência da introspecção, em *A Alma e o Corpo* assume que este "erro" se devia a um enfoque maior em "análises de pormenores" e não ter "suficientemente elevado a uma concepção de conjunto" (p. 143)

Entretanto, Titchener acredita fortemente na "pura ciência" (1919, p.170) e considera que ela deveria ter seu espaço sem pretender a uma necessária aplicabilidade. Esboça uma diferença entre ciência e tecnologia e trabalha alguns aspectos que permitem refletir sobre as relações entre ambas (1914, p. 39-51). No que interessa à presente discussão, Titchener afirma que:

"Technology, we said, draws from many sources, but is continually drawing upon science; (...) Now if any induction from the history of human achievement is secure, it is surely this: that there is nothing in science so abstract, or so remote from the matter of fact, or so indifferent to common sense, that it may not, some day or other, prove of service to a technology; and since this is the case, it is really to the interest even of the most practical man that scientific activity should be conserved and encouraged." (p. 48-49)

A tradução de algum conhecimento científico, por mais abstrato que seja, em tecnologia, portanto, é sempre uma possibilidade. Titchener também comenta sobre o serviço que a ciência presta à tecnologia e ao progresso de um outro ponto de vista: a ciência permitiria reinventar a prática. Nas palavras do autor:

"(...) the technologist, for the very sake of his technology, needs the stimulus, the criticism and the assistance, of the man of science. Practical work tends, always and everywhere, to become routine work; routine tends towards conservatism, toward the defence of the old and the avoidance of the new; and conservatism ensures social stability. But if our ideal of society is a progressive equilibration, rather than the mere inertia of routine, then the conservatism of practical work must be tempered by the radicalism of science." (p. 49)

A data de publicação desses textos que contem discussões acerca da cientificidade e aplicabilidade da psicologia chama atenção. A partir da segunda metade do século XIX houve a emergência de uma psicologia fisiológica (experimental), na Europa, e desde então os psicólogos começaram a se preocupar em delimitar melhor o campo: definir objeto e método de estudo, além de uma série de tópicos que deveriam ser abordados pela psicologia (sensação, pensamento, emoção, memória, atenção, etc). Organizar, enfim, uma psicologia que até então não era mais do que a física antes de Galileu ou a química antes de Lavoisier, conforme William James em passagem já trabalhada. Quanto aos tópicos comentados, esses constituíam boa parte dos manuais publicados ao longo das últimas décadas do século XIX e início do XX, embora possamos perceber também algumas variações nas estruturas das obras dependendo do autor (e.g. SPENCER, 1890; LADD, 1894; WUNDT, 1897; TITCHENER, 1915; ANGELL, 1920; JAMES, 1950).

Como já muito nos contam os livros de história da psicologia, sobretudo as narrativas estadunidenses (BENJAMIN, 2009; GOODWIN, 2010; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014), se até os anos finais do século XIX essa nova psicologia era ainda bastante acadêmica e voltada para as pesquisas laboratoriais, o cenário começou a se reconfigurar nos anos que se seguiram. As diferentes especialidades "psi" datam do início do século XX, embora algumas práticas tenham despontado ainda no final do XIX, como a mencionada psicologia clínica de Witmer. As passagens de William James e Titchener aqui transcritas e comentadas inserem-se em um contexto em que havia uma discussão entre os intelectuais daquele momento sobre a aplicabilidade da psicologia. Na verdade, havia uma tensão entre os discursos, uma vez que enquanto William James "não vê como alguém poderia hesitar em sua decisão", isto é, entre uma psicologia racional e outra prática, Titchener se posiciona a favor da pura ciência e dos benefícios que a tecnologia poderia obter da atividade científica, sem necessariamente essa atividade ter por objetivo último uma tecnologia. Embora ambos estejam de acordo que a psicologia deveria caminhar em direção às ciências naturais e de fato dividir espaço com as ciências como a física, química e a fisiologia, a discussão sobre os fins últimos da psicologia gerava uma tensão entre os autores.

De toda forma, é curioso como parte das primeiras aplicações em psicologia tinha, em sua base, os métodos e as técnicas da psicofísica e da psicologia experimental. Os testes realizados em crianças para distribuição em diferentes classes de acordo com o nível intelectual, um dos ramos da psicotécnica, é um exemplo de uma aplicação que se utilizava dos aparatos experimentais fabricados, em sua maioria, pela Zimmermann ou G.Boullitte, as mesmas que fabricaram o acervo de instrumentos de laboratórios como o de Wundt e Binet. Historicizar algumas das práticas em psicologia aplicada que emergiram bem no fim do século XIX implica em considerar, portanto, sua relação com essa dita nova psicologia que se constituiu algumas décadas antes.

Na verdade, historicizar a psicologia aplicada é um exercício que permite levantar alguns problemas. Podemos tomar como exemplos os shows de ciência praticados em teatro e a frenologia. Aqui será considerado um sentido mais amplo de "aplicado", não se restringindo a uma aplicação da psicologia na solução de problemas práticos, tal como definido por Piéron (1950, p. 352). Consideremos aplicada toda psicologia que de alguma forma teve uma inserção social, seja para

resolver problemas em diferentes esferas, tal como a psicotécnica ou a psicologia clínica, ou mesmo para entreter um público. Isto é, toda forma de apresentação fora das fronteiras acadêmicas. Os shows de ciência recreativa eram espetáculos voltados para o público em geral e havia um discurso cientificista de que as façanhas realizadas nos diferentes números tinham uma base científica. Na história geral da psicologia um exemplo bem conhecido é Charcot. No Brasil, shows envolvendo experimentos baseados em psicologia experimental foram realizados por um indivíduo que ficou conhecido como "Professor Roberth". Voltaremos a este assunto em momento mais oportuno.

Quanto à frenologia, se o objetivo era verificar as faculdades morais e intelectuais a partir da medição de bossas e reentrâncias da cabeça, seria possível considerá-la uma prática em psicologia? A frenologia partia do corpo para concluir sobre as faculdades de um indivíduo, ou seja, medindo-se diferentes regiões da cabeça era possível afirmar sobre o quão desenvolvida era aquela faculdade. No que concerne a esse aspecto, a frenologia mantinha certa semelhança com a psicologia fisiológica. A diferença, no entanto, era menos uma questão de objeto - uma vez que assim como os psicólogos, os frenologistas também estudavam tópicos como a inteligência e a linguagem - do que os meios a serem atingidos para se chegar aos resultados, isto é, o método.

O argumento metodológico, que definia se dada prática era psicologia ou não, ou ainda psicologia científica ou pseudociência, direcionou uma narrativa histórica que privilegiou um percurso progressista tal como almejado nos meados do século XIX. Privilegiado, na verdade, pelos acadêmicos de orientação positivista, posto que o critério de cunho metodológico hierarquizou os diferentes conhecimentos psicológicos que concorriam desde o advento dos laboratórios de psicologia experimental.

Talvez por isso mesmo é que a história e a historiografia da psicologia pouco reuniu esforços até hoje para investigar e analisar um outro tipo de conhecimento "psy": os estudos sobre os fenômenos psíquicos ocultos capitaneados pelos pesquisadores psíquicos. Aqui não se trata mais de uma questão metodológica, mas talvez de uma orientação filosófica não restrita ao materialismo, uma vez que esses estudiosos estavam interessados em investigar, experimentalmente, os fenômenos psíquicos cujas leis ainda eram desconhecidas: telepatia, clarividência, levitação, etc. Trata-se de um corpo expressivo de

conhecimentos publicados também na segunda metade do século XIX, mas seguindo uma orientação na contramão do materialismo. Essa coexistência de saberes "psy" gerava uma tensão entre os diferentes grupos que se interessavam pelo estudo da psicologia. Este assunto também será melhor trabalhado em capítulo posterior.

Se hoje a psicologia normalmente é definida como uma "ciência" que estuda este ou aquele tópico, isto leva os historiadores a operacionalizarem a história de tal modo a recortar, nas fontes primárias, aquilo que dá sentido ao que existe hoje. Contudo, o regresso às fontes primárias possibilita ao historiador um constrangimento nesse exercício de retorno a um passado, retorno este que o situa no interior de um terreno caótico e, portanto, sem uma unidade a priori. Caberia a ele construir o seu acervo e empregar uma leitura de modo que sua narrativa se apresente como história que interessa, que pode ser contada e que encontra apoio de instituições e entre os pares. Interessaria, por exemplo, incluir as pesquisas de laboratório como práticas importantes nessa trajetória rumo à ciência, e não uma psicologia construída nas sociedades espíritas do século XIX ou aquela apresentada ao público por meio de espetáculos. Desse ponto de vista, uma história social da psicologia poderia ter como critério não um significado restrito de ciência ou uma necessária vinculação às instituições de ensino e pesquisa, mas as diferentes construções e inserções "psy" na sociedade.

Deixando de lado as questões historiográficas e retomando ao ponto da psicologia aplicada, a discussão sobre a aplicabilidade da psicologia, ao menos no que concerne à Titchener e William James, se restringe a resolução de problemas nas diferentes esferas sociais - educação, indústria, clínica, etc - consonante à definição de Pièron mencionada. A tensão entre pura ciência e tecnologia encontra interseções nas diferenças históricas traçadas entre a psicologia estrutural e a psicologia funcionalista, outra discussão trabalhada por Titchener (1898). Esse é um ponto que abre diálogo para algumas considerações históricas sobre as funções dos laboratórios de psicologia experimental nas instituições outras que não as universidades: agora não como centros de pesquisa mas também a existência do laboratório estaria condicionada às necessidades práticas em diferentes esferas sociais.

De certa forma, é possível afirmar que o ponto de vista de William James sobre os fins últimos de uma ciência natural, e isto implica em incluir a própria

psicologia, acabou prevalecendo em relação a pelo menos o de Titchener e Wundt. A psicologia deveria ser uma ciência natural e auxiliar na solução de problemas práticos. Muitos dos pensadores que compartilhavam dessa concepção ficaram conhecidos como "funcionalistas" na história da psicologia (BORING, 1950; FERREIRA, 2010; FERREIRA & GUTMAN, 2013; GOODWIN, 2010; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014).

No Brasil, a existência de laboratórios não estava atrelada ao desenvolvimento da pesquisa pura, como na Alemanha, mas havia uma justificativa de âmbito prático. Embora os resultados de experimentos tenham sido publicados de alguma maneira, ainda que de forma pouco organizada e sistemática, o que justificava sua existência e possibilitava o investimento financeiro era antes prático e político do que uma tentativa de desenvolver o conhecimento científico da psicologia no país. Não seria exagero afirmar que a "pura ciência" defendida por Titchener não existiu quando os primeiros laboratórios de psicologia experimental foram criados no Brasil. Existiu, sim, uma psicologia enquanto tecnologia, ou melhor, uma psicotécnica ou tecnopsicologia, na medida em que esses laboratórios estiveram instalados sobretudo em instituições de educação e hospitais psiquiátricos.

4

"Psychologia" no Brasil em fins do século XIX e início do XX: resgatando ensaios históricos e levantando alguns problemas

Após uma breve contextualização do cenário da psicologia que emergiu na metade do século XIX, na Europa, o objetivo do presente capítulo é a construção de um ensaio crítico em historiografia da psicologia no Brasil. Para tanto, o texto será dividido em três tópicos: o primeiro discutirá a singularidade de algumas obras que tratam de psicologia, publicadas em solo brasileiro, trabalhando alguns limites relativos a um aspecto singular nos discursos de psicologia produzidos no Brasil. O segundo se trata de uma reflexão sobre outras possibilidades de narrativa histórica para além das instituições científicas e de seus pioneiros. Por fim, algumas considerações analíticas que discutem os principais pontos trabalhados ao longo do capítulo.

Como aludimos anteriormente na introdução, este capítulo não segue abordando estritamente o campo da psicologia experimental e seus desdobramentos no Brasil. Trata-se de um desvio de trajetória que procura discutir criticamente modelos de narrativa, se aproximando portanto mais da historiografia. Essa discussão nos servirá para situar a psicologia experimental e suas práticas nas esferas escolar e médica em meio a um conjunto de tensões que se produziam a partir de uma pluralidade de vozes, e também de pensar sobre esses discursos como produções brasileiras sem reduzi-los a uma importação de modelos estrangeiros.

4.1.

Psicologia no Brasil ou psicologia brasileira? Uma breve discussão sobre a questão da originalidade do conhecimento "psy" no Brasil

Ao tratar sobre alguns trabalhos históricos que condenam os textos de psicologia no Brasil do século XIX, Alberti (2003, p.27) questiona: "uma leitura classificatória como essa (...) não condenaria esses discursos ao eterno esquecimento, impedindo qualquer tentativa de novas pesquisas? E isso não seria um erro, se não teórico, ao menos metodológico?" A presente reflexão tem como ponto de partida esses questionamentos para tratar brevemente sobre algumas obras publicadas no Brasil, não do século XIX como no caso da autora, mas do início do século XX.

É traço comum em muitos estudos a ideia de que historicamente a psicologia no Brasil se construiu a partir da importação de modelos europeus e norte-americanos (JACÓ-VILELA, ESCH, COELHO & REZENDE, 2004; VIEIRA & CAMPOS, 2011; ALMEIDA, 2012). No que concerne ao período histórico aqui trabalhado, um exemplo dessa ideia se centra no fato de que os laboratórios de psicologia experimental teriam sido montados aos moldes daqueles já instalados na Europa. Uma expressão disso pode ser encontrada em Manoel Bomfim, médico sergipano que dirigiu o laboratório situado no *Pedagogium* logo nos primeiros anos do século XX. Segundo Portugal (2010), Bomfim foi estudar na França com Alfred Binet e este supervisionou a construção do laboratório. Ao retornar, Bomfim teria coordenado, ao longo de mais de uma década, o que a literatura normalmente aponta como o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil. Desse ponto de vista, portanto, é possível afirmar que este laboratório teria sido produto da importação de um modelo europeu de psicologia experimental.

No que diz respeito à literatura em psicologia publicada no início do século XX, muitas das obras eram publicadas em formato de manual. Trata-se dos compêndios, princípios, manuais, pontos, noções de psicologia, que eram elaborados para atender aos programas de exame de admissão às escolas normais, ginásios e faculdades de direito, instituições estas que exigiam conhecimentos de psicologia em suas provas. Este é o caso do *Compêndio de Psychologia*, de Henrique Geenen (1925[1912]), e do *Psychologia e Lógica*, de Ludgero Jaspers (1921).

No livro de Geenen, a preocupação do autor foi de não só apresentar os principais modelos teóricos das diferentes perspectivas em psicologia, mas também atualizar os brasileiros em relação ao "estado da arte" quanto às pesquisas dos últimos anos. Por sua vez, a obra de Jaspers é uma tradução e adaptação de um curso francês de filosofia. Em ambos os casos, é possível constatar uma certa apropriação de uma produção estrangeira para aplicação nas provas em solo brasileiro. Por outro lado, se partirmos do pressuposto de que tais obras eram simplesmente uma cópia de modelos estrangeiros e que os alunos aprendiam não uma psicologia escrita por brasileiros, mas um conhecimento produzido fora do país, a tendência é que esses livros sejam considerados de pouca importância e colocados em segundo plano. No entanto, saber que se tratava de obras adaptadas

implica em considerar um recorte efetuado pelas diretrizes responsáveis pela instrução pública no Brasil, uma alteração no formato e no conteúdo das obras naquilo que se mostrava mais interessante para os programas. Implica, portanto, em considerar uma particularidade atrelada às questões nacionais, passível assim de análise histórica.

A negação de uma psicologia genuinamente brasileira, sob o argumento da apropriação do pensamento europeu e norte-americano, além de simplificar o processo histórico mostra certa injustiça para com alguns autores brasileiros. Ainda que houvesse uma expressiva influência, sobretudo da literatura francesa, é possível constatar originalidade em algumas obras. Vejamos outros exemplos.

Um dos livros que tinha por objetivo auxiliar no ensino de psicologia no âmbito da Escola Normal era o *Pontos de Psychologia*, publicado em 1925 por uma professora que, por razões pessoais, preferiu manter-se no anonimato. A obra, assim como todos os outros manuais, foi composta a partir de diferentes compêndios e tratava sobre tópicos dos mais diversos da psicologia clássica, a saber: consciência, emoções, memória, atenção, vontade, entre outros. Eram diferentes lições a serem ministradas ao longo do curso de psicologia. Onde seria possível encontrar certa particularidade nesta obra? Por exemplo, na lição sobre memória a professora assim escreve:

"As crianças retêm as menores particularidades dos factos. E como as suas associações não são coordenadas, não sabe localizar no tempo e no espaço as suas lembranças; faz confusão de tudo o que aprende. Confunde nomes e os factos. É muito commum ouvimos uma criança que aprende historia do Brasil, dizer que D. Pedro II proclamou a republica, D. João VI descobriu o Brasil e outras cousas semelhantes." (1928[1925], p.146-147)

Em outra passagem, dessa vez na lição sobre associação:

"A criança compara a lua a uma unha cortada. Diz que o sol é uma brazinha. Responde que o anno é bissexto porque o presidente governa quatro annos. Estudando numeros primos, diz que o 3 é parente do 9, e assim observamos associações muito engraçadas nas classes primarias." (p.110)

Esse e outros exemplos, extraídos de sua experiência no magistério, compõem o livro. Não se trata, portanto, de simples traduções e extratos de compêndios produzidos nos tais países cultos e do velho continente, mas de uma originalidade constituída, por um lado, de diferentes autores estrangeiros, e, de outro, de vivências pessoais e aspectos culturais próprios do Brasil. Contudo, ainda que no interior da escrita houvesse elementos propriamente brasileiros,

ainda assim poderíamos argumentar que o modelo fora importado e o que ocorria por aqui era uma adaptação às condições locais. Nesse sentido, a ideia de originalidade brasileira encontra limites muito claros nessa obra. Vejamos outro exemplo que pode aprofundar a discussão.

Em 1904, Manoel Bomfim publica um pequeno livro intitulado *O facto psíquico*, que serviria de introdução a um curso de psicologia a ser ministrado na *Escola Normal do Rio de Janeiro*. Nesse livro, o objetivo de Bomfim é unicamente discutir o objeto da psicologia e para isso resgata alguns autores de sua época, como Spencer, Wundt e Ribot, hoje considerados clássicos. Ao longo do texto, o leitor pode verificar a construção de um pensamento à medida em que Bomfim expõe seus argumentos, dialogando com alguns autores e discordando de outros. De modo geral, Bomfim tende a concordar com a perspectiva evolucionista de Darwin e Spencer e também com as ideias de alguns psicólogos franceses, concluindo ao final com uma definição particular sobre a psicologia.

Para compreender a ideia trabalhada por Bomfim nesse texto, talvez seja interessante expor, juntamente com alguns comentários, o encadeamento das ideias apresentadas. Primeiramente, as ciências de modo geral, de acordo com Bomfim, possuem um objeto de estudo intuitivo. Biologia e Mineralogia, por exemplo, seriam ciências em que é possível, intuitivamente, concluir sobre seu objeto: a primeira seria a ciência da vida, enquanto a segunda a ciência dos minerais. Contudo, em se tratando da psicologia Bomfim aponta um problema: “a denominação seria precisa si esta expressão – espírito ou alma correspondesse a uma noção intuitiva, precisa, de uma significação e de um valor indiscutíveis, infelizmente, porém, não e’ assim” (p.5).

Não sendo o espírito um objeto intuitivo, de definição precisa e clara, Bomfim emprega um exercício de reflexão sobre seu significado. A filosofia clássica, conforme o autor, atribuiu a uma entidade metafísica a capacidade de produção dos fenômenos psíquicos. Se pensamos, sentimos e temos vontade, isto é uma expressão de uma substância superior chamada espírito. Portanto, de acordo com este raciocínio, ele é a causa dos fenômenos psíquicos. Diria Bomfim que, como temos conhecimento apenas dos resultados últimos da atividade psíquica e não das condições materiais que com ela estabelecem relação, é natural a inferência de uma entidade superior para explicá-las. As diferentes atividades

psíquicas eram, desta feita, as faculdades dessa substância superior. Nas palavras do autor:

"Não tendo o homem, em summa, consciencia sinão dos resultados ultimos, adaptados, coordenados, uniformes como elles se nos representam, nada mais natural do que illudir-se e admittir: que essa harmonia psychica não poderia existir sinão como o produto da actividade de um principio superior, único - uma entidade metaphysica - força e substancia pensante. E foi a este principio sobrenatural que se deu, realmente, o nome de espirito ou alma. Cada uma das actividades psychicas eram, apenas, faculdades deste mesmo principio transcendental, metaphysico." (p.23)

Se a ideia de espírito enquanto causa da expressão psíquica parecia mostrar-se problemática para Manoel Bomfim, qual deveria ser então o objeto mais adequado para esta psicologia que trilhava, desde meados do século XIX, os rumos das ciências naturais? É buscando uma solução para este impasse que Bomfim elege não os fatos de consciência, o estado mental ou mesmo a mente, como alguns autores trabalhados no capítulo anterior, mas a personalidade. A psicologia deveria ser, conforme Bomfim, "a sciencia da personalidade" (p. 27). Na contramão das causas primeiras e da substância superior, a ideia de personalidade pode ser entendida como resultante das atividades psíquicas, uma espécie de "eu", uma unidade que se produz na relação do organismo com o meio social. Essa unidade se apresenta como uma harmonia não mais produzida por uma substância imaterial e superior, "alguma cousa a mais, um quid" (p.25), algo que antecede a vida psíquica, mas é a própria síntese das atividades psíquicas. A formação da personalidade ao longo da vida, dependente da relação organismo e meio, seria uma constante transformação em direção à adaptação.

Antes de retornar à discussão sobre possíveis elementos para se pensar uma psicologia brasileira, cabem aqui alguns breves comentários. Como visto no capítulo anterior, a "nova psicologia" ou "psicologia moderna", como também era chamada, estava emergindo e encontrava-se, em fins do século XIX, em franco desenvolvimento. Vimos também que era necessário redefinir o seu objeto de estudo, uma vez que a ideia de "ciência da alma" trazia consigo uma herança de uma psicologia das faculdades da alma, psicologia esta carregada de entraves metafísicos os quais os psicologistas - ao menos aqueles afeitos a ideia de que a psicologia deveria ser uma ciência natural - procuravam se desvencilhar.

Esta preocupação entre os autores refletia-se nos manuais publicados, pois como já mencionado os primeiros capítulos eram dedicados a definir a psicologia,

seu objeto e métodos de estudo, diferenciando-a de outros campos do conhecimento como a filosofia e a fisiologia. É na esteira desse cenário e perfil livresco que caracteriza os manuais que seria possível contextualizar o texto de Bomfim: o autor estrutura seu curso igualmente se preocupando em circunscrever o objeto da psicologia, tal como nos manuais estrangeiros, aspecto também presente em seu *Noções de Psychologia* publicado posteriormente, em 1917. Neste, inclusive, sua definição de psicologia permeia todo o manual, de forma que se testemunha essa concepção ao longo das lições, sendo possível atribuir ao seu *Noções...* feições próprias que não se resumem à mera importação ou adaptação de manuais estrangeiros.

Contudo, seria possível utilizar-se deste texto de 1904 como um exemplo de pensamento brasileiro em psicologia¹⁰? Ao se estudar as diferentes teorias ou escolas psicológicas, o aluno normalmente aprende que o Estruturalismo e o Behaviorismo são movimentos norte-americanos, enquanto o Gestaltismo uma escola alemã. Por sua vez, aprende também que a Psicologia Diferencial possui raízes inglesas e a Psicanálise é um movimento austríaco. Enfim, para cada pensamento ou escola associa-se normalmente um país e suas respectivas paternidades. Entretanto, apesar de haver um dicionário de duzentos pioneiros da psicologia no Brasil (CAMPOS, 2001), teria algum deles produzido um conhecimento que nos permitisse situá-lo ao lado de Piaget, Freud, Watson, Kohler, entre outros grandes nomes da psicologia¹¹?

No livro *Psicologia Educacional* publicado em 1936 por Nelson Cunha de Azevedo, o autor inicia seu texto contextualizando historicamente as diferentes escolas de pensamento em psicologia. Como de praxe, lista em tópicos as escolas existentes até aquele momento e seus principais autores, tal como mencionado no parágrafo anterior. Contudo, o interessante é que mais ao final da lista, no tópico "g) outras correntes" o autor assim escreve: "Psicologia é a ciência da

¹⁰ Antunes (2001), em seu verbete sobre Manoel Bomfim, atribui originalidade ao pensamento do médico sergipano quando afirma que este teria antecipado "algumas ideias posteriormente correntes na Psicologia, como as de Vigotski e Piaget, assim como teria antecipado as ideias de Ernst Bloch e Antonio Gramsci em sua interpretação da sociedade." (p.93). Contudo, a autora se baseia principalmente na obra "Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem" e não em "O facto psíquico", texto aqui trabalhado.

¹¹ Recentemente, pesquisadores da *New York University*, no Canadá, lançaram um projeto em formato de jogo online em que os participantes podem julgar as pessoas que consideram mais influentes na história da psicologia. Personagens como Skinner, Pavlov, Watson, James e Wundt atualmente ocupam as primeiras posições. O projeto pode ser acessado pelo endereço <<http://elo.sha.nemart.in/>>.

personalidade (Bomfim)" (p.11). Isto é, ao lado da Reflexologia de Vladimir Bechterew e na mesma lista em que estão presentes o Behaviorismo e o Gestaltismo, há uma corrente de pensamento de autoria brasileira sendo ensinada e divulgada em território nacional.

No entanto, ainda que se pudesse constatar uma psicologia brasileira no exemplo do texto de Manoel Bomfim, a menção a esta corrente de pensamento no livro de Azevedo parece ser caso isolado, uma vez que não se viu outras referências à psicologia enquanto ciência da personalidade (sob autoria de Bomfim) em outros manuais. Ainda assim, uma possível interrupção em seu ensino ou esquecimento dessa corrente brasileira nos manuais não autorizaria o historiador a negligenciar possíveis traços nas obras brasileiras que possibilitariam uma discussão sobre a construção de um pensamento autoral em psicologia por parte alguns autores brasileiros.

Os exemplos trabalhados até agora, sob certo ponto de vista, guardam uma semelhança. As obras aqui comentadas foram produzidas por autores que se diferem quanto à formação, mas se assemelham pelo ensino da psicologia como objetivo da obra, ainda que varie a instituição onde as aulas seriam ministradas. Desse modo, uma vez formalmente ligados a determinadas instituições, tais autores estavam subordinados aos programas oficiais. Agora, para finalizar a discussão deste tópico, vejamos um último exemplo que escapa das amarras e das diretrizes institucionais.

A *Psychologia das Atitudes* de Paulo de Magalhães (1923), é um interessante ponto de interrogação na história da psicologia: não se trata de um livro que poderia ser alocado no interior de uma escola de psicologia ou mesmo uma corrente de pensamento, tal como a psicologia fisiológica ou o behaviorismo. Seria forçoso também classificá-lo como um livro de psicologia social, embora sua leitura possa encaminhar o leitor para esta armadilha. Embora não seja adequado categorizá-lo a priori, o estilo literário e a estrutura, dividida em pequenos contos, sugere ser um texto que possui interseções com a literatura. De que trata, pois, o autor que nada diz sobre si além de se auto afirmar um "homem público" no prefácio? Paulo de Magalhães, não sendo este um pseudônimo, é um desses muitos personagens ausentes do Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (CAMPOS, 2001) cujas obras oferecem controvérsias para se repensar criticamente a história da psicologia no Brasil.

De modo geral, o intuito de Magalhães com essa obra é denunciar alguns típicos personagens da sociedade brasileira de sua época. Personagens tão conhecidos pela maioria das pessoas que o próprio autor avisa: "Vendo-os, nas minhas descrições syntheticas e reaes (...) haveis de pensar logo em alguém que bem conheceis e que vive dentro do typo que eu descrevo." (MAGALHÃES, 1923, p.11). Trata-se de uma crítica social, conforme o mesmo afirma, em que Magalhães constrói curtas histórias que giram em torno do "typo" denunciado. Cada capítulo é uma ilustração sobre um tipo específico de indivíduo que integra a sociedade moderna brasileira, por meio de suas "attitudes" descritas nas histórias. Compreende-se melhor o pensamento do autor e mesmo o objetivo da obra ao recorrermos às suas considerações críticas sobre a sociedade moderna:

"A sociedade moderna - grande pyramide de ouro construida sobre alicerces de barro que se liquefazem gradativamente - admira e enaltece e applaude e diviniza a todos aquelles que sabem vencer, enganando-a embora, illaqueando consciencias, ludibriando multidões, mentindo emfim, mas vencendo em todo o caso e sob um bom aspecto!" (p.7)

E continua, desta vez tratando diretamente sobre as "attitudes" dos indivíduos modernos:

"E' o triumpho da apparencia sobre a realidade, da ostentação apparatusa sobre a modestia verdadeira, da gritaria trombeteante sobre a ponderação bem timbrada, do ruido atordoante sobre a harmonia melodica, é a supremacia da exterioridade, é a victoria do "bluff", é o successo das attitudes!" (p.8)

Onde se verifica aqui uma "psychologia"? Conforme Magalhães tece uma narrativa literária em cada capítulo, algumas categorias para análise dos personagens aparecem nas descrições, tais como: conduta, inteligência, hábito, percepção e emoções. Essas são algumas das categorias trabalhadas nos manuais do século XIX e também naquele momento, aqui já citadas (e.g. JAMES, 1950[1890]; TITCHENER, 1928 [1909]). Elas não aparecem em tópicos, muitas vezes pouco explícitas, mas diluídas ao longo do texto para descrever e analisar os indivíduos. O foco de Magalhães centra-se, como o próprio título já sugere, nas condutas que caracterizam o personagem, um jeito de ser e existir que singulariza um "tipo" da sociedade moderna. Em suma, trata-se, dialogando com o texto de Bomfim, de uma série de aspectos psicológicos que convergem em uma unidade, um eu, que é o próprio personagem narrado.

Embora o autor não explicita qualquer pretensão de analisar especificamente o brasileiro, afirmando tratar-se apenas de indivíduos comumente presentes na

sociedade moderna, alguns elementos nacionais aparecem no livro: a cidade do Rio de Janeiro, pronomes de tratamento, nomes e adjetivos da língua portuguesa (Dona Honesta, José Parasita, Manoel do Músculo, etc) e até mesmo o "Club de sport" Fluminense (MAGALHÃES, 1923, p.25). Desse ponto de vista, é possível concluir que Paulo de Magalhães constrói e critica indivíduos que comporiam a sociedade brasileira moderna de sua época. O significante "psychologia" entra aqui como um recurso para análise: personagens são descritos e analisados segundo categorias psicológicas, as mesmas comumente presentes nos manuais de psicologia oitocentista e também daquele momento.

Os textos trabalhados neste tópico vem a sustentar um ponto de vista já gotejado ao longo dessa discussão. Os livros de psicologia publicados naquele momento da Primeira República do Brasil, sejam os manuais que serviam de material didático ou livros dos mais diversos que tratam de psicologia mas também versam sobre uma série de outras questões, não podem ser relegados ao plano da importação de ideias estrangeiras. De fato, os manuais eram, até certo ponto, uma compilação de autores e das pesquisas mais atuais em psicologia. Por outro lado, o recorte executado para atender às demandas dos programas das instituições e os elementos culturais presentes nas obras, como no caso da professora anônima, alertam o historiador para um cuidado necessário ao analisar tais textos.

Tratando de um pensamento autoral em psicologia, a discussão adquire outros contornos. É sabido que alguns estrangeiros notadamente conhecidos no final do século XX e início do XX vieram ao Brasil, de passagem, para ministrar cursos de psicologia. George Dumas e Henri Piéron, experimentalistas franceses, são casos conhecidos e registrados na mídia brasileira (*A Epoca*, 2 ago. 1917, p.1). Já outros, como Clemente Quaglio, Ugo Pizzoli e Waclaw Radecki, aqui residiriam por algum tempo e coordenaram laboratórios de psicologia experimental (CENTOFANTI, 1982; ANTUNES, 2012). Especialistas estrangeiros, portanto, contribuindo para o ensino, divulgação e o desenvolvimento da psicologia no Brasil. Uma interpretação que se pode extrair de tais acontecimentos é a influência das ideias do velho continente sobre os intelectuais de um país cujo solo encontrava-se fértil para as modernas teorias e técnicas da nova psicologia, que já há algum tempo eram objeto de discussão entre europeus e norte-americanos. Uma visão, portanto, hierarquizada e

colonialista do processo histórico da psicologia no Brasil, pois parte-se do princípio que os países cultos elaboram e aqueles do novo mundo, como o Brasil, bebem deste conhecimento e trilham os rumos ditados por aqueles.

Entretanto, deixar-se contagiar por essa interpretação poderia levar o historiador a incorrer no erro de simplificar e categorizar as fontes primárias já de antemão, desconsiderando a possibilidade de um processo histórico que aqui se configurou. O *facto psíquico* de Manoel Bomfim é exemplo de uma corrente de pensamento em que o autor discute as ideias de alguns autores e chega a uma conclusão que difere de muitos dos mais citados autores europeus. Não expõe meramente a definição de Wundt para o objeto da psicologia, mas a problematiza e complementa. Trata-se, portanto, de um pensamento construído em solo brasileiro mas que se perdeu com o tempo, na medida em que as narrativas históricas analisam o processo histórico da psicologia no Brasil sob o ponto de vista da atribuição de dependência ao pensamento estrangeiro. Com isto, não se pretende concluir aqui certo pioneirismo de um ou outro autor sobre determinada escola ou movimento da psicologia, como parece sugerir a lista no livro de Azevedo. Tampouco negar as pesquisas históricas que afirmam que o Brasil importou modelos de países estrangeiros. Ao invés disso, trata-se de possibilitar uma outra leitura histórica às produções em psicologia publicadas no Brasil.

Sobre esse último ponto, remetendo novamente ao questionamento de Sonia Alberti no início deste capítulo, parece se tratar de uma questão metodológica verificada nos ensaios históricos. Analisar as fontes primárias produzidas no período que interessa a esta pesquisa implica em considerar os elementos próprios do solo brasileiro e nos condicionantes que fornecem certa configuração aos conteúdos de psicologia presente nos documentos. Para isto, é interessante suspender os rumos percorridos pelos primeiros ensaios históricos, rumos estes que ainda hoje sustentam boa parte das narrativas atuais, para que se possa então lançar um outro olhar sobre a psicologia no Brasil.

4.2.

Além das instituições científicas e seus pioneiros: apontando outras possibilidades de narrativa histórica para a psicologia no Brasil

O objetivo do presente subcapítulo é propor uma discussão sobre o aspecto cientificista marcante nas narrativas históricas e mostrar como o retorno às fontes primárias fragiliza a cadência de tais narrativas e denuncia alguns problemas. Primeiramente serão trabalhadas algumas fontes que dialogam com as principais narrativas históricas para em um segundo momento trabalhar com outros documentos que possibilitam a construção de outras narrativas para a história da psicologia.

A concepção fisicalista de ser humano, expressada pela psicologia experimental praticada em laboratório, já abordada anteriormente, e suas relações com a história da psicologia são observadas nos textos considerados por Antunes (2004) como os primeiros ensaios históricos da psicologia no Brasil. Os trabalhos de Plínio Olinto (2004[1944]), Anita Cabral (2004[1950]) e Lourenço Filho (2004[1955]), os três primeiros ensaios organizados pela autora, possuem algumas características em comum, ainda que em níveis distintos: são memorialistas e progressistas ao abordarem o processo histórico da psicologia. Memorialista uma vez que os autores vivenciaram, em maior ou menor grau, o período histórico trabalhado. Progressista, na medida em que a psicologia é historicizada como se seu percurso histórico tivesse ocorrido, passo por passo, em direção à cientificidade.

O texto de Plínio Olinto (1886-1956) talvez seja, em relação aos demais, o mais memorialista. O autor parte de suas vivências para narrar a psicologia experimental no Brasil e inclui a si mesmo nessa narrativa, como um personagem, não como qualquer outro, mas de relevo, que protagonizou os fatos descritos. Por exemplo, quando comenta brevemente sobre o laboratório chefiado por Waclaw Radecki conclui afirmando que "Assim sendo, nesse laboratório Plínio Olinto não quis penetrar." (p.27). Interessante notar como não lança mão de qualquer bibliografia para sustentar seu curto ensaio, apenas rememora uma série de eventos e os descreve com mais ou menos precisão, incluindo algumas observações pessoais ao longo do texto.

Anita Cabral (1911-1991) e Lourenço Filho (1897-1970) construíram ensaios mais robustos e amparados em um referencial extenso. As longas

descrições dos autores poderiam ser resumidas em três perguntas: 1. Quem produziu? 2. O que produziu? e 3. Sob os auspícios de qual instituição? A história é narrada em uma sucessão de eventos que envolvem os feitos dos diferentes atores - os obreiros que contribuíram para o desenvolvimento da psicologia científica em um país que trilhava o caminho da modernidade, mas não sem os entraves que dificultaram o trabalho de tais heróis -, e as relações desses indivíduos com as instituições de sua época. Tais características, fundantes de uma história da psicologia no Brasil, encontra ecos nas produções das últimas décadas (CENTOFANTI, 1982; PENNA, 1992; ANTUNES, 2010; MASSIMI, 2013).

O texto de Lourenço Filho fora organizado em um formato que em muito se assemelha a trabalhos produzidos décadas à frente, como em Massimi (1990) e Antunes (2012[1991]), ou seja, o processo histórico organizado segundo diferentes contribuições vindas de médicos, pedagogos, profissionais do campo do trabalho, etc. Tal estrutura serviu de base para nortear boa parte da produção mais recente, uma vez que muitos trabalhos buscam investigar uma instituição (por exemplo, um hospital ou uma escola), um personagem dito pioneiro (um médico ou um educador), um conceito de acordo com um e outro autor, ou ainda as relações históricas entre a psicologia e um outro campo (seguindo o presente raciocínio, saúde e educação). Dito de outra forma, lançados os ensaios que comportam períodos mais amplos, funcionando como pilares que sustentam uma certa relação com o nosso passado, as investigações poderiam se direcionar ao preenchimento de lacunas que tais ensaios mais amplos não cobriram.

De toda forma, o que esses ensaios organizados pela autora tem a nos contar sobre a história da psicologia no Brasil? Em linhas gerais, ao longo do século XIX e até os primeiros anos do XX, a produção de um conhecimento em psicologia partiu de alguns segmentos entre os intelectuais, destacando-se o papel sobretudo dos médicos. Profissionais do Direito e padres também estiveram envolvidos com algumas produções, como os autores assim destacam, mas é possível notar uma valorização dos médicos nesse momento de nossa história.

Aqui é importante destacar que até a década de 1920 não havia universidade no país onde pudesse comportar seus departamentos e institutos destinados à produção de um conhecimento específico. Até então, as instituições normalmente destacadas como aquelas em que havia alguma "psychologia" eram a *Faculdade*

*de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia*¹². Na verdade, eram duas das poucas instituições no Brasil oitocentista destinadas ao ensino superior. Sobre isto, impõe-se uma breve observação: a condição de colônia a que esteve submetido o Brasil até o início do século XIX foi fator crucial nesse processo de criação e expansão das instituições de ensino superior, uma vez que Portugal não as permitia¹³. Foi a partir da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e posteriormente a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822) que houve reformas no aparelho burocrático e institucional no Brasil (COSTA, 2008). Na esteira dessas mudanças é que foram criadas as primeiras instituições médicas do país, instituições que posteriormente se transformaram nas mencionadas faculdades. Nestas, uma "psychologia" aparecia diluída no interior de algumas "theses" defendidas pelos alunos concluintes do curso de medicina.

Lourenço Filho (2004, p.77) afirma que entre 1840 e 1900 foram defendidas 42 teses versando sobre psicologia, somente na Faculdade de Medicina da Bahia. Dessas, elencou, assim como o ensaio de Plínio Olinto (1944), a tese de Henrique Roxo defendida em 1900 como supostamente a primeira sobre psicologia experimental propriamente dita¹⁴. Resgato aqui essa informação pois é curioso notar como ela foi difundida em pesquisas mais recentes (SOARES, 2010; JACÓ-VILELA, 2012) sem haver um trabalho histórico mais crítico sobre os diferentes

¹² As Faculdades de Medicina, tanto a do Rio de Janeiro quanto a da Bahia, foram criadas a partir da Lei de 03 de outubro de 1832 que transformou as academias médico-cirúrgicas dos respectivos estados à condição de Escola ou Faculdade. Alguns dos considerados pioneiros da psicologia (CAMPOS, 2001) se formaram nessas instituições: por exemplo, no Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Manoel Bomfim (1868-1932), Maurício de Medeiros (1885-1966) e Plínio Olinto (1886-1956); na Faculdade de Medicina da Bahia, Eduardo Ferreira França (1809-1857), Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Juliano Moreira (1873-1933). Sobre as instituições, ver Espírito Santo e Jacó-Vilela (2011) e Rocha (2011).

¹³ Sobre os efeitos da colonização portuguesa sobre o Brasil, Manoel Bomfim (1904) comenta que "No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam: sem industria, sem commercio nacional, sem capitaes, sem riqueza, **sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo.**" (p.159, grifos meus). E, mais a frente, "Ora, pelo resto do mundo, a sciencia e a philosophia vinham despertando as consciencias; os privilegios e as injustiças sentiam-se ameaçados; então, redobram-se os expedientes para embrutecer e degradar definitivamente as gentes das colonias, **de fórma a tornar para sempre impossivel a redempção intellectual e moral destes povos.**" (p.177, grifos meus)

¹⁴ Essa informação é mais uma interpretação da literatura em geral, pois Henrique Roxo se refere mais a uma "psychometria" do que propriamente "psychologia experimental", ao longo de sua tese (ROXO, 1900). As fronteiras entre ambas normalmente são abordadas com pouca nitidez, mas incorreríamos em erro ao partirmos do pressuposto que se tratam de duas áreas distintas da psicologia tal como o campo se organiza hoje. Tais relações conduzem, portanto, a uma armadilha e precisam ser abordadas com cautela. De toda forma, Henrique Roxo parte de uma "psychometria" e atribui certo valor ao que denominou "ensaios psychometricos" para o diagnóstico e o prognóstico nos "alienados".

sentidos de "psicologia experimental" ao longo da história. Desde os primeiros ensaios históricos as narrativas continuam a privilegiar um percurso progressista da psicologia, omitindo vozes outras que não concertam com os pressupostos cientificistas.

Estando Lourenço Filho correto ou não sobre a quantidade de teses que tratam de psicologia, uma investigação em cima desses documentos mostra ao leitor que de alguma forma havia um conhecimento "psy" ali sendo construído. Que psicologia foi esta que se construiu no interior da medicina? Esta questão, para ser respondida satisfatoriamente, exigiria um denso ensaio sobre o assunto. Aqui será esboçada uma resposta que consiga dialogar com os laboratórios de psicologia.

As relações entre psicologia e outras áreas sugerem uma determinada hierarquia entre os saberes nos trabalhos históricos. Seguindo a linha argumentativa do parágrafo anterior, tratemos das relações entre psicologia e psiquiatria no Brasil do final do século XIX e início do XX. A medicina é concebida como um campo já estruturado e com profissionais que possuem um papel estratégico nas sociedades modernas (BARROS & JOSEPHSON, 2013), enquanto a psicologia -sobretudo a fisiológica e experimental- viria a ter uma função auxiliar da prática médica. Que funções estaria então a psicologia cumprindo na medicina? É possível dividir esta resposta em três objetivos: 1. para tratar sobre as manifestações normais e patológicas das faculdades da alma; 2. como auxiliar de diagnóstico e prognóstico, e 3. incorporando meios e técnicas para profilaxia e cura das doenças mentais.

Sobre o primeiro objetivo, talvez a expressão mais clara esteja nos manuais e compêndios de psiquiatria, como o de Henrique Roxo (1877-1969) publicado em 1921, em que diversos tópicos que caracterizam os manuais de psicologia compõem diversos capítulos dos de psiquiatria. No manual citado, o autor aborda teoricamente a afetividade, atenção, consciência, raciocínio, memória e vontade, e suas alterações nos doentes mentais. Disserta sobre as manifestações nos adultos normais e crianças, comparando-as com os mais variados quadros clínicos. As referências de Henrique Roxo, também presentes em outros manuais e teses de medicina, são alguns dos nomes da psicologia do século XIX: Pierre Janet, Ribot, Wundt, William James, Binet, Munsterberg, entre outros. O conhecimento da

psicologia se inseria aqui como balizador para o reconhecimento de uma manifestação patológica.

Por outro lado, a psicologia poderia fornecer ferramentas interessantes para auxiliar o diagnóstico. A questão central aqui poderia ser exposta nos seguintes termos: se havia uma alteração da vontade em um paciente, o quanto ela variava exatamente? Tornava-se necessária a mensuração daquela faculdade mental para auxiliar na observação e, em última instância, na classificação diagnóstica. É aqui onde podemos atribuir um papel ao laboratório de psicologia que, com os seus mais variados aparelhos, permitiria observar e mensurar diferentes manifestações corporais e, com isto, concluir sobre os estados mentais. Ao tratar sobre o "ergographo de Mosso" e a "penna electrica de Edison", Henrique Roxo comenta que: "São aparelhos, pelos quaes se afere a energia com que a vontade se exteriorisa. No primeiro se verifica a rapidez com que se realiza o movimento muscular; no segundo se visa a velocidade com que se póde dar a escripta." (ROXO,1921, p. 172)

A ideia de uma vontade que se exterioriza é um ponto fundamental para compreender os laboratórios de psicologia desse momento, uma vez que as manifestações mentais eram observadas por meio das expressões fisiológicas e da conduta, marcas corporais que denunciavam certa atividade psíquica. Sobre isso, importante lembrar que tais correlações entre corpo e mente foram trabalhadas nos manuais de psicologia sob a denominação de paralelismo psicofísico (WUNDT, 1897; TITCHENER, 1928).

Com relação ao prognóstico, a tese de Henrique Roxo (1900) fornece uma informação interessante a respeito do valor dos "exames psychometricos" na verificação de alguma mudança no quadro patológico. Por exemplo, variações nos resultados de tempo de reação após a administração de um fármaco "póde desvendar as suas acções na intimidade dos tecidos" (p. 97). Os experimentos para investigar os "actos psíquicos elementares" constituem-se, portanto, uma técnica que encontra utilidade na prática médica.

Em verdade, antes mesmo de falar sobre o laboratório de psicologia, o próprio significante "laboratório" já trazia um significado que tornava bem-vinda a sua instalação para auxiliar a prática médica. Nas palavras de Henrique Roxo:

"Cada vez mais se faz preciso o auxilio do laboratorio ao clinico e muitos problemas teem ficado assim inteiramente esclarecidos. (...) Obedecendo

rigorosamente a elle, não será facil olvidar qualquer elemento importante que obste o perfeito esclarecimento clinico.(...) O medico terá assim auferido elementos valiosos, para que a diagnose se antólhe bem exacta, arrimada escrupulosamente em dados clinicos que com paciencia, carinho, e intelligencia foram sendo colhidos pouco e pouco. Só assim será perfeita a observação clínica.” (1921, p.68-69)

Avaliar as manifestações psíquicas dos pacientes e compará-las ao que se compreendia por expressão normal era um importante objetivo dos laboratórios (ou gabinetes) de psicologia experimental no contexto da medicina. A prática de uma "psicometria clínica", conforme o próprio Henrique Roxo denomina (p.68), se constituía como uma observação acurada que viria auxiliar o médico na decisão de uma categoria diagnóstica mais precisa: tratava-se, afinal, de um idiota, um imbecil ou de um degenerado superior¹⁵? Na medida em que níveis de inteligência (além dos sinais físicos) se articulavam com tais categorias, precisar esse "quanto" de inteligência era tarefa auxiliadora da observação médica.

Por último, a inserção de uma psicologia no campo médico também se dava por meio de psicoterapia. Abordá-la historicamente exige um exercício prévio de suspensão dessa prática terapêutica: o sentido de psicoterapia incluía uma série de práticas distintas, não somente aquelas que existiram no seio da medicina. Maurício de Medeiros (1933) inclui as práticas de sugestão e autossugestão, o método de persuasão de Babinski, a psicanálise freudiana, além de práticas religiosas que funcionavam como "modalidades de acção mental como agente de cura" (p.14). Para os diferentes métodos praticados por alguma autoridade religiosa o autor classifica-as como psicoterapia empírica e seu sucesso estava assegurado "inegavelmente pela eficiência curativa de seus apóstolos" (p.28). Enfim, delimitando um pouco o sentido de psicoterapia, aquela praticada pelos médicos brasileiros nas primeiras décadas do século XX era principalmente sustentada pelos métodos da hipnose, sugestão e também pela psicanálise freudiana.

A psicoterapia, uma prática "psi" que igualmente viria a auxiliar a medicina (neste caso, um recurso à terapêutica), para certos quadros era mais indicada do que a administração de fármacos. Ernani Lopes, em sua tese de concurso de 1922,

¹⁵ Sobre a ideia de degenerado, Brandão (1887) coloca que se trata de "individuos cujo cerebro não chegou ao desenvolvimento completo em consequencia de uma herança morbida ou de uma parada de desenvolvimento do mesmo por qualquer que seja a causa." (p.43-44). Nesse sentido, o atraso no desenvolvimento cerebral poderia ser maior ou menor entre os doentes mentais, o que por sua vez variava a categoria diagnóstica atribuída (idiota, imbecil, cretino, etc).

comenta que para os casos de estupro histórico deveria ser aplicada a psicoterapia. Interessante notar como o autor qualifica-a como um "medicamento puramente psicologico" (1922, p.161-162).

A recomendação de psicoterapia também pode ser encontrada em outros textos. Na verdade, certa expectativa para com a psicoterapia é claramente exposta no manual de Henrique Roxo, onde o autor chega a afirmar que se trata da terapêutica do futuro para o tratamento dos alienados¹⁶, em que seria possível educar a vontade dos pacientes (1921, p.183).

Exposto três das diferentes formas de inserção de uma "psychologia" no seio da medicina, sobretudo da psiquiatria, torna-se difícil reduzir as relações entre os dois campos em termos que sugerem uma hierarquia. A psicologia não estava somente a serviço da prática médica, como um saber que apenas auxilia, mas ela própria era parte constituinte da psiquiatria. Tratava-se, como observado na tese defendida por Plínio Olinto (1910), de uma relação de "imediate dependência" por parte da psiquiatria (p.10).

Pouco antes da produção de teses de medicina que continham certa "psychologia" em seu escopo teórico, apenas comentando brevemente, indivíduos vinculados a instituições religiosas também tratavam de psicologia em seus seminários. É o caso dos padres João de Siqueira Queiroz, Jose Joaquim Pereira e Antonio Maximo do Couto que defenderam, em público, teses filosóficas "sobre o homem" em um seminário de 1830, no Rio de Janeiro (QUEIROZ, PEREIRA & COUTO, 1830). Nesse caso, se é atribuído aos médicos um certo mérito por produzirem uma psicologia dita mais objetiva, fisiológica e experimental, esses padres claramente estavam apresentando uma psicologia aos moldes da metafísica, isto é, uma psicologia da alma. Nas teses, os padres abordam sobre os estados da alma, a atividade intelectual, desejo, vontade, liberdade, além da ideia de felicidade e suas relações com o prazer intelectual¹⁷.

Os dois exemplos abordados até aqui, isto é, as teses de medicina e as dos padres seminaristas, bastam para ilustrar uma característica presente nas narrativas

¹⁶ Henri Piéron, em seu Dicionário de Psicologia, define o alienado como um "indivíduo que, em virtude de uma doença mental, se acha incapacitado de ter um comportamento normal em seu grupo social, terminando por lhe ser 'estranho'. Na maioria dos casos, o alienado é objeto de uma medida de internamento em hospital psiquiátrico, seja para possibilitar seu tratamento, **seja para proteger a sociedade.**" (1950, p. 17, grifos meus).

¹⁷ Para uma leitura histórica que trata sobre uma transição nos discursos brasileiros oitocentistas em psicologia, ver Alberti (2003).

históricas da psicologia. Quando se trata de uma "nova" psicologia ou de uma psicologia "moderna", o historiador tende a traçar uma diferença entre uma psicologia nos cânones da filosofia e uma psicologia fundada no método experimental. Na história, essa dicotomia cumpre certa função na discussão entre o velho e o novo, entre o derrotado e o vitorioso, enfim, entre o inimigo que pertence ao passado e a ciência que responde aos anseios da modernidade. A primeira, tratada no interior da filosofia, vigorou até meados do século XIX quando na Alemanha foram publicados os primeiros trabalhos de psicofísica e, posteriormente, de psicologia fisiológica. Essa emergência de uma psicologia que buscava vir a ser uma ciência natural, já tratada no capítulo anterior, tornou-se sinônimo de "moderna" entre os próprios experimentalistas (TITCHENER, 1893) e também na literatura em história (GOODWIN, 2010).

A ideia de moderno, resgatando Le Goff (2013, p.166-167), surge quando há um sentimento de ruptura com o passado. Mais do que uma ruptura, também carrega as ideias de novo - de recém-aparecido, nascido, puro - e de progresso, algo que evolui positivamente. Na psicologia, os experimentalistas buscavam um distanciamento de uma espécie de idade das trevas anterior à nova psicologia, isto é, dessa outra psicologia fundada em pressupostos metafísicos. Porém, ao contrário do Renascimento que rompeu com a Idade Média e buscou sua inspiração no clássico, a psicologia teria apenas com o que romper, pois não houve esse movimento de retorno, mas um alinhamento metodológico com as ciências naturais que estavam em pleno desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX. A história da psicologia deveria ter seu início, portanto, a partir dessa nova que emergia e tudo anterior a esta configurou-se como uma espécie de pré-história. É por meio desse raciocínio que poderíamos interpretar a frase de Ebbinghaus que assim abre o seu *A sketch of the history of psychology*: "Psychology has a long past, yet its real history is short." (1908, p.3).

É quando o novo e o progresso passam a acompanhar a ideia de moderno é que torna-se possível compreender um interessante jogo de palavras na história da psicologia. Boring (1950[1929]) publicou *Uma história da psicologia experimental (A history of experimental psychology, no original)*. O título introduz ao menos duas importantes características da obra: primeiro, trata-se de "uma" narrativa e, segundo, de uma narrativa sobre um campo específico da psicologia, isto é, a psicologia experimental. No entanto, ensaios mais recentes

transformaram o "uma" em "a" e o "experimental" em "moderno", produzindo duas transformações importantes: que não é mais "uma" narrativa, mas "a" narrativa e que não versa mais sobre "psicologia experimental" mas sim "psicologia moderna". Só nos é permitido interpretar que houve uma transformação quando observamos a estrutura e a cadência do livro de Boring e a comparamos com as obras que tratam da história da psicologia moderna (BENJAMIN JR., 2009; GOODWIN, 2010; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014). Em suma, um modelo utilizado para construir uma narrativa para a psicologia experimental tornou-se o modelo que passou a vigorar para toda a história da psicologia.

A construção de uma história que tem como ponto de referência a psicologia experimental informa-nos sobre a nossa relação com o passado. Um exemplo disto é o papel que os laboratórios de psicologia vieram a ter nas narrativas brasileiras, a saber, como os primeiros grandes centros de pesquisa e produção de conhecimento em psicologia (BARBOSA, 2012). A literatura aponta qual foi o primeiro e o segundo laboratórios (ANTUNES, 2012), ainda que não se saiba exatamente o que se produziu neles. Aliás, ainda pouco se sabe sobre isso. Talvez a questão não seja bem a ordem em que foram inaugurados - como se existisse uma relevância em construir o ponto de corte e de referência brasileiros - mas o que foi desenvolvido efetivamente nesses laboratórios, como essa psicologia ali produzida se articulava com outros fatores contextuais e, não menos importante, discutir o significado do laboratório em nossa história para tornar possível uma releitura de um processo histórico.

Em parte, a relevância atribuída aos laboratórios pode ser analisada do ponto de vista da forma como a psicologia se organizou ao longo do século XX. Se as instituições tiveram um papel de peso no processo histórico da psicologia e se existem instâncias fiscalizadoras que postulam sobre a necessidade de uma formação técnica e científica, ao retroceder cronologicamente é compreensível se perguntar: 1. Se a psicologia é uma ciência e se produz no interior de instituições, quais foram as primeiras instituições científicas criadas no país? Ou ainda 2. Quem foram os intelectuais responsáveis pelas primeiras práticas científicas e pela criação dessas primeiras instituições? Ao mirar em uma psicologia técnica, científica e produzida em determinadas instituições, acertaram no laboratório de psicologia, um objeto de estudo histórico sobre o qual os historiadores até hoje se

debruçam com certa dedicação. A história aqui tem sua função enquanto legitimadora de uma psicologia do presente, ou ainda, remetendo-se a Certeau (2015, p.109), "utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos".

Entretanto, o papel do laboratório na história da psicologia encontra limites ao ampliarmos o escopo de produções psicológicas, exercício que exige a suspensão do significado de psicologia por meio da exploração do significante "psychologia" em suas muitas expressões na literatura. Esses limites constituem o cerne do problema: a valorização de algumas instituições e seus personagens, como as faculdades de medicina, hospícios, escolas, laboratórios e seus respectivos profissionais médicos e educadores, em detrimento de outras instituições e os indivíduos que ali estiveram vinculados. Em nome de uma narrativa progressista omitiu-se aquilo que não concorda com a história construída desde meados do século XX e que encontra seus ecos nas pesquisas recentes. Para exemplificar esta crítica, será resgatada algumas obras de outros autores brasileiros interessados nos fenômenos psíquicos que também atuavam nessa época do final do século XX e início do XX.

Um comentário preliminar para seguir tratando deste assunto servirá de fio condutor. No artigo *Apelo para que a psicologia seja uma ciência natural*, aqui já citado, William James comenta algumas das importantes contribuições teóricas para a predição e o controle dos estados mentais. Em certo momento, afirma: "Os 'pesquisadores psíquicos', embora por ora mantidos no gelo, também conquistarão inevitavelmente o reconhecimento que suas obras merecem, e talvez façam a mais importante de todas as contribuições para o empreendimento." (2009[1892], p.320).

Na versão original deste texto, em inglês, não existem maiores explicações sobre quem seriam esses "pesquisadores psíquicos". Na tradução publicada na revista *Scientiae Studia*, o tradutor Renato Kinouchi inclui uma nota de rodapé afirmando que James estaria se referindo ao que "atualmente pode ser comparado à parapsicologia (NT)". Presentismos à parte, a passagem de James chama a atenção dado a proposta do texto (uma resposta à George T. Ladd sobre a questão da psicologia enquanto ciência natural) e ao reconhecimento atribuído por James aos mencionados pesquisadores psíquicos quanto à contribuição de seus trabalhos para a psicologia. Não tornando uma questão se James estava se referindo aos

espiritualistas, aos espiritistas ou qualquer outro grupo que se interessava pelos fenômenos psíquicos, ficam aqui duas questões: que tipo de contribuição se trata e, se o trabalho desses personagens teve algum peso na época de James, porque pouco os encontramos nos trabalhos históricos?

No que se refere ao Brasil, foi possível rastrear algumas obras e observar que tipo de trabalhos eram aqui produzidos (outros traduzidos) e que guardam algumas semelhanças mas também profundas diferenças com as teses de medicina e os manuais de psicologia de modo geral. São autores que estavam implicados com o estudo de fenômenos outros que a psicologia fisiológica e experimental do final do século XIX não se interessava. Não se trata, contudo, de produção mais ou menos científica, uma vez que esses autores relatavam também estar implicados com a produção de ciência e definitivamente acreditavam estar contribuindo para o avanço científico dos fenômenos psíquicos.

Uma diferença importante é que os pesquisadores psíquicos interessavam-se pelo estudo dos fenômenos psíquicos ocultos. Podem ser incluídos nessa categoria principalmente os fenômenos da levitação, clarividência, pressentimento e telepatia. Desta forma, ao contrário dos conhecidos autores dos manuais de psicologia que estudavam as sensações, percepções, pensamento, imagens, memória, entre outros processos, esses pesquisadores interessavam-se por fenômenos cujas leis não eram estudadas. De acordo com Alfred Erny (1894, p.13), "como se ignoram em parte as leis que regem esses phenomenos, é impossivel estudal-os em condições fixas ou pre-estabelecidas". O autor explica essa negligência em relação às leis que regem os fenômenos ocultos por meio de uma crítica aos adeptos do materialismo e do positivismo. Nas palavras do autor: "No meu estudo psychico procurei ser imparcial, guardando o meio termo entre a credulidade excessiva de alguns espiritualistas e a incredulidade ainda mais exagerada dos materialistas e positivistas, que não vêem alem...do seu corpo." (p.17).

A dimensão psíquica denominada "oculta", como se percebe nas passagens, assim o é pelo desconhecimento de suas leis. Tal desconhecimento proviria de uma limitação própria da filosofia materialista que, segundo Erny, limitaria as pesquisas para tudo aquilo que foge dos limites corporais. Na mesma linha de raciocínio, outros autores como Albert Coste argumentam que se trata de um estreitamento no estudo dos fenômenos psíquicos, estreitamento este que acaba

por priorizar os domínios em que se já tem algum tipo de conhecimento. Segundo o autor:

“O que nós sabemos, não é nada em face do que nos falta saber, diz-se frequentemente, embora muitas vezes sem convicção. Para mim é a verdade mais litteral, e querer restringir o nosso exame aos territorios já meio conquistados, é enganar a boa fé dos homens que luctaram pelo direito do livre exame e trahir as esperanças mais legítimas da sciencia.” (COSTE, 1903, p.226)

Passagens como essa sugerem tensões em um cenário em que a filosofia positiva e o materialismo vinham ganhando força e as ciências naturais cada vez mais prestigiadas entre os intelectuais e no ambiente acadêmico. Entretanto, vê-se em Coste que os esforços dos pesquisadores psíquicos eram uma tentativa de contribuir com o conhecimento e a ciência.

Em termos metodológicos, assim como os autores da psicologia clássica do final do século XIX, eles também empregavam aparelhos de laboratório em uma tentativa de observar as condições de produção dos fenômenos psíquicos ocultos. As descrições e ilustrações que acompanham as obras mostram um certo rigor metodológico a partir do controle experimental. De fato, os autores estavam certos de que seus estudos eram científicos e, mais do que isso, de que se tratava de uma produção científica baseada em fatos (RIVERETO, 1925).

As relações que poderiam ser traçadas entre as obras produzidas por tais autores e aqueles outros da psicologia experimental (experimental tal como é normalmente representada nos ensaios históricos) não se limitam ao fato de que ambos debruçavam-se sobre fenômenos "psy". A discussão se torna mais complexa ao se observar alguns dos significantes e seus usos em ambos os casos. Tomaremos como exemplo "psychometria" e "psychologia experimental".

Na obra *Psychologia e Psychotechnica*¹⁸, a "psychometria" é definida com certos contornos históricos:

“Assim, a psychometria aparece como um ramo da anthropometria, - sciencia das medidas applicadas ao homem. Essas medidas podem ter uma orientação morphologica, visando, por exemplo, a caracterização dos individuos sob o ponto de vista do peso, da estatura e do indice cephalico. Esses estudos tambem são feitos sob o ponto de vista physiologico: - da temperatura media dos individuos, frequencia do pulso, respiração, pressão do sangue, etc. (...) Na psychometria,

¹⁸ O livro é produto das aulas de psicologia geral e psicotécnica ministradas por Henri Pièron quando veio ao Brasil, em 1926. O experimentalista francês ministrou uma série de aulas teóricas e práticas na *Escola Normal e Secundária de São Paulo* no período de 05 a 19 de julho daquele ano. As aulas teóricas ocorreram no anfiteatro e as práticas no Gabinete de Psicologia Experimental. Essa obra não é propriamente uma publicação de autoria de Pièron, posto que foi organizada a partir de suas aulas pelo diretor da Escola Normal, Carlos A. Gomes Cardim, e publicada em 1927.

estudamos os phenomenos da conducta, o complexo de reacções que podem ser objecto de medida, ou as condições que vão provocar tal conducta ou reacção." (1927, p.72)

Nas considerações acima, a "psychometria" é representada como um campo que pauta suas investigações sobre a conduta a partir de medidas objetivas. As relações históricas que a "psychometria" guarda com a "anthropometria" denunciam um aspecto importante que também se relaciona com a psicologia clássica do final do século XIX: para mensurar os fenômenos da conduta a "psychometria" tem o corpo, suas medidas e os órgãos dos sentidos, como uma via de acesso.

Entretanto, embora esse seja um significado corrente na época e herdado em definições posteriores, a ideia de "psychometria" pode ser ampliada se este significante for encontrado fora das fronteiras da psicologia experimental. Na obra de G. Phaneg, intitulada *Método da Clarividência e Psychometria*, um outro sentido se mostra presente. Segundo o autor, ela "se encadeia intimamente ao estudo da clarividencia e ao desenvolvimento total do ser humano." (p.13). Aprofundando um pouco mais a definição:

"Como já disse, a psychometria está intimamente ligada ao estudo da clarividencia; é mesmo a bem dizer um aspecto ou uma modalidade particular desse phenomeno. Fica, pois, bem accentuado que se não pode fazer della um estudo especial e que tudo que dissermos pode ser resumido nas expressões a seguir: visão astral a diferentes graus." (p.17)

Ainda com relação ao campo da "psychometria", um detalhe importante que marca outra diferença. No campo semântico dos pesquisadores psíquicos, há o "psychometra", indivíduo dotado de sensibilidade para os fenômenos ocultos. Dito de outra forma, o "psychometra" é o vidente, aquele que vê e ouve coisas que a maioria das pessoas não consegue captar (p.16). De grafia semelhante, o "psychometro" é um aparelho utilizado nas pesquisas experimentais, como no caso de Henrique Roxo (1900) que o empregou para mensurar os atos psíquicos elementares em pacientes psiquiátricos e indivíduos sadios, em sua tese aqui já citada.

A expressão "psychologia experimental" também encontra diferenças. Vimos no capítulo anterior que esse foi um campo que emergiu na segunda metade do século XIX, na Alemanha. Trata-se de uma prática experimental realizada em laboratórios de psicologia vinculados às instituições universitárias. Esse é o sentido que figura na história e na historiografia da psicologia e que está

associado a um determinado sentido de ciência que se estabeleceu de modo geral nos trabalhos históricos (ANTUNES, 2012; BORING, 1950; EBBINGHAUS, 1908; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014).

Contudo, em textos escritos por autores vinculados ao Espiritismo a "psychologia experimental" não é uma prática necessariamente vinculada à investigação da sensação ou do tempo de reação, mas debruça-se sobre outros objetos e fenômenos que normalmente não encontramos na literatura em história. Por exemplo, no artigo *Animismo e Spiritismo* publicado em 1 de setembro de 1896 no jornal *Reformador*:

Aksakof, um spirita no sentido absoluto da expressão, parte dos **factos de telepathia**, cuja autenticidade já não soffre duvida desde os notaveis trabalhos da sociedade de psychologia experimental de Londres, que organizou a estatistica d'esses 'phantasms of the living', conhecidos em França sob o nome de **allucinações telephaticas** e muitas vezes designadas pelo nome de **allucinações veridicas** (duas palavras que protestam contra o ajuntamento). (*Reformador*, 1 set. 1896, p.2, grifos meus)

Em outro artigo, publicado no mesmo jornal, sobre a influência dos fluidos elétricos e magnéticos na vegetação, o autor conclui o texto afirmando ser "um estudo serio e scientifico dos attributos e dos poderes do spirito, em outros termos - a base da psychologia experimental" (*Reformador*, 1 mar. 1887, p. 3).

Talvez uma outra passagem que sela definitivamente uma expressiva vinculação entre esses autores e uma "psychologia experimental" esteja em uma transcrição de uma conferência proferida por Dias da Cruz na *Federação Spirita Brasileira* em 16 de novembro de 1885. Dias da Cruz conclui seu raciocínio afirmando que "spiritismo é psychologia experimental" (*Reformador*, 16 nov. 1885, p. 4).

De outra forma, a circulação da expressão "psychologia experimental" também estava presente no entretenimento. Alguns espetáculos públicos contendo "experimentos baseados em psychologia experimental" foram realizados no Rio de Janeiro sob a coordenação do "Professor Roberth"¹⁹, conforme anunciado pela *Gazeta de Noticias* em vários artigos de julho, agosto e setembro de 1892 (e.g.

¹⁹ A mídia em momento algum releva seu sobrenome, de forma que todos os jornais referiam-se a ele como simplesmente "Professor Roberth". Entretanto, anunciam sua chegada no dia 03 de julho de 1892 no vapor italiano "Europa". Investigando na base virtual do Arquivo Nacional (arquivonacional.gov.br) é possível encontrar a relação de passageiros que chegou ao Brasil nesse navio e na referida data e, apesar da letra pouco legível, não foi possível verificar o nome "Roberth" na lista de passageiros. Dado que este foi o único vapor de nome "Europa" que atracou no Brasil por volta desse período, ao menos no que consta na base do Arquivo Nacional, poderíamos supor que "Roberth" seria, na verdade, uma espécie de nome artístico ou pseudônimo.

Gazeta de Noticias, 3 jul. 1892, p.8; 10 jul. 1892, p.8; 29 ago. 1892, p.2). Neste último caso, a psicologia experimental estava presente no social (brasileiro, no caso) sob a forma de entretenimento para o público de modo geral. Esse uso da psicologia experimental soa particularmente interessante na medida em que dialoga diretamente com o público fora dos limites institucionais. Por outro lado, pessoas como esse desconhecido "Professor Roberth", aplicando ou não uma psicologia de laboratório como era produzida nas universidades, estavam contribuindo para a formação de uma certa representação sobre psicologia experimental no seio da população do Distrito Federal, destoante do sentido acadêmico e antes mesmo do advento de um laboratório de psicologia experimental no Brasil.

O leitor poderia supor que os discursos proferidos pelos pesquisadores psíquicos eram bastante restritos, de pouca circulação e que por isto não se perpetuaram ao longo das décadas nas narrativas em história. Poderia argumentar, aos moldes mais acadêmicos, que estes personagens não se estruturaram institucionalmente como os médicos ou os educadores que hoje são os personagens centrais, os ditos pioneiros da psicologia no Brasil daquele período.

No entanto, Erny (1894) mostra indícios de como esses outros personagens estavam bem amparados nesse sentido. Em termos institucionais, nos informa sobre a existência do *Instituto Electrico e Magnetico Federal*, situado no Rio de Janeiro. Os psiquistas contavam também com um veículo de comunicação, a *Revista Magneto*. Sabemos, ainda, que em 1893 foi realizado o *Congresso Psychico de Chicago*. Esses são alguns elementos que denunciam a existência de um grupo que articulava discursos "psy" e, por meio de sua estrutura, uma produção passível de análise histórica e que possibilitaria outros rumos na história da psicologia.

O autor ainda se utiliza de referenciais que produzem uma certa tensão quando tomamos as nossas atuais narrativas como verdades históricas. Por exemplo, normalmente Alfred Binet é citado para se aludir ao movimento dos testes psicológicos e, nesse quadro, conferi-lo a sua devida paternidade como um pioneiro dos testes para mensuração de inteligência. No entanto, quando Erny cita Binet não é para se referir a qualquer teste mas para comentar sobre o magnetismo. Desta forma, enquanto emprestamos e recortamos a figura de Binet para se narrar uma história dos testes, ressaltando a contribuição da sua escala de

inteligência no campo pedagógico, o mesmo poderia ser realizado para narrar uma história da psicologia no olhar dos psiquistas, mas desta vez esquecendo a escala e elegendo a obra *Magnetismo animal* para esboçar tal narrativa.

Enfim, outros discursos "psy" podem ser encontrados em paralelo àqueles proferidos pelos médicos e educadores que normalmente encontramos nos trabalhos em história da psicologia no Brasil. Se por um lado não se nega a atuação desses profissionais na produção de uma certa "psychologia", por outro é importante atentar que a construção de um trabalho histórico atende a questões do presente. Nesse sentido, uma história tendo os médicos e educadores como os protagonistas é uma forma de perpetuar os rumos de nossa história já esboçados por médicos como Plínio Olinto e educadores como Lourenço Filho, autores dos comentados primeiros ensaios históricos. Indo um pouco além, poderia estar apenas legitimando uma psicologia do presente ao estabelecer um determinado espaço de produção de conhecimento como marco de uma psicologia científica e canonizando todos aqueles que estiveram envolvidos com tal prática. Isto, no entanto, mostra-se apenas como uma possibilidade de narrativa frente a muitas outras que poderiam ser construídas.

4.3. Considerações finais

Ao longo deste capítulo uma parte da literatura sobre história da psicologia no Brasil foi trabalhada com o objetivo de esboçar um ensaio histórico que permitisse contextualizar o leitor sobre o assunto. Entretanto, furtando-se da possibilidade de construir um arranjo textual semelhante a uma revisão da literatura, o capítulo também pretendeu levantar e discutir alguns problemas do campo.

Em primeiro lugar, foram trabalhadas algumas fontes que permitissem rever uma concepção hierarquizada em relação à produção de conhecimento em psicologia no Brasil. Ainda que não se negue a inspiração dos brasileiros em trazer para o solo nacional modelos dos ditos países "cultos" e "civilizados", conforme os próprios autores de época se referiam a alguns países europeus, em uma tentativa de trilhar um suposto rumo em direção à modernidade, é importante atentar que a psicologia no Brasil não se reduza a isto.

Convém destacar aqui a expressão "Ciência Desembarcada", empregada por Henrique Cukierman (2007). Quando o autor trata de uma Ciência Desembarcada, se refere, por um lado, à ciência que embarcou de alguns países da Europa e chegou ao Brasil, recepcionada pelos nossos intelectuais. Essa recepção teria, em última instância, o objetivo de uma inserção internacional do Brasil baseada não apenas no saneamento físico mas também "um total rearranjo de mentalidades e hábitos, de gestos e modas, de posturas e comportamentos" (p. 39). Por outro lado, para que o Brasil não se limitasse à condição de simples repetidor do que se produz no estrangeiro, da Ciência Desembarcada se produziria uma ciência nacional. Conforme o autor:

"Às ofertas científicas embarcadas nos portos de origem, a comissão de notáveis acrescentaria as suas próprias: inicialmente, de ser agente autorizado daquela Ciência para, em seguida, construir aqui mesmo, sobre os escombros da antiga Pestópolis de má fama, um daqueles centros privilegiados de saber, fazendo o país ingressar definitivamente no rol das nações modernas e civilizadas." (p.36)

Não como um país que repete e que por isto garante sua inserção no rol das nações modernas e civilizadas, mas como aquele que também produz conhecimento de excelência. Para isto, no raciocínio de Cukierman, a ciência que desembarca serve de matéria-prima para uma ciência nacional a ser produzida, permitindo então que o cientista brasileiro dialogue "de igual para igual com os seus colegas do Primeiro Mundo" (p.37). Este foi o caso de Manoel Bomfim, posto que o médico sergipano se apropriou de um conhecimento estrangeiro, identificou problemas e propôs uma resposta na forma de uma produção autoral. Desse ponto de vista, enfocar no fato de que modelos de psicologia foram importados desde a primeira geração de psicólogos é narrar uma história de uma ciência privilegiando até o momento de seu desembarque ou, na melhor das hipóteses, até o momento em que a primeira geração se tornou "agente autorizado daquela Ciência".

Contudo, ainda que historicamente as luzes do progresso científico lançadas alhures serviram de inspiração para os intelectuais de uma nação que denunciava os males de seu passado colonial, a psicologia no Brasil poderia ser relida a partir dos elementos nacionais contidos na ciência que aqui desembarcou. Tais elementos funcionariam como produtores de um ruído, um algo a mais: entre um estímulo e uma resposta existiria um indivíduo, neste caso, uma nação. Se o

resultado é, por isto, diferente daquilo que nos inspirou, estaria então garantida a possibilidade de uma psicologia brasileira? Para trabalhar uma história nesse sentido, como se vê, é necessário suspender um modo específico de conceber a produção de conhecimento no Brasil e, também, direcionar a atenção não sobre o estímulo que desembarca, mas como ele próprio se inseriu em uma rede de outros elementos os quais irão produzir uma psicologia que se difere daquelas de outros territórios.

Em segundo lugar, a partir de outras vozes que proferem discursos "psy" que não concertam com os pressupostos científicos compartilhados por médicos e educadores da época, buscou-se levantar um problema na historiografia da psicologia no Brasil.

A literatura, de modo geral, ainda encontra-se sustentada por um modelo de história já iniciado desde os primeiros ensaios: determinados personagens e espaços de produção de conhecimento são tomados como marcos simbólicos na construção de uma história que narra um pretenso progresso científico e de autonomização da psicologia no país. Ainda que possamos articular uma contribuição desses personagens nesse processo histórico, o retorno às fontes primárias não apenas possibilita denunciar os limites desse modelo de narrativa como também aponta para a possibilidade de construção de outras histórias.

Dentro de um modelo de história que monumentaliza determinados locais e canoniza personagens, haveria espaço para incluir outras instituições, autores e práticas? Sobre esta questão, Certeau (2015) se mostra um interessante recurso de análise. Quando se elege, por meio da narrativa, um conjunto de instituições e personagens centrais, o historiador cumpre o papel na direção de uma tragédia. Para executá-la é necessária uma dupla função de produzir e destruir a documentação (pequenas unidades), de forma que, conforme do autor, construção e erosão dessas unidades são as duas operações combinadas na escrita histórica (p.107). Esse processo de escrita é a operação historiográfica em movimento, isto é, um produto do lugar de onde parte aquele que narra, somados aos procedimentos de análise empregados e, por fim, a construção do texto.

Dito isto, evidencia-se os limites do próprio fazer histórico e, com ele, os problemas de uma narrativa tornam-se passíveis de denúncia. Uma história da psicologia que possui o laboratório como um marco divisor daquilo que é científico e do que não é, e que narra os feitos dos médicos e educadores

envolvidos com a produção deste conhecimento, é uma história que já selecionou seus acontecimentos e fatos históricos de forma a atribuir inteligibilidade ao material levantado, produzido e, por isso mesmo, destruído.

Nesse sentido, o resultado se configura como uma possibilidade de narrativa, ao mesmo tempo que exclui outras. Tal possibilidade representaria um "rito de sepultamento" (p.109) que, ao enterrar os mortos, institui um lugar para os vivos, garantindo, em última instância, um presente. A garantia do presente implica, portanto, na exclusão de outros elementos que poderiam produzir ruídos naquilo que confere inteligibilidade a uma narrativa.

A presença dos pesquisadores psíquicos e de personagens não vinculados às principais instituições de produção de um conhecimento "psy", normalmente trabalhadas nas narrativas (como as faculdades de medicina, as escolas normais, os laboratórios de psicologia experimental, etc) são outros elementos que possibilitam a construção de novas versões e outras formas de compreender a psicologia no Brasil. Por ora ainda bastante esquecidos, permitiriam, se não uma novo modo de se relacionar com o passado da psicologia, ao menos uma suspensão de uma historiografia canonizante que ainda hoje domina.

5

Psicologia e educação em fins do século XIX e início do XX: esboçando relações históricas entre alguns discursos e as práticas de exame nas escolas

Até aqui, foram traçadas algumas coordenadas que buscaram articular questões históricas de uma "psychologia" que se construiu no século XIX e que encontrou ressonâncias entre alguns intelectuais brasileiros naquele momento. No Brasil, o modelo fisiológico e experimental de psicologia foi compartilhado por atores que buscavam respostas para determinadas questões e problemas que figuravam sobretudo nos contextos escolar e médico. O laboratório era a expressão dessa psicologia experimental e espaço privilegiado de produção e aplicação desse conhecimento.

Entretanto, os esforços de reflexão trabalhados no capítulo anterior visaram mostrar que a prática experimental ocorreu em paralelo a outros discursos e práticas "psy". Longe de estabelecer um marco brasileiro que rompeu com uma suposta vã filosofia e iniciou uma marcha em direção ao progresso científico da psicologia, a psicologia experimental será tomada aqui fora de uma concepção hierarquizante do conhecimento. Em outras palavras, será trabalhada como apenas uma prática, entre outras que ocorreram no mesmo período, situada no que Certeau chamou de "quadros de referência"²⁰ (2015, p.150) e que teve suas consequências no plano político e social.

As relações entre psicologia e educação na virada do século XIX para o XX, incluindo os primeiros anos deste, geralmente incluem o laboratório de psicologia experimental como um marco de início para a psicologia científica no país. Um exemplo que merece menção é o advento do que supostamente teria sido o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil e que foi instalado no Pedagogium, em 1906, sendo chefiado por Manoel Bomfim (ANTUNES, 2012, P. 68; MASSIMI, 1990, P. 72). Contudo, teria acontecido alguma coisa no período oitocentista brasileiro para que a intelectualidade - ou ao menos parte dela, se

²⁰ Ao relacionar as práticas religiosas nos séculos XVII e XVIII com os discursos ideológicos ou simbólicos, Michel de Certeau não analisa segundo uma ideia de causalidade imediata e unívoca, mas a partir de quadros de referência. Um conjunto de crenças serviria de quadros de referência para determinadas práticas. Nesse sentido, um nível de reflexão possível para se pensar em uma psicologia experimental do século XIX seria a relação entre referenciais que ganharam força nos séculos XVII e XVIII, e a emergência das práticas experimentais em psicologia de meados do século XIX. Um exemplo disto pode ser encontrado no interessante trabalho de Fernando Vidal (2013).

considerarmos as tensões nos discursos - estivesse preparada para organizar ou presenciar uma prática experimental de uma ciência da alma? Estariam, remetendo-se novamente à Certeau (2015, p.115) os espíritos preparados para aceitá-la? A trajetória inicial deste capítulo ocorrerá a partir de uma articulação de alguns discursos de psicologia que circularam nas últimas três décadas do século XIX na mídia brasileira, isto é, incluindo o fim do período político do Brasil Império (1822-1889) e, portanto, antes da criação do laboratório no Pedagogium ou mesmo, até onde se sabe, de qualquer laboratório de psicologia a nível internacional. Em seguida, será abordada a produção de uma natureza da criança e o advento de alguns princípios pedagógicos formulados naquele momento. Por fim, estas condições viriam sustentar uma prática de exame nos laboratórios de psicologia experimental, sendo esta o objeto de estudo do último tópico deste capítulo.

5.1.

A psicologia na mídia brasileira: configurações distintas em meio a uma pluralidade de discursos

A discussão sobre temas que estavam em pauta no século XIX também eram objeto de debate entre intelectuais brasileiros. Se os países do velho mundo eram chamados de cultos e adiantados entre os homens de ciência e os intelectuais de modo geral, não significa dizer que esses mesmos brasileiros não acompanhavam as discussões que despontavam por lá. Não apenas acompanhavam como também se inseriam nas discussões e buscavam analisar segundo suas próprias convicções e filiações filosóficas.

A imprensa brasileira era constituída por dezenas de jornais que circulavam diariamente nas grandes cidades. Havia seções específicas para a publicação de textos que tratassem sobre filosofia, letras, ciência e bibliografia em sentido mais amplo. Ocorre que os jornais pertenciam a diferentes grupos, envolvendo a presença de profissionais, famílias específicas da sociedade burguesa, instituições religiosas, enfim, uma diversidade de administradores por trás da edição dos jornais. Com isso, a construção dos discursos "psy" aparece sob diferentes contornos nas publicações: ora como ciência da alma, outras vezes como ciência natural aliada à fisiologia do cérebro, de forma que a psicologia se inseria nos debates acerca das relações da alma com o corpo, dos atributos do espírito, suas

relações com a filosofia, a fisiologia e também com práticas médicas, pedagógicas e jurídicas. Por vezes, inserida em textos que buscavam divulgar uma bibliografia, as ideias de um autor ou ainda uma pesquisa.

Essa variedade de discursos nos impediria a abordagem um processo histórico à luz de uma transição no conhecimento, uma vez que a mídia brasileira conduz, não a uma suposta passagem, mas a um conjunto de tensões que se estabeleciam entre os artigos no correr do cotidiano. Nesse sentido, não caberia aqui afirmar que certos conhecimentos estavam perdendo terrenos para outros, mas sim que as diferentes correntes filosóficas e as concepções de psicologia dividiam espaço nos meios de comunicação. É sob esse ponto de vista que se conduzirá o texto que segue.

Observar a produção de textos que circulavam no cotidiano brasileiro do final do século XIX permite extrair alguns temas mais gerais: a filosofia positiva de Auguste Comte, o evolucionismo de Charles Darwin e as ideias de seguidores e divulgadores como Spencer, o materialismo e as transformações nas ciências naturais, o prestígio que a fisiologia acumulava naquele momento, o espiritualismo, os desdobramentos de tais transformações sobre a medicina, o direito e a pedagogia, enfim, uma série de temáticas que por sua vez levantavam outras muitas discussões na mídia brasileira. É difícil, talvez mesmo impossível, compreender a variedade de vozes que emanavam de tais discussões sob um único prisma, uma vez que os intelectuais, por razões diversas, divergiam nas ideias.

Um exemplo que pode ilustrar essa variedade de discursos gira em torno da obra *A alma e o cérebro*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), publicada em 1876. De modo bem resumido, o autor trabalha alguns limites no papel que o cérebro desempenha na expressão das faculdades da alma e denuncia a fragilidade do materialismo na solução dos problemas filosóficos (MAGALHÃES, 1876). Alguns jornais publicaram textos analisando criticamente o livro enquanto outros divulgavam e teciam breves e elogiosos comentários. No primeiro caso, Teixeira de Souza, no jornal *A Reforma*, aponta os deslizes cometidos pelo Visconde em seu livro. Dentro do conjunto de críticas, destaca-se uma suposta falta de conhecimento por parte de Magalhães sobre as últimas pesquisas no campo da fisiologia. Magalhães teria criticado um modelo de fisiologia do cérebro já há algum tempo abandonado. Nas palavras de Teixeira de Souza:

"Não ha quem não preveja o alcance incalculavel d'estas novas descobertas. No entanto o Sr. de Araguaya, que só reza em physiologia por Longet, mostra-se completamente desconhecedor d'ellas, do que dá prova cabal em todo seu livro, principalmente nos capitulos 3º e 23 do mesmo volume." (*A Reforma*, 9 jun. 1877, p.2)

No segundo caso, furtando-se de uma análise mais crítica sobre o texto, uma divulgação publicada no *O Apostolo* não economiza elogios ao autor e comenta sobre a importância e o valor do texto:

"Como tudo quanto sabe de habil penna do cantor dos Tamoyos e do autor dos *Factos do espírito humano*, o seu novo livro accusa um estudo profundo e uma vasta erudição pondo em relevo o seu reconhecido talento. Não podendo fallar circumstanciadamente de um livro que discute theses importantissimas e exige attenta leitura, limitando-nos a saudar o seu illustre autor por mais este serviço prestado ás letras patrias. *A alma e o cerebro* deve e há de ser manuseado pela mocidade estudiosa que ahi encontrará paginas dignas de attenção pela importancia do assumpto e profsciencia do autor." (*O Apostolo*, 29 abr. 1877, p.3, grifos do autor)

Se no primeiro exemplo o autor não apenas refletiu criticamente sobre o livro, mas também incluiu comentários otimistas sobre o avanço das ciências naturais, o segundo trata-se de um caso em que o veículo de comunicação também publicava textos que recusavam as doutrinas que reduziam o indivíduo ao organismo ou que substituíam Deus pelas leis postuladas pelas ciências naturais para a explicação dos fenômenos. Este foi justamente o exercício retórico de Magalhães no mencionado livro. Desse ponto de vista, dependendo de onde parte o articulista, as considerações sobre uma dada obra de psicologia ou mesmo uma corrente filosófica ganhavam contornos distintos. As relações entre atores, pressupostos e instituições possibilitavam a produção de diferentes discursos, tornando mais complexa uma análise histórica da psicologia no Brasil.

Apesar dessa variedade de textos, cuja riqueza encontra-se em proporção às tensões entre eles produzidas, muitos dos artigos divulgavam e comentavam as ideias e as pesquisas produzidas por autores europeus. Inclusive, cumpre lembrar também que vários desses textos eram traduções de artigos publicados em jornais estrangeiros. A questão, no entanto, não se centra em ser adepto ou não de uma certa corrente ou mesmo se o texto era produzido no Brasil ou no exterior, mas no fato de que as ideias circulavam nesses meios de comunicação e acabavam cumprindo o papel de familiarizar os leitores com o que se produzia fora.

Conforme aludimos há pouco, alguns modelos teóricos e matrizes filosóficas estavam em pauta nas discussões. Seja nos meios de comunicação

pertencentes a uma instituição religiosa ou dirigidos por uma classe de profissionais liberais, as ideias de Darwin e Spencer, a filosofia positiva, o materialismo e as novas descobertas nos mais diversos campos do conhecimento, entre eles as pesquisas fisiológicas oriundas sobretudo das universidades alemãs, circulavam amiúde nesses veículos. Inclinando a questão para a psicologia, discussões sobre as relações entre a alma e o corpo apareciam também com certa frequência nas publicações. A opinião certamente encontrava-se dividida, mas mesmo aqueles adeptos de outras doutrinas e correntes que não o materialismo e o positivismo também mencionavam estas e os avanços mais recentes das ciências naturais.

A concepção fisicalista pautada na relação do cérebro com as faculdades da alma recebiam um expressivo espaço nessas discussões. Em matéria publicada no *O Globo*, de 18 de novembro de 1875, esta relação surge nos seguintes termos:

A quantidade virtual e perfectível das faculdades intellectuales e das faculdades instinctivas está em relação com a perfeição organica do cerebro, e a quantidade das faculdades instinctivas se deriva da natureza da actividade deste orgão. Os elementos instinctivos obram moral e racionalmente si a actividade do cérebro é normal, e ao contrario cream tendencias bizarras ou perversas si é anomala essa actividade. Pelo que, vê se á uma excitação moderada do cerebro correspondem sentimentoos expansivos e generosos, á excitação mais viva surgirem a violencia, a colera, o furor como nos accessos de manua ou no segundo gráo do alcoolismo, e á depressão da actividade cerebral seguirem-se a tristeza, o desanimo, a desconfiança, assim como desaparecem as paixões sombrias da lypemania, si o cerebro é excitado pelo galvanismo ou fortes emoções." (*O Globo*, 18 nov. 1875, p.2)

Essa mesma fonte ainda fornece mais um elemento interessante do ponto de vista histórico. Aqui é importante recordar as relações entre psicologia e medicina trabalhadas no capítulo anterior. Os diferentes campos de conhecimento que se desenvolveram ou que emergiram no século XIX se articularam com algumas práticas, como o direito, a pedagogia e a medicina. Esta outra relação entre os saberes e as práticas pode ser encontrada na seguinte passagem:

"A medicina é presentemente uma sciencia social de tanta importancia que os mais arduos problemas sociaes e administrativos não podem ser resolvidos sem a intervenção do medico. A physiologia, a hygiene, a psychologia natural e a medicina legal com os desenvolvimentos que hão tomado pelas recentes investigações do seculo, vieram dar á medicina um papel inteiramente largo, de sorte que ella no meio de suas irmãs represente de primeira." (*O Globo*, 18 nov. 1875, p.2)

Se por um lado havia adesão às teorias recém formuladas nos campos das ciências naturais, por outro, o materialismo, essa orientação filosófica que funcionou de eixo às mesmas ciências que avançaram no século XIX, foi alvo de reflexões críticas. Não obstante o reconhecimento das transformações no plano das ciências naturais, o materialismo era concebido como uma corrente limitante sobre o ser humano. Joaquim Nabuco, em extenso artigo publicado no jornal *A Reforma* em 12 de julho de 1871 assim argumenta:

"Apagai o mundo interior (incomparavelmente maior que o mundo dos sentidos), tereis a materia; recusai o invisível porque vossa retina não o percebe, tereis só o que cahe sob vossos olhos; negai a Deus porque não o vêdes, não o ouvis, não o tocaes, porque não tem perfume, nem sabor, ficaes reduzido ao que vossos sentidos vos annunciam. Eis o que é o materialismo: -não há alma porque os sentidos não a percebem- naturalmente, digo eu, porque é ella que percebe pelos sentidos." (*A Reforma*, 12 jul. 1871, p.2)

E para os fisiologistas que postulavam sobre a relação direta entre a atividade cerebral e as manifestações da inteligência, dos afetos, da vontade, entre tantos outros tópicos da psicologia, Nabuco contestava ao concordar que entre o "último movimento cerebral e o primeiro instinto da alma ha toda a distancia de uma antinomia essencial" (p.3). Não haveria, em última instância, uma transformação, um progresso ou um poder que pudesse converter qualquer atividade da matéria em um fenômeno ou expressão da ordem do espírito.

O texto de Nabuco não se limita a uma crítica apenas argumentativa mas também adquiria um formato de desafio aos adeptos do materialismo e também um movimento contra os seus efeitos na sociedade brasileira. Desafiava os cientistas a provarem onde residiria a consciência no cérebro, em qual camada poderia estar situada a alma ou qual seria, afinal, o órgão do eu. Somente quando conseguissem provar de modo inconcusso relações diretas entre o cérebro e a alma é que, para o autor, o materialismo seria uma verdade. Além disso, a característica de movimento contra a corrente materialista é uma marca no texto.

Reproduzindo as palavras de Nabuco:

"A guerra, no limite das minhas forças, que eu faço ao materialismo e aos systemas que negam ou abstrahem de Deus, não deixa de ter actualidade no meu paiz, onde elles innocularam-se pela sua moral, que é a moral do egoismo; e para extirpar este e fundar o amor das verdades superiores eu conto seguir-vos a todos vós que deveis tomar a vanguarda do movimento. Em qualquer caso muito feliz me julgarei se de algum modo impedir no espirito de um só de vós os triumphos do materialismo, que é para a intelligencia uma theoria arida, para o coração um germen de

desolação, para a sociedade a anarchia, porque arranca da intelligencia o ideal, do coração o amor, da sociedade o dever." (p.3)

A circulação da filosofia positiva nos jornais também era significativa. Neste caso, havia um aspecto que se entrelaçava nos textos: o enaltecimento da filosofia positiva em detrimento da teologia e da metafísica, não apenas do ponto de vista de Auguste Comte, mas também como uma expressão do próprio articulista. Em certos casos, é verdade, o que havia era uma exposição sumária dos principais argumentos de Comte, em formato de conferência ou em resposta a algum outro texto (neste caso, ver *O Globo*, 1 mai. 1876, p.1). Contudo, outras vezes a filosofia em questão era parte de uma discussão maior sobre a filosofia e o conhecimento como um todo. Em tom crítico, o jornal *O Globo* trazia um texto publicado originalmente no veículo francês *Journal des Debats* em que se divulgava a obra *Problemas de Moral Social*, de E. Caro. O livro tinha por objetivo, segundo o jornal, empreender a uma análise crítica sobre teorias recentes à época e o positivismo. O articulista que comentou a obra reconhece, em um primeiro momento, o papel da filosofia positiva no cenário intelectual:

"Não se póde negar que por toda a parte revela-se uma tendencia positiva a fazer da alma dependencia da physiologia e a restabelecer assim a serie continua dos phenomenos naturaes a elles ligando, bom ou máo grado, as manifestações, refractarias em apparencias da vida e da livre espontaneidade. O systema das cousas reduz-se a uma serie de movimentos transmittidos e restituídos, debaixo da fórma de calor, de luz, de electricidade, de actos reflexos, de sensações; e de instinctos que tornam-se pensamento e vontade. A consciencia não assignala mais a formação explicavel de um mundo novo, assignala unicamente a ultima escala da serie. Não tem mais, como era outr'ora crença, suas condições especiaes nem suas leis distinctas; cahe, com tudo quanto della depende, sob o imperio das leis universaes que regem o resto da natureza." (*O Globo*, 20 abr. 1876, p.2)

E a denúncia é apresentada de forma contundente mais ao fim do texto:

"Dentro em breve estas escolas - referindo-se ao naturalismo, ao determinismo e ao positivismo - todas se irão perder na doutrina da evolução, oriunda de Darwin, desenvolvida, systematisada por Herbert Spencer, e que nada mais é do que uma tentativa de explicação universal, a mais atrevida que se produz em nossos dias sobre a origem e o fim das cousas. Por qualquer nome que a designemos, é, no fundo, sempre a mesma tendencia, aspirando a assenhorear-se de todas as sciencias. (p.2)

As seções de letras, de bibliografia ou de ciência nos jornais não se destinavam apenas aos textos analíticos em que os articulistas se posicionavam criticamente sobre o tema em questão. Juntamente a esses textos em que se verificavam algumas tensões, havia aqueles que buscavam divulgar novas descobertas, experimentos e estudos dos mais diversos e muitas vezes tecendo

considerações em favor das transformações ocorridas no cenário intelectual. No plano da psicologia, o texto de autoria de Henry de Parville, traduzido para o jornal *Diario de Belem* em 03 de janeiro de 1883, é um exemplo desse caso.

Neste texto, Parville descreve o que o jornal intitulou "descoberta científica" de âmbito da "psychologia experimental" e tece algumas considerações de caráter fisiológico e mecânico para o estudo do pensamento e da inteligência. O autor considera que "Qualquer que seja a definição psychologica que se adopte, o pensamento demanda trabalho; o cerebro entra em exercício e dispende força." (*Diario de Belem*, 3 jan. 1883, p.2). Independentemente da "definição psychologica que se adopte" reflete uma concepção fisiológica de psicologia que se apresenta como um discurso que se propõe a uma verdade sobre o funcionamento do pensamento, e não como uma concepção que divide espaço com um discurso sobre a alma tal como abordado pela psicologia filosófica. Sobre isso, de acordo com Massimi (1990, p.62) no século XIX houve um "menosprezo pela filosofia", "em particular a metafísica", conforme seria possível supor no trecho citado. E Parville continua mais abaixo: "A operação intellectual é verdadeiramente mecânica. Toda psychologia experimental deriva da mechanica - a sciencia por excellencia. O cerebro, em suma, é apenas uma machina de perfeição maravilhosa, que transforma a energia." (*Diario de Belem*, 3 jan. 1883, p.2).

A inovação descrita no artigo trata de um aparelho que seria capaz de "julgar o valor intelectual de qualquer pessoa", a partir da medição de fluxo sanguíneo durante uma atividade intelectual. Quanto maior o fluxo registrado maior seria a energia necessária no cumprimento de uma tarefa, logo o nível intelectual poderia ser avaliado. Desta forma, o "aparelho marcaria o estado do cerebro". Cumpre destacar um aspecto marcante desse artigo: a ideia de que a atividade cerebral consome energia tal como o corpo durante uma atividade física, de forma que a complexidade de um raciocínio demandaria mais energia (pelo cérebro) assim como o aumento de um esforço físico igualmente acarretaria em maior consumo de energia (pelo corpo como um todo). Assim, a faculdade da alma relativa ao pensamento poderia ser avaliada em termos de estrutura, organização e energia.

Sobre esse último ponto, o já mencionado estudo de Alberti (2003) mostra o papel que a fisiologia e a medicina tiveram nesse momento (p.57-102). Segundo a

autora, começava a desmoronar aos poucos uma concepção de alma segundo os cânones da filosofia, abrindo espaço para se pensar o indivíduo como um produto de sua organização interna e esta, por sua vez, estaria condicionada à relação do indivíduo com o seu ambiente. A ideia de alma como substância, que conferia ao indivíduo certas qualidades como liberdade e autonomia, sendo ele “livre de qualquer manipulação externa” (p.93), portanto independente (p.96), foi substituída por uma alma imersa em um complexo sistema biológico, sistema este que tem o cérebro como “máquina de perfeição maravilhosa”, conforme aponta Parville no artigo. De maneira simplificada, o que antes era atribuído à alma passa a ser interpretado como um produto do funcionamento do organismo.

Desse ponto de vista, se se trata de um funcionamento das partes que compõem o organismo do indivíduo, um caminho para estudar as faculdades da alma seria a partir da medição do fluxo sanguíneo. O estudo do pensamento, nesse caso, tem como fio condutor as manifestações do corpo, sendo ele mesmo o próprio recinto do indivíduo e objeto privilegiado da medicina e dos conhecimentos que passaram a sustentar a prática médica, tais como a própria fisiologia e também a anatomia.

O artigo de Parville ainda permite um diálogo com a instituição escolar. O autor relata a possibilidade desse artifício ser utilizado nos exames, a fim de "julgar do esforço que emprega cada alummo para resolver um problema". Esse uso no campo pedagógico denota a saída de uma tecnologia de laboratório, antes mais reservada ao contexto de pesquisa em ambiente acadêmico, para ser aplicada nos exames escolares, movimento similar ao que ocorre na história dos laboratórios de psicologia experimental.

O emprego dos métodos experimentais na investigação de fenômenos mentais ganhava contornos de uma filosofia que almejava a busca pela verdade. Se em Parville isso se mostrava mais secundário no texto, por focar na apresentação da dita descoberta científica, no texto *Methodo Philosophico e sua influencia*, publicado no jornal *O Monte-Alegrense* em 16 de maio de 1886 e de autoria anônima, o método experimental como recurso para a verdade é o tema principal do artigo.

As contribuições de Bacon e Descartes no século XVII marcaram, de acordo com o texto, uma nova era para o conhecimento, marcada pela regeneração e o progresso. O século XVII surge aqui como uma cisão, pois é a partir deste

momento que as ciências trilhariam rumos diferentes em relação aos séculos anteriores, estes dominados pelo "círculo de ferro da idade escolástica" (*O Monte-alegrense*, 16 mai. 1886, p.2).

No que se refere à psicologia, esta também estaria incluída no rol de conhecimentos impulsionados pelas contribuições dos mencionados personagens. Precisamente, a psicologia experimental seria produto dos desdobramentos iniciados no século XVII e a única que poderia produzir alguma verdade, uma vez que processa suas investigações por meio da observação e experimentação. Conforme o texto:

"E' por isso que se começa o estudo da Psychologia experimental: procura se conhecer a natureza dos phenomenos para affirmar-se depois a natureza das faculdades e das propriedades. Do conhecimento isolado de cada parte sobe-se ao conhecimento do todo. (...) E' disto que se origina a grande influencia que o methodo philosophico- o experimental- único que se pode chamar philosophico, porque o fim da philosophia é a verdade, mantém com todas as outras sciencias." (p.2).

Nos textos em que há nítida defesa pela filosofia positiva e os métodos das ciências naturais, a crítica se direciona às abstrações e as pretensões da metafísica de formular grandes sistemas sem, no entanto, se apoiar no que chamavam de fatos. As especulações da metafísica sem um firme embasamento de fatos, observados e experimentados, eram eleitas como um motivo de grande atraso para o avanço das ciências. O método experimental forneceria a base para uma grande revolução do conhecimento ou, de acordo com a *Revista Brasileira*, "a base verdadeira da renovação litteraria de que precisamos, e esta já vae caminhando." (1879, tomo I, p.178). Na psicologia, os fatos lançariam luz aos princípios obscuros postulados pela psicologia da alma. É justamente na esteira dessa busca por fatos que a ideia de ciência da alma passou a ter apenas um valor etimológico, ao menos para uma parte da intelectualidade: de uma ciência composta por um conjunto de princípios abstratos, metafísicos e, por isso, percebidos como obscuros, a psicologia deveria ocupar um lugar ao lado das ciências naturais ou, mais precisamente, ao lado da fisiologia do cérebro. Abandonar, enfim, o gabinete livresco do metafísico para caminhar em direção ao gabinete aparelhado do experimentalista.

Outros discursos poderiam ser aqui descritos e analisados para ilustrar uma tensão produzida entre as diferentes vozes que se articulavam na mídia brasileira. Soma-se a esses os discursos aqueles dos estudiosos dos fenômenos ocultos já

vistos no capítulo anterior. Agora, já podemos retomar a pergunta de Certeau, com as devidas adaptações, que serviu como ponto de partida para a empreitada inicial deste capítulo: estariam os espíritos brasileiros preparados para aceitar uma psicologia experimental? Afirmar que estavam preparados poderia nos levar a considerar que houve uma transição no pensamento, de um gradual desprezo pelas questões metafísicas a uma estima crescente pelas ciências naturais, estas calcadas em pressupostos positivistas, materialistas e também nos métodos da observação e experimentação.

Contudo, os exemplos aqui trabalhados ilustram que houve, ao invés de algo semelhante a uma ruptura epistemológica, uma tensão entre a intelectualidade e, nesse sentido, a configuração de diferentes núcleos de pensamento representados, por sua vez, por diferentes grupos. Mas, se ao menos não estavam preparados em pleno sentido, as mudanças que se anunciavam na filosofia e nos diferentes campos de conhecimento estavam circulando na sociedade brasileira e sendo discutidas por atores dos mais diversos. Nesse sentido, ainda que houvesse uma expressiva representação ou movimentos resistentes a essas transformações, a ideia de uma psicologia experimental ou, ainda, de um laboratório de psicologia, por estar inserida nos debates, não despertava surpresa entre os intelectuais.

5.2.

Atenção, crianças! Tenhamos vontade e cultivemos os bons hábitos: a produção de corpos pautada em uma representação sobre a natureza infantil

Os quadros de referências esboçados até agora ainda necessitam de um outro componente importante para que se pudesse emergir uma prática experimental no tecido pedagógico e educacional. Neste ponto, a linha de raciocínio encontra continuidade em uma concepção sobre a criança que estava em curso e que se mostrava na literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX. Longe de adentrar demasiadamente em tópicos próprios do campo da pedagogia e de sua história, a discussão que segue inclina-se para o ponto de vista das questões psicológicas inseridas na construção de um discurso acerca da natureza da criança.

A discussão sobre a criança, como ela aprende, os melhores métodos de ensino, sua idiossincrasia em relação ao adulto, a relevância da educação para o

futuro do Brasil, além de questões relativas ao papel do professor, os princípios da pedagogia moderna, as reformas tão almeçadas no campo da educação e, dentre elas, a necessidade de incluir o ensino da psicologia no programa das escolas normais, tudo isso misturava-se nas muitas discussões entre os intelectuais. No conjunto dos debates, é possível verificar a presença de uma psicologia que cumpria o papel de calcar discursos pedagógicos proferidos por uma série de atores, entre eles médicos e educadores. O itinerário desta seção terá como fontes primárias textos publicados na imprensa brasileira no período oitocentista, teses de medicina, mas principalmente alguns manuais de pedagogia²¹, psicologia e pedagogia publicados nas primeiras décadas do século XX.

O título desta seção indica três categorias muito presentes nos manuais de psicologia publicados na segunda metade do século XIX: atenção, vontade e hábito, as quais serão justificadas mais ao final. Se nos ensaios filosóficos essas e outras categorias psicológicas se resumiam a exercício de retórica, a uma reflexão meramente intelectualista, agora, já no final do século XIX, o interesse pela psicologia para a resolução de questões escolares possibilita a emergência de uma função: ao dissertar sobre o indivíduo, sobre sua inteligência, emoção e vontade, três dos pilares da psicologia desse momento, tal conhecimento é entendido como fundamental para o cultivo de boas práticas pedagógicas. Apenas conhecendo a criança é que se poderia cumprir o fim último da educação, isto é, aperfeiçoar e promover o seu bem-estar, para em última instância prepará-la para a vida em sociedade, para a vida de relação.

A vida em sociedade (ou de relação, como certas vezes era referida), pressupõe a existência de um ordenamento social nas grandes cidades. Esse ordenamento é fator que exige uma circunscrição de possibilidades de existência, na contramão das potencialidades de que o indivíduo naturalmente deteria. Desta feita, se o indivíduo é dotado de umas tantas faculdades mentais, o grau de expressão delas indica o quão coeso e preparado ele se encontra para a vida em sociedade. Fiel à conhecida expressão de Darwin que muito circulava nos textos de época, ao quanto estaria apto para a "struggle for life".

²¹ A pedagogia, na definição de Claparède (1940[1909], p.95), é a ciência da criança. Ela compreende um amplo conjunto de campos que tratam sobre a criança: psicologia infantil, psicopatologia infantil, fisiologia infantil e todas as outras "ciências cuja ocasião imediata pode ser a criança".

As adequadas manifestações da inteligência, atenção, memória, das emoções, da vontade e das demais categorias "psy" exigem instâncias que executem este papel de formatação do indivíduo. Entre elas, as instituições de ensino cumpririam a função de talhar, desde tenra idade, a criança. No interior das escolas, caberia ao professor a missão de ensinar os conteúdos previstos nos programas oficiais e de auxiliar no aprendizado de alguns tipos de anormais escolares. Contudo, o preparo para a vida de relação não exigia da criança apenas que aprendesse os conhecimentos ministrados pelos professores, mas uma educação, em sentido mais amplo, do próprio indivíduo. É aqui que o professor encontra seus limites de atuação e trabalha juntamente com o médico, sendo este o profissional responsável pelo tratamento e regeneração daqueles casos em que fugiria da competência do professor.

Do que se tem dito até aqui, podemos encontrar ressonâncias na literatura. Autores como Barros e Josephson (2013) abordam essa questão do ponto de vista do biopoder exercido principalmente pelos médicos no controle das massas. Este controle teria, em última instância, a garantia de manutenção de uma ordem social que assegurava o modelo capitalista industrial nas grandes cidades.

A preocupação com a infância, de acordo com Oliveira (1999, p.194) ocorre na transição do Império para a República. Ela se insere em um contexto de uma preocupação maior com os rumos da nação brasileira que deveria trilhar o caminho da prosperidade e da grandeza, se impondo como uma nação capaz de percorrer trajetória semelhante àquela já realizada pelos países europeus. Os homens de bata branca e os intelectuais de modo geral, ao menos uma considerável parte deles, expressavam esse desejo nas entrelinhas de seus textos.

Esse percurso rumo ao progresso necessitava de uma intervenção no plano da infância. A justificativa? O Brasil, país de um povo preguiçoso, incapaz, adoecido física e moralmente, necessitava de uma regeneração ao longo de algumas décadas. Nessa representação negativa do Brasil, como um país enfermo, que carrega em sua gênese as consequências da miscigenação²², do analfabetismo,

²² Os discursos sobre os efeitos da mistura de raças no Brasil eram controversos. Se havia um forte grupo de intelectuais que maldiziam as consequências da miscigenação para o Brasil, e a literatura trabalha muito bem esses discursos, já outros como Basílio de Magalhães (1917) denunciavam o equívoco de classificar os índios, os negros e os mestiços como psiquicamente inferiores aos povos brancos. Em passagem, o autor concorda expressando que: "Os rapazes borôros eram extraordinariamente expertos, ousados, pouco mais ou menos semelhantes aos negrinhos, e tanto em destreza corporea como espiritual avantajavam-se indubitavelmente aos nossos civilizados

dos vícios de todo tipo, enfim, de uma série de moléstias do corpo e do espírito, o plano de ação que conduzia à civilização e ao progresso tinha a criança como um instrumento de purificação à longo prazo da sociedade brasileira²³. Uma publicação do *Correio Paulistano* ilustra um discurso nessa linha de raciocínio acerca de um adoecimento físico e espiritual do brasileiro e a necessidade de regeneração do povo pela educação:

"Nós, brasileiros, em geral temos fezes no espírito. A involuntaria ignorancia de nossos paes foi o meio em que se formou a nossa mente. O analphabetismo occupa a maior extensão da intelligencia nacional (...) Duas gerações se succederam sem que um cérebro se diferenciassse do outro; duas gerações de cerebros vasios de conhecimentos, anquilosados pela ausencia dos methodos pedagogicos e pela supressão da eschola publica na maioria dos casos." (*Correio Paulistano*, 13 fev. 1895, p.1)

As consequências de uma má educação se refletiram sobre a formação física, moral e intelectual de gerações anteriores, agora já irremediáveis. O cérebro das gerações porvindouras também não escapam à análise do autor e estariam sujeitos às mesmas consequências:

"Cerebros, nessas condições de desamparo e falta de cultura, são meios apropriados á acclimação de todas as molestias do espirito; dão personalidades frouxas, apathicas, sem independencia intellectual, sem a menor visão dos homens cousas; criam tipos indifferentes, animaes de dous pés, chamados homens, machinas que continuam a rotina, gente que ajunta dinheiro, come, bebe, se reproduz, e nada mais." (p.1)

A solução, conforme o texto, estaria assegurada, por um lado, na higiene para garantir a saúde física e, por outro lado, a saúde do espírito dependeria do concurso dos novos métodos da psicologia aplicados à pedagogia. Os efeitos, ao prazo de 30 anos, levariam a uma completa regeneração da população brasileira: de um povo acometido por fezes no espírito a uma nação dotada de equilíbrio, de

juvens da Europa." (p.8). Não apenas Magalhães, mas também a professora anônima do tópico 5.1. tece algumas considerações sobre o assunto. Denunciando os discursos pessimistas sobre o caráter do brasileiro, a professora assim se posiciona: "O temperamento do brasileiro é bem o typo médio entre o italiano 'explosivo' e o yankee 'reconcentrado', de que fala W.James. Esse temperamento alliado a uma grande intelligencia, faz do brasileiro talvez o melhor typo de educando. Entretanto há uma tendencia para depreciarem o character do nosso povo. Houve um estrangeiro que disse que o brasileiro é bom, por ser muito indolente para ser mau. E os proprios brasileiros pessimistas vivem a proclamar a decadencia moral da nossa sociedade, a falta de character dos homens actuaes. E nós sabemos que o brasileiro é bom, não porque não tenha energia para ser mau; mas é naturalmente bom, porque não podia ser mau um povo que herdou um paiz como o nosso. E a sua energia, o brasileiro tem demonstrado, desbravando os sertões, fazendo a sua independencia politica e economica. O brasileiro não é ambicioso, e tem energia para ser bom, para repartir as suas riquezas naturaes com todos os outros povos que aqui as vêm procurar." (p.1928, p.188)

²³ Sobre a questão racial e esse retrato do povo brasileiro, os trabalhos de Schwarcz (2015) e de Maio e Santos (2014) nos fornecem uma importante reflexão não apenas do ponto de vista da história mas também da antropologia.

higidez física e moral. Mas, por que exatamente intervir nas crianças? Ainda, havia um discurso chancelado pela ciência que legitimaria uma atuação sobre a infância? Para trabalhar essas questões, o texto oferece uma passagem pontual que sumariza um pensamento compartilhado pelos intelectuais, qual seja, de que o caminho para o progresso tinha na infância o instrumento necessário para se obter tal fim: "Reforma do indivíduo, reforma da sociedade. Não se modéla um cérebro de adulto hereditario, mas modéla-se um cérebro de creança. As sociedades reformam-se pela base: -as creanças são a base das sociedades." (p.1).

Modelar um cérebro implica na noção de plasticidade da matéria. O artigo do *Correio Paulistano* usado aqui como referência havia sido publicado 5 anos após a primeira edição dos *Principles of Psychology* de William James. Neste, James trabalha uma noção de plasticidade que já era discutida pelos físicos e fisiologistas de sua época. Nas palavras do autor:

"Plasticity, then, in the wide sense of the word, means the possession of a structure weak enough to yield to an influence, but strong enough not to yield all at once. Each relatively stable phase of equilibrium in such a structure is marked by what we may call a new set of habits. Organic matter, especially nervous tissue, seems endowed with a very extraordinary degree of plasticity of this sort; so that we may without hesitation lay down as our first preposition the following, that *the phenomena of habit in living beings are due to the plasticity of the organic materials of which their bodies are composed.*" (JAMES; 1960[1890], p.105, grifos do autor).

A noção descrita por James, partilhada por cientistas de sua época, sugeria a ideia de plasticidade da matéria, o que incluía o cérebro. Interessante notar como a palavra "cérebro" era utilizada fartamente nos artigos, não apenas nas revistas médicas mas também nos textos midiáticos, e na publicação do *Correio Paulistano* seu uso foi empregado quase como um sinônimo para pessoa ou indivíduo. A geração é de cérebros e não de pessoas; quem se encontra na condição de desamparo e falta de cultura não é o povo brasileiro, mas seus cérebros. Estabeleceu-se uma noção de que o cérebro era uma matéria plástica e que uma intervenção na infância permitiria modelá-lo. Tal noção, sustentada pelas transformações que a fisiologia do cérebro e a filosofia sofriram no século XIX, fortalecia a ideia de que não apenas as práticas escolares poderiam esculpir a criança (e seu cérebro) mas também de que a intervenção deveria ocorrer nela e não sobre o adulto.

As concepções sobre a criança dispersadas na literatura de época estão em consonância com um modelo empirista de desenvolvimento. Na verdade, a ideia

de que a criança poderia ser modelada somava-se às forças da hereditariedade. Se a instituição escolar poderia exercer o papel na educação do corpo e das faculdades mentais, por outro lado a herança representava fator crucial na expressão de higidez ou patologias orgânicas e psíquicas. Aqui esbarramos em um limite imposto para a escola, uma vez que dependendo da categoria médica atribuída ao anormal escolar ele poderia ser confiado ou aos cuidados do professor, em classes ou escolas especiais, ou encaminhada a uma instituição médica. Comentando sobre o atraso intelectual nas crianças, Basilio de Magalhães (1913) traça essa diferença no tratamento que delimita o papel das instituições:

"(...) ou essa creança é literariamente educavel, e, em tal caso, é mistér que se lhe forneçam escolas especiaes, onde fique entregue aos cuidados de professor idoneo, depois de examinada por facultativo, que tambem não a perderá de vista; ou essa creança é literariamente ineducavel, porém capaz de receber, com proveito, tratamento convinhavel ao seu estado, e, em tal hypothese, é preciso recolhel-a a estabelecimentos adequados, onde fique confiada aos desvelos de medicos especialistas." (p.47)

No que concerne às representações da criança enquanto potencialmente modificáveis por forças do ambiente, concepção de interesse para a educação, as *Lições de Pedagogia* de Valentim Magalhães (1900) possibilitam uma imersão inicial nessas noções. A criança, de acordo com o autor, "é uma argamassa molle, malleavel como o cimento, mas que, como elle, endurece e guarda a fórmula, as depressões, os vincos que se lhe imprimem." (p.20). Tendo assim determinado uma natureza para a criança, o autor parte para considerações de âmbito da educação:

"Todos os psychologistas affirmam que as primeiras impressões são as que perduram, que é na infancia que o ensino mais aproveita, que as crianças são verdadeiras chapas photographicas sensibilizadas, que recebem, que guardam indelevelmente as imagens que nellas se reflectem. De tudo isso se conclue que o habito é um grande elemento da educação, merecedor da maxima attenção e do mais esmerado cultivo." (p.21)

Essa passagem de Valentim Magalhães é especialmente importante na medida em que se verifica nela a presença da psicologia, ou melhor, de uma autoridade dos psicologistas nos manuais de pedagogia. Enquanto a psicologia cumpria sua função na descrição das faculdades da alma (ou do espírito, termo bastante comum nos textos), sendo porta-voz da natureza da criança, caberia à educação a missão de transformá-las. A psicologia revelaria as propriedades da

argamassa e suas condições de manipulação para que a educação pudesse balizar o formato antes de seu endurecimento.

A assistência da psicologia verificada nos textos de pedagogia conduz a uma outra discussão na relação desses dois campos de conhecimento. Se a psicologia emitia suas luzes de esclarecimento, agora mais próxima das ciências naturais, sobre os recôncavos e as entranhas do ser humano, era de interesse daqueles que ditavam os preceitos da pedagogia moderna e também do professorado em geral o conhecimento desse arcabouço teórico e metodológico da psicologia. Cumpre ressaltar que essa discussão é anterior ao período da Primeira República do Brasil, na medida em que a pedagogia científica emerge na segunda metade do século XIX (CAMBI, 1999, p.498-502) e já é possível presenciar uma discussão desse movimento na imprensa brasileira. Textos que procuravam discutir as reformas necessárias da educação brasileira questionavam também a formação do professor:

"(...) um professor, para ser perfeito e completo, necessita de mais alguma coisa do que da pedagogia, necessita da psychologia, necessita da physiologia. Como é que há de ser bom professor aquelle que ignora a evolução natural das faculdades mentaes, o meio de desenvolvê-las, fortificá-las, de dirigil-as? Si o mestre não sabe a ordem e a intensidade com que se manifestam os sentimentos na criança, a acção e a influencia que em seu cerebro e em seu coração podem exercer taes e taes castigos, taes e taes recompensas, estes ou aquelles estimulos, como applical-es?" (*O Monitor*, 19 fev.1881, p.1)

Muito mais do que ter os conhecimentos das matérias que ensina, a formação do professor deve contar com noções de psicologia. Não para ensiná-la ao alunos²⁴, mas para auxiliá-lo em sua prática pedagógica. A discussão em torno dessa necessidade de se ter a psicologia no currículo do professor é que possibilita o surgimento dos manuais de psicologia que foram produzidos especialmente para as aulas nas escolas normais (e.g. BOMFIM, 1928[1917]).

Durante o primeiro período republicano essas relações entre psicologia e pedagogia se fortaleceram, principalmente na segunda metade desse período político, conforme nos mostra Patto (1999). Disto não apenas resultou em um

²⁴ No período do Brasil Imperio, por exemplo, a psicologia fazia parte do currículo no *Imperial Collegio de Pedro II* e era ensinada a crianças de 12 a 14 anos de idade. Um texto que levanta algumas críticas em relação à instrução pública dessa instituição, mais especificamente sobre a quantidade de matérias que formava o programa, pode ser encontrado no jornal *O Globo* de 01 de Julho de 1877 (p.1). Como poderiam as crianças, com suas faculdades da alma ainda em desenvolvimento, compreender explicações sobre as funções e fenômenos da alma? Assim questiona o autor do artigo, para o qual o ensino da psicologia naquela instituição era um problema.

aumento no número de manuais de psicologia voltados para o preparo dos professores, como também a própria percepção de uma esvaziamento da pedagogia sem os discursos científicos que a auxiliam, ocupando a psicologia um lugar privilegiado. Este é o posicionamento de Henrique Geenen (1913), pois "sem a sciencia psychologica não poderemos tão pouco basear uma theoria pratica da educação, lançar os alicerces de uma séria pedagogia" (p.28). Se é por meio da educação que se desenvolve harmonicamente os "poderes nativos da creança, não lhe conhecendo a natureza, iremos muitas vezes contrariando, tolhendo este desenvolvimento em vez de auxiliar e promover efficazmente: da psychologia dependem pois a pedagogia e a pedologia." (p.28).

A harmonia no desenvolvimento da criança é um ponto nevrálgico da discussão desse tópico. Eleita a criança um objeto privilegiado de intervenções médicas e pedagógicas em nome de um futuro glorioso da pátria brasileira, como executar o desenvolvimento harmônico desejado?

Em primeiro lugar, é importante frisar que não se tratava de um desenvolvimento pontual de uma ou outra faculdade da alma. Não se pretendia estimular a inteligência de uns e a memória de outros, ou ainda tornar algumas crianças mais atentas ou mais fortes fisicamente do que outras. Conforme a própria palavra harmonia sugere, o que se buscava era um equilíbrio no desenvolvimento da criança: a produção de uma higidez física e mental tinha como condição o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Esse desenvolvimento harmônico que incluía tanto saúde física quanto psíquica era sustentado por uma relação estabelecida entre as funções fisiológicas e psicológicas e também entre faculdades psíquicas entre si. A normalidade psíquica passava pela saúde física, assim como um adequado desenvolvimento de uma faculdade da alma implicava, por sua vez, no investimento e progresso de outra. No primeiro caso, não raro alguns autores exemplificavam essas relações dissertando sobre os efeitos das perturbações visuais para o aprendizado e o desenvolvimento intelectual. As anomalias da visão, nos dizeres de Faria de Vasconcellos (1923, p.120), seriam uma causa de atraso na evolução normal do sistema nervoso e particularmente do cérebro. Uma criança cuja visão esteja comprometida não poderia aproveitar com utilidade o ensino. Nesse sentido, as anomalias da visão seriam um fator importante na etiologia do atraso intelectual.

As relações entre força muscular e inteligência também se inserem nesse quadro. Alfredo de Magalhães (1927, p.72) comenta que "as crianças mais inteligentes manifestam força muscular superior á que se nota nas menos inteligentes". Defende a educação ambidestra, pois permitiria um bom desenvolvimento de ambos os hemisférios cerebrais (p.73-76).

Já os vínculos entre as diferentes faculdades é outro ponto fundamental na compreensão do desenvolvimento harmônico do indivíduo. Na tese de medicina de Antonio Luiz da Costa (1924) o autor alerta para o seguinte fato:

"E' obvio que, para a identificação dos anormaes, não se tenha em mira exclusivamente signaes physicos ou organicos, apresentados pelas creanças consideradas taes: e' indispensavel esmiuçar as alterações da sua vida psychica, afim de que se possa criteriosamente perceber o grao do desvio do anormal psychico comparado ao typo normal o physiologico." (p.12).

Um exemplo trabalhado pelo autor é o da possibilidade da criança ter a faculdade da memória muito desenvolvida e a atenção quase nula (p.32-36). Neste caso, seria uma criança mentalmente anormal na medida em que haveria um desequilíbrio e desigual desempenho entre as faculdades do espírito. O treino da atenção por meio de práticas educativas seria a condição de retorno à faixa de normalidade.

Funções orgânicas e faculdades psíquicas se articulam nas práticas de educação dos sentidos e nos métodos de ensino intuitivo. Educar os órgãos dos sentidos significava dar um passo em direção à higidez, uma vez sendo eles a base do desenvolvimento das faculdades psíquicas. O cérebro, para Faria de Vasconcellos (1923), "se desenvolve sob a acção do que exactamente se chamou de excitação funcional. D'aqui se ve a necessidade e efficacia do exercicio dos sentidos." (p.119). Exercitar os sentidos significava educá-los e essa educação culminava na boa formação do cérebro, por sua vez das faculdades psíquicas. Esse é um ponto de encontro com as práticas experimentais e de exame nas escolas, que serão trabalhadas no próximo tópico, as quais possuíam também uma função não apenas avaliativa mas também educativa.

Um exemplo de prática em sala de aula descrito por Quaglio (1921,p.12) poderia melhor ilustrar o ensino intuitivo e a necessidade que se pregava pela educação dos sentidos. Como um aluno aprenderia o que é uma rosa? A resposta não estava em seu conceito abstrato a ser enunciado pelo professor, mas no contato do aluno com o próprio objeto. O aluno precisaria primeiro olhar, tocar e

cheirar a rosa para somente depois representá-la como um conceito, ou seja, experimentando-a antes por meio dos órgãos dos sentidos. Desta forma, o aprendizado ocorreria justamente do concreto em direção à abstração do objeto rosa.

O brado pela educação dos sentidos não foi um discurso que emergiu na década de 1920, conforme as citações a Faria de Vasconcellos e Quaglio poderiam sugerir. Na verdade, trata-se de um discurso que permaneceu na agenda de discussões por décadas desde as primeiras menções ainda no Brasil Império. Educar os sentidos implicava na valorização da experiência no mundo sensível em detrimento de um ensino baseado na memorização de noções abstratas. Fechar o livro dos homens e abrir o livro da natureza para as crianças, este era um princípio pedagógico oitocentista. Julio Roquette, em artigo publicado na *Revista do Ensino*, desenvolve uma crítica nesse sentido e assim questiona:

"A um moço que estuda syntaxe, por exemplo, e que tem de cór as regras desta parte da grammatica, dando-se uma proposição, como poderá elle analysal-a e elevar-se ao seu sentido logico, si elle não souber fazer uso conveniente daquellas regras, si ainda não tiver comprehendido esta proposição, si, emfim não souber fazer della verdadeiras applicações? Um outro que estuda moral, que idéia formará tambem dessa sciencia, das relações sociaes que subsistem entre os homens, do dever, em summa, si elle não conhecer a natureza humana, si se limitar a decorar definições abstractas, sem buscar a origem desta mesma sciencia no mundo sensível ou na experiencia?" (*Revista do Ensino*, 27 nov. 1886, p.6)

Os métodos de ensino intuitivo guardam estreita relação com a educação dos sentidos. Dentro de uma concepção moderna de pedagogia, cabia ao professor partir do fácil para o difícil, do simples para o complexo ou do concreto para o abstrato. Assim, se a criança precisava aprender sobre grandezas nas disciplinas de matemática, física ou química, empregava-se o auxílio de aparelhos que pudessem ensiná-la concretamente por meio da medição direta. Se era necessário aprender sobre os objetos que a circundam, a memorização de sua definição cederia lugar à exposição do objeto para que ela pudesse aprender por meio da experiência, do contato com o objeto por meio dos órgãos dos sentidos. Aliás, o ensino intuitivo tinha em sua base uma definição de inteligência segundo a qual ela era desenvolvida de forma lenta e progressiva, das ideias concretas para as abstratas, das particulares para as gerais (MAGALHÃES, 1900, p.32). A *Revista*

*Pedagógica*²⁵ conta com uma farta quantidade de textos que discutem diferenças entre o ensino clássico e o moderno, valorizando o ensino intuitivo em detrimento de um ensino livresco voltado para as noções abstratas (*Revista Pedagógica*, Tomo I, 1891, p.230-231; Tomo VI, 1894, p.115-118; Tomo IX, 1896, p.219-226). Portanto, uma psicologia se constrói no interior da pedagogia, como uma ciência auxiliar e de base, na medida em que se estabelece relações entre o funcionamento dos órgãos dos sentidos e o desenvolvimento de funções psíquicas, e a direção desse desenvolvimento teria seus reflexos no desempenho escolar do aluno e na sua saúde física e psíquica em sentido mais amplo.

Voltemos agora às categorias do título brevemente mencionadas no início do texto. Se os médicos e educadores concebiam uma natureza para a criança, na qual a psicologia encontrava-se na linha de frente quanto ao seu papel de elucidá-la, a atenção, a vontade e o hábito eram questões de suma importância na educação. Na verdade, da forma como eram tratadas poderíamos afirmar que se constituíam como condições *sine qua non* na formação do adulto saudável física e psiquicamente. Vejamos alguns discursos.

Começando pela atenção, nas mencionadas *Lições de Pedagogia* de Valentim Magalhães (1900) o autor a centraliza quanto à sua função na educação:

“Rigorosamente não é uma das faculdades particulares da intelligencia, mas a condição fundamental do desenvolvimento de todas. E’ ella que transforma o pensamento instinctivo em pensamento reflectido. As mais simples funcções intellectuaes, como a percepção externa, só attingem o maximo de sua força com o auxilio da atenção. E’ ella que faz olhar e escutar, ver e ouvir. A attenção é, pois, a faculdade que nos permite tirar dos conhecimentos adquiridos o que nelles se contém de aproveitavel e de adquirir novos com a elaboração dos mais adquiridos.” (p.45)

A atenção era estimada como um pano de fundo para o desenvolvimento da inteligência e das demais faculdades. Na verdade, chega a afirmar diretamente que a atenção é "a inteligência disciplinada pela vontade" (p. 38). Ela é a ferramenta utilizada pelo educador para que ele possa tirar o melhor proveito das particularidades individuais de cada aluno. Conhecendo os limites atencionais das crianças ele seria capaz de manejar a prática do ensino e tirar melhor proveito do tempo de aula.

²⁵ A Revista Pedagógica foi publicada entre 1890 e 1896 pelo Pedagogium e se inseria nos esforços da instituição de reformar a instrução pública do país. Sobre a revista, ver Oliveira e Portugal (2010) e também Fernandes (2013).

Esse manual ainda nos fornece também importantes elementos para a compreensão da vontade. Frente a uma natureza um tanto negativa sobre a criança, muitas vezes caracterizada como desorganizada e repleta de paixões, a educação da vontade entra como uma estratégia que garantiria a ela o autocontrole, a autonomia e a racionalidade. A criança tem vontade, mas essa vontade deveria ser guiada pelo professor. Na compreensão de Valentim Magalhães, um indivíduo sem vontade seria "um infeliz automato, um brinquedo da vontade alheia e das forças naturais." (p.50-51).

A importância da vontade para o desenvolvimento da criança é situada de modo bastante singular por Valentim Magalhães, mesmo em relação à inteligência. Segundo o autor: "Educar a vontade é talvez mais necessário ainda que educar a inteligência, porque esta sem aquela é como uma espada de aço fino na mão de um cadáver, ou um cofre repleto de gemas preciosas....enterrado no solo ou no fundo do mar." (p.51)

Clemente Quaglio comenta sobre a vontade no plano geral do desenvolvimento infantil. Sugere que a vida da criança ocorre das sensações e dos instintos em direção à razão e à vontade. O papel da educação seria justamente "procurar os modos de governar os instintos submetendo-os ao império da razão" (1921, p.15) e nisto a vontade, sem dúvida, cumpria papel fundamental.

Em preceitos direcionados ao público de modo geral, Antonio Austregésilo (1921) aponta que "a boa educação da vontade é meio caminho para o êxito útil e proveitoso da existência." (p.44). A vontade educada e treinada, ainda de acordo com Austregésilo, levaria a "calma e segurança aos homens sãos, ou nervosos. O caráter do progresso está na constante introdução da vontade racionalizada nas coisas." (p.48).

O hábito emerge no contexto pedagógico como um importante elemento da educação e, conforme passagem já citada, "merecedor da máxima atenção e do mais esmerado cultivo." (MAGALHÃES, 1900, p.21). A concepção de plasticidade da matéria aliada a uma representação sobre a escola enquanto instituição que pode e deve produzir corpos educados, são vetores que resultam em fortes investimentos no sentido de cultivar bons hábitos. Nesse sentido, talvez o hábito seja a expressão mais significativa da relação entre psicologia e moral, signos que muitas vezes se apresentavam em conjunto na literatura.

Os hábitos, de acordo com Quaglio (1921), é uma das forças que teria o poder de "modificar, limitar, deter ou destruir inteiramente algumas tendências instintivas" (p.16). Ela seria capaz de inibir as reações das tendências inatas e com isso converter as ações instintivas em atos voluntários. Aqui se produz um outro elemento na natureza da criança: um corpo dotado de instintos mas que, diferente do animal, perdem força com o passar dos anos e, conforme Quaglio, "podem-se mesmo extinguir totalmente." (p.16). Os hábitos ou as tendências consideradas naturalmente como perniciosas ao indivíduo, à família ou à própria sociedade deveriam ser modificadas, limitadas ou mesmo destruídas ao longo do processo educativo, de forma a sufocarem antes mesmo de ganharem força ou vigor com a idade. À título de exemplo em relação ao hábito, Alfredo de Magalhães (1927, p.63-64) comenta que o hábito das crianças de beberem leite diariamente contribuiria não apenas para a saúde física mas também evitaria das crianças de ingerirem bebidas alcoólicas e desta forma os futuros adultos não seriam levados ao vício alcoolismo. Evita-se, neste caso, a produção de um hábito nocivo que carregava uma conotação bastante negativa na literatura médica e era alvo das maiores atenções das autoridades de modo geral.

Dentro do escopo de fontes primárias trabalhadas aqui, podemos perceber que a atenção, a vontade e o hábito, por estarem na base da higidez física e psíquica, eram três aspectos de suma importância na produção desses corpos e espíritos saudáveis. No caso de crianças consideradas "débeis" de quaisquer um desses ou outros aspectos, a atuação dos médicos e educadores, por meio de exames antropométricos e psicofisiológicos, e exercícios pedagógicos, tinha por objetivo, nas palavras de Basílio de Magalhães (1913), o emprego de uma ortopedia mental. Essa prática ortopédica, tendo Alfred Binet como referência para o autor, era concebida como uma possibilidade de pôr nos eixos tanto os órgãos dos sentidos como as faculdades do espírito.

As crianças ditas "desgraçadas" ou "infelizes", isto é, aquelas acometidas por alguma patologia de forma a serem qualificadas como anormais, encontravam-se despreparadas para a "struggle for life". Nas palavras de Fontenelle, a doença mental não seria mais do que "a fallencia da adaptação" (1925, p.6). Contudo, as fontes mostram que esses discursos estavam sustentados por uma suposta natureza da criança: herdeira de anomalias de acordo com o histórico de doenças orgânicas ou psíquicas na família; maleável para ser

devidamente educada; dotada de instintos que devem ser freados em nome de uma racionalidade; sua atenção deveria ser constantemente cultivada, uma vez que estaria na base do desenvolvimento psíquico; o curso de seu desenvolvimento se assemelharia à história da espécie, entre outras idiossincrasias. Interessante notar que esses discursos não apenas produzem um objeto (a criança) a ser alvo de mediação, como também as próprias práticas, em nome desta natureza, acabando produzindo essa mesma natureza.

O cuidado com a infância, conforme Gondra (2000) é uma tentativa de investimento em vista da produção de sujeitos voltados para o mundo do trabalho, em tempos de "urbanização e de aburguesamento" (p.115). Essa produção estava calcada na articulação de um conjunto de saberes sintonizados para falar e agir sobre a criança: pedagogia, psicologia, fisiologia, antropologia, pedologia, higiene e etc, sustentando práticas médicas e educativas. Quanto à psicologia, os modelos teóricos e metodológicos que emergiram na segunda metade do século XIX se articularam com os princípios de uma pedagogia científica e experimental que também se manifestaram naquele momento. Aliás, importante lembrar não apenas dos conhecimentos científicos, mas também da religião que cumpria papel fundamental na produção de corpos dóceis e moralizados. Jaguaribe (1913), cujos escritos são uma curiosa mistura de conceitos médicos e valores cristãos, alerta aos seus leitores que o trabalho e o cumprimento dos deveres e obrigações é o que leva ao aperfeiçoamento da humanidade; que os vícios (sobretudo o alcoolismo) são fatores de decadência individual e nacional; e que o homem sempre deve se contentar com o que tem, jamais reclamando de sua condição.

Em nome de uma ordem social a ser protegida, de um futuro glorioso para a Pátria brasileira, de uma regeneração deste povo, enfim, de uma série de intervenções em nome de um algo maior e abstrato, essa articulação entre saberes, práticas, atores e instituições cumpriram função de uma verdadeira tecnologia social. Por fim, construindo uma ponte com o próximo tópico, Centofanti (2013, p.43) traz uma interessante passagem de Giuseppe Sergi segundo o qual "a escola é um laboratório onde a matéria bruta humana passa por muitos e graduais mecanismos para sair refeita e aperfeiçoada, e por isso apta à vida social, na qual o indivíduo desempenha sua atividade.". Seguindo o raciocínio de Sergi, os laboratórios de psicologia experimental, assunto que segue, se constituíram como laboratórios no interior de um outro laboratório chamado escola.

5.3.

Laboratórios de psicologia experimental e a experimentação psicológica nas escolas: levantando discursos e práticas de exame e de "test" na educação brasileira

As tensões entre os discursos de psicologia na segunda metade do século XIX, aliada às questões pedagógicas e educacionais discutidas entre os intelectuais brasileiros em fins do século XIX e início do XX, questões produtoras de uma representação da natureza infantil, foram os caminhos traçados até o presente momento neste capítulo. Compreendemos que se constituem como interessantes quadros de referências para se abordar historicamente as práticas de laboratório e de experimentação psicológica nas escolas, foco desta última seção.

Os laboratórios de psicologia experimental são fonte de controvérsias na história da psicologia brasileira. Na história geral da psicologia, muito embora essas instituições sejam hoje consideradas um marco que separa uma psicologia dependente da filosofia de uma psicologia científica e institucionalizada, delimitação perpetuada por historiadores como Boring (1950), no Brasil esse ponto de partida de uma psicologia científica vem geralmente acompanhado de um conhecimento muito superficial das primeiras práticas de laboratório que por aqui se instalaram.

Os motivos que acarretam nesse problema variam. Em primeiro lugar, até onde se sabe poucas foram as práticas de laboratório que existiram entre o alvorecer e meados da Primeira República, o que condiz com a pouca documentação até hoje encontrada que possa melhor elucidá-las. Acervos de documentos, partindo do pressuposto que existem, ainda estão para serem encontrados, estudados e analisados. Por outro lado, é possível, e esta hipótese não deve ser descartada, que algumas dessas poucas práticas não tenham produzido sequer registros de sua existência ou, se produziram, esse material não se perpetuou ao longo das gerações ou não foi preservado adequadamente.

O fato curioso é que a quantidade de menções e referências aos laboratórios de psicologia brasileiros que desfilam nas nossas narrativas não são acompanhadas de um trabalho mais minucioso, descritivo, de suas práticas. Os laboratórios foram monumentalizados e seus significados na história da psicologia superestimados, sem que ao menos suas atividades sejam devidamente elucidadas. Quando se questiona: "O que se produzia nos laboratórios que estiveram sob a

chefia de Manoel Bomfim e Maurício de Medeiros?", uma resposta mais satisfatória das atividades de instituições como essas ainda está por vir. Se um suposto significado dos laboratórios no processo de autonomização da psicologia parece ser assunto já esclarecido entre alguns historiadores, por outro lado o questionamento levantado nos transporta, sem dúvida, de um ponto iluminado a uma região de penumbra e quase completa escuridão. Independente de questões metodológicas que possam retardar as pesquisas no campo da história da psicologia, o laboratório é um exemplo que acaba por induzir, se não a um problema para os historiadores, ao menos a uma consciência de que a história da psicologia no Brasil é um campo de investigação muito jovem.

A presente seção não é uma tentativa de responder a esses problemas e tampouco um exercício exaustivo em descrever as práticas experimentais em psicologia no Brasil, no contexto da educação. O fato desta pesquisa ter se centrado no acervo de Obras Gerais da *Biblioteca Nacional*, somado ao tempo disponível para leitura das fontes primárias são fatores limitantes a serem considerados. Entretanto, seguindo o raciocínio e a proposta deste capítulo, continuaremos esboçando relações históricas entre psicologia e educação no Brasil da virada de século e ao longo da Primeira República, agora por meio dos discursos de psicologia experimental presentes no ensino da psicologia e também na aplicação de métodos experimentais como recurso auxiliar das práticas pedagógicas e no processo educativo.

Para conduzir o texto, uma questão preliminar se impõe. Para que servia a experimentação psicológica nas escolas? Essa questão serve de fio condutor para que depois sejam abordados alguns discursos e práticas.

Vimos, em capítulo anterior, que a psicologia se inseria na psiquiatria principalmente por três vias: como um arcabouço que auxilia na fundamentação teórica para a compreensão das manifestações normais e patológicas das faculdades da alma; como auxiliar diagnóstico e prognóstico; e na incorporação de meios e técnicas para profilaxia e cura das doenças mentais. O laboratório cumpriria papel principalmente como auxiliar diagnóstico e prognóstico, uma vez que seus aparelhos serviriam para mensurar as variações nas manifestações patológicas. O exame psicológico era ferramenta complementar na atribuição de um diagnóstico médico.

Na educação, o laboratório teria função equivalente: caso o professor observasse que um determinado aluno oferecesse resistência, "às influencias de educativas" nos dizeres de Bomfim (1928, p.360), o laboratório entraria como um dispositivo revestido de cientificidade que iria auxiliar no exame a fim de se verificar o grau de anormalidade desse aluno. Os "anormaes escolares" variavam, ainda segundo Bomfim (p.355-358), desde os casos considerados mais leves (os "debeis mentaes") até os mais graves, como os "imbecis" ou os "idiotas profundos". Realizado o exame e estabelecido o diagnóstico do anormal escolar, qual deveria ser o próximo passo? Basílio de Magalhães (1913) traz uma passagem importante sobre essa questão:

“Ora, de duas uma: - ou essa creança é literariamente educavel, e, em tal caso, é mistér que se lhe forneçam escolas especiaes, onde fique entregue aos cuidados de professor idoneo, depois de examinada por facultativo, que tambem não a perderá de vista; ou essa creança é literariamente ineducavel, porém capaz de receber, com proveito, tratamento convinhavel ao seu estado, e, em tal hypothese, é preciso recolhel-a a estabelecimentos adequados, onde fique confiada aos desvelos de medicos especialistas.” (p.47)

Desta forma, o laboratório seria um mediador na decisão de um futuro para a criança: destinada a uma turma ou escola especial, ou então, para os casos mais graves, aqueles incapazes de passarem pelo processo educativo nas escolas, seria recolhida a uma instituição especial (um asilo, por exemplo). Neste caso, estaria aos cuidados de um médico e sofrendo toda a infâmia característica deste grupo de indivíduos anormais, isto é, como fracassados no processo adaptativo e candidatos a serem permanentemente inúteis a si mesmo, à família e à Pátria.

A ideia de transferir a criança para uma outra turma ou instituição contava com a possibilidade de seu retorno às turmas ordinárias, aquelas onde estariam os alunos normais dotados de higidez física e psíquica. Nesse sentido, percebe-se que o papel do laboratório situava-se na esteira das transformações pedagógicas e das reformas defendidas na instrução pública, assunto da seção anterior. Era tempo do professor conhecer não apenas a matéria que seria ministrada, mas o próprio aluno. Esse conhecimento era o que Basílio de Magalhães chamou de "curriculum physio-psychico do alumno" (p.145). Currículo que certamente não era escrito pelos pais ou pelo próprio aluno, mas um enigma a ser elucidado pela observação dos professores e, sobretudo, pelos exames científicos empregados nos laboratórios (ou gabinetes). A prática da ortopedia mental implicava necessariamente no conhecimento prévio dos aspectos físicos e psíquicos que

encontravam-se retorcidos. Desse ponto de vista, não era de se estranhar que a psicologia experimental tenha adquirido terreno no âmbito escolar quando justamente seus métodos viriam a responder um interesse da instrução pública. Esboçada algumas linhas para esta questão introdutória, linhas que serão retomadas mais a frente, podemos agora passar ao outro assunto proposto.

Quando Claparède descreve um breve panorama histórico sobre a pedologia nos diferentes países ao redor do globo, o autor suíço assim comenta sobre o Brasil:

"No **Brasil**, a pedologia é pouco representada. Em São Paulo, Quaglio, autor de um *Compêndio de Pedologia* (1911), trabalha por seu desenvolvimento, tendo criado na Capital uma Faculdade de Pedologia. O Sr. Medeiros e Albuquerque criou no *Pedagogium* do Rio de Janeiro, em 1897, um laboratório de psicologia experimental, e depois uma cátedra de antropologia pedagógica. Foi vivamente combatido; censuraram-no por essas 'inovações fantasistas' e de suas criações nada subsistiu." (1940, p.76, grifos do autor)

Dessa passagem apenas duas menções são de maior interesse: o laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium* ter sido criado em 1897 e a censura sofrida por Medeiros e Albuquerque. Quanto a esta última, vimos na primeira seção deste capítulo que a psicologia se inseria em meio a uma rede de tensões nos discursos entre os intelectuais. O combate mencionado por Claparède é um exemplo dessa tensão, muito provavelmente protagonizada por críticos do materialismo e da filosofia positiva tal como vimos naquela seção. Mas o ataque de determinados setores da intelectualidade brasileira sobre Medeiros e Albuquerque não é algo que permaneceu no século XIX, no momento em que essas correntes filosóficas começaram a ser discutidas por aqui. Vale lembrar a tensão relatada por Centofanti (1982) entre intelectuais católicos e o Instituto de Psicologia que havia sido fundado em 1932 a partir da conversão do laboratório de psicologia experimental da *Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro*. Nos relatos dos defensores das novas tendências da psicologia (e das ciências naturais de modo geral), havia determinadas barreiras que impediam o avanço destas ideias em território nacional. Barreiras que eram erguidas por aqueles que julgavam as transformações no cenário da filosofia e das ciências naturais como um excesso nocivo de materialismo que estaria corrompendo a sociedade. É nesse contexto em que poderíamos situar o comentário de Claparède.

Por outro lado, o ano de 1897 como fundação do laboratório do *Pedagogium* desperta atenção por criar certa inconsistência historiográfica. Esse é o ano que

Centofanti atribui à criação deste laboratório no citado estudo, tendo Claparède como referência. Ocorre que, como já vimos anteriormente, narrativas mais recentes mencionam o ano de 1906 como sendo a data de fundação desse laboratório de psicologia experimental (ANTUNES, 2012, p.68; MASSIMI, 1990, p.72; PINHEIRAL, 2011, p.376). Contudo, a leitura do Artigo 2 do Decreto n.100, publicado na *Collecção de leis municipaes e vetos de 1898*, fornece-nos uma pista sobre essa questão:

"Incumbe-lhe organizar e manter o musêo pedagogico, um laboratório de psychologia experimental, especialmente destinado ás pesquisas pedagogicas, gabinetes para o estudo pratico das sciencias phisicas e naturaes e exposições pedagogicas." (ALVARENGA FONSECA, 1898, p. 253).

Seguindo a leitura do Decreto, o Artigo 41 expõe que:

"O redactor da Revista Pedagogica terá a seu cargo a direcção do laboratorio de psychologia, cuja installação póde desde já ser encommendada pela Diretoria de Instrucção, por conta das verbas - Material escolar -e- Expediente das escolas- do futuro exercício." (p. 260).

As passagens do decreto levam a crer que o laboratório foi idealizado e proposto ainda em fins do século XIX, mas como a instalação ainda seria encomendada sua inauguração só poderia ocorrer, efetivamente, algum tempo depois. Teria sido, então, em 1906? Para esta questão, torna-se interessante lançar mão da imprensa brasileira, posto que seu registro do cotidiano poderia fornecer outras pistas e informações mais esclarecedoras sobre o assunto. As primeiras referências encontradas sobre o laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium* datam de 1902 e 1903. Na verdade, o artigo de 1902 encontrado versa sobre o regulamento e os decretos que tratam do *Pedagogium*, isto é, o laboratório ainda estaria apenas nos papéis, algo previsto e que deveria ser instalado (*Correio da Manhã*, 25 nov. 1902, p.2)²⁶. Entretanto, o texto de 1903 já sugere a presença concreta de um laboratório na instituição, comentando que o *Pedagogium* dispõe dos "recursos do laboratorio de psychologia experimental" (*A Noticia*, 31 dez. 1903, p.2). Ainda que não seja possível concluir que sua inauguração tenha sido, de fato, em 1903, um texto de 1904 afirma o fato de Bomfim ser diretor do laboratório de psicologia (*O Paiz*, 13 ago. 1904, p.3).

²⁶ A direção do laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium* foi alvo de discussão nesse artigo publicado no *Correio da Manhã*. O autor dos comentários aponta a necessidade do laboratório ser dirigido por uma pessoa "que tenha dado provas publicas de alta competencia; do contrario, o citado laboratorio se transformará em uma loja de feitiçaria ou officina de malazartes".

Assim, com esses registros suporíamos que o laboratório foi instalado entre 1898 e 1904. Este intervalo poderia ser entendido como o tempo necessário para a importação dos aparelhos²⁷ e, dado a carência de profissionais brasileiros competentes nessa nova psicologia e que pudessem ministrar cursos de psicologia experimental, o preparo de Bomfim junto à Alfred Binet, na França.

Fato interessante é que o texto de Olinto (2012[1944]) aponta justamente para o ano de 1903, mas uma nota de rodapé escrita por Antunes (2012), no intuito de corrigir o ano apontado pelo médico, afirma que "esse laboratório teria sido instalado em 1906" (p.26). Inconsistências à parte, é possível que o laboratório tenha sido inaugurado em 1903 e funcionado por mais de uma década, precisamente doze anos segundo uma nota de rodapé escrita pelo próprio Bomfim (1923, p.27). Período de funcionamento um tanto controverso, uma vez que parece ter funcionado após 1914 ou 1915. Enfim, do ponto de vista prático, o que esse laboratório teria produzido? No que concerne ao tema dos laboratórios na história da psicologia no Brasil, as atividades do laboratório do *Pedagogium* talvez sejam as mais cercadas de interrogações.

As poucas fontes encontradas sobre essa questão revelam que Bomfim teria exercido, pelo menos, atividades de ensino no laboratório. A divulgação na imprensa dos cursos de psicologia experimental coordenados por Bomfim mostra que o espaço do laboratório era utilizado para as aulas práticas. No programa dos cursos, conforme mostra um artigo publicado no jornal *A Notícia*, em 2 de maio de 1916 (p.1), consta que nas aulas seriam ensinados métodos e técnicas de experimentação psicológica com o uso de aparelhos. O programa menciona explicitamente o ergógrafo, mas as temáticas das aulas sugerem que instrumentos como dinamômetro e estesiômetro também foram empregados nas aulas práticas.

O artigo comenta que o público que despertou grande atenção pelos cursos de Bomfim eram os médicos. E apesar de não mencionar explicitamente os professores, o texto ressalta que os conhecimentos de psicologia experimental poderiam ser de grande utilidade para o magistério, uma vez que auxiliariam nas observações dos professores para os casos das crianças anormais. Para cumprir a função de treinar os médicos e professores interessados nos novos métodos e

²⁷ Apenas recordando, os aparelhos dos laboratórios de psicologia experimental do final do século XIX eram produzidos principalmente pelas fabricantes *G.Boulitte* (francesa) e *E.Zimmermann* (alemã). Fotos e descrições dos aparelhos podem ser encontradas nos catálogos produzidos pelas fábricas (e.g. ZIMMERMANN, 1897; BOULITTE, 1928).

técnicas da psicologia experimental, Bomfim ministrava conteúdos que encontravam-se presentes nos principais manuais de psicologia fisiológica e experimental de sua época: tempo de reação, fadiga, memória, atenção, limiar de consciência, associação de ideias, entre outros temas. Além das aulas práticas no laboratório, o espaço estaria disponível para os alunos realizarem investigações autônomas, sob a orientação ou não de Bomfim.

Cumprir lembrar, à título de contextualização, que a proposta do laboratório de psicologia experimental no âmbito da educação estava alinhada às finalidades do próprio *Pedagogium*. Recordo Kuhlmann Jr. (2013), remetendo-se aos regulamentos da instituição, que a finalidade do *Pedagogium* seria:

"Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado." (p.37)

A psicologia experimental, por oferecer novos métodos e técnicas para o exame psicológico dos escolares, auxiliaria na formação do professor e contribuiria, em última instância, à instrução pública. O curso de Bomfim poderia ser compreendido à luz das propostas de reforma na instrução pública muito discutidas entre os intelectuais de sua época e cujas ressonâncias podem ser encontradas na mídia brasileira.

A partir da divulgação dos cursos e a suposição de que o laboratório do *Pedagogium* era utilizado na formação de médicos e professores, iniciamos uma investigação em cima do seu *Noções de Psychologia* (BOMFIM, 1928[1917]) a fim de verificar se Bomfim teria ali publicado pesquisas a partir das atividades no laboratório. Ressaltamos, entretanto, que o livro tinha por finalidade auxiliar no ensino da psicologia, sobretudo nas escolas normais, não se propondo, portanto, a ser um meio para divulgar pesquisas de laboratório. Os indícios são poucos, mas ao final da segunda edição do livro Bomfim incluiu um apêndice composto por dois textos: "caracterisação dos anormaes escolares" e "analyse da fadiga".

Se o primeiro é uma exposição mais teórica e visa trabalhar algumas categorias diagnósticas na compreensão da anormalidade infantil, algumas aqui já referidas no início do texto, o segundo aborda o exame psicológico na prática. Neste, Bomfim descreve alguns experimentos para o exame da fadiga e a utilização de aparelhos como estesiômetro, ergógrafo e dinamômetro para este

fim. Aparelhos que avaliam, respectivamente, limiar de consciência, fadiga e força muscular, temas presentes no programa do curso há pouco comentado. O problema é que Bomfim não oferece indícios claros de que os experimentos descritos neste capítulo são produto de pesquisas realizadas no laboratório, mas em determinados momentos acaba por deixar o leitor na dúvida. Por exemplo, o capítulo é dividido nos tópicos "verificações realizadas", "pesquisas nas escolas" e "resultados verificados". Embora em momento algum mencione a *Escola Normal do Rio de Janeiro* ou mesmo o *Pedagogium*, emprega passagens como "todavia, não foi possível estabelecer uma relação precisa(...)" ou ainda "os exercícios feitos especialmente com as pesquisas das classes(...)" (1928, p.369), gerando certa confusão em relação a quem exatamente estava se referindo. Na descrição das pesquisas e seus resultados, é certo que Bomfim se referia a autores como Binet e Ebbinghaus no intuito de dialogar com a literatura de sua época e expor o estado da arte das pesquisas sobre os assuntos de que tratou. Outras vezes, entretanto, suas descrições carecem de referências diretas aos autores estrangeiros, imprecisão que produz certa dúvida no leitor.

Além dessa, a obra *Pensar e Dizer* (1923) é um tanto curiosa sobre esse assunto. Aqui Manoel Bomfim sugere ter realizado pesquisas e acumulado dados, mas assume que não obteve resultados satisfatórios para que pudesse organizá-los e publicá-los. Por outro lado, esse é um texto em que Bomfim tece algumas críticas com relação ao método experimental. Portugal (2010) comenta que também é possível encontrar "críticas severas ao procedimento experimental" no texto *O método dos testes*, publicado por Bomfim em 1928.

Enfim, teria sido o laboratório de psicologia experimental do *Pedagogium* um centro de pesquisas também ou os mencionados dados de Bomfim eram produto de pesquisas autônomas e mais discretas ali realizadas? No que diz respeito ao ensino, os cursos eram esporádicos ou frequentemente ministrados? Com o que foi discutido brevemente até aqui é difícil esboçar uma resposta, sendo necessária a investigação sobre outros documentos e textos do autor.

Ainda assim, comentários sobre as atividades desse laboratório ou mesmo da psicologia experimental no Brasil tornam ainda mais complexa uma análise histórica mais acurada. Uma curta menção de Moncorvo Filho (1926) ao laboratório pode ser encontrada na passagem "este laboratorio realmente alli montado parece não ter jamais iniciado seus trabalhos, sem duvida da maior

utilidade." (p.187). Quais trabalhos, precisamente, Moncorvo Filho estaria se referindo? E, se Bomfim parece ter realizado, em algum nível, pesquisas e coordenado cursos de psicologia experimental no laboratório, que trabalhos são esses que jamais foram iniciados? O trecho mais levanta questões do que assegura respostas.

Ampliando a questão e partindo para um comentário mais geral sobre a psicologia experimental no Brasil, Farias Brito (1912) escreve um curto ensaio em que denuncia os atrasos que a psicologia vinha sofrendo. A atmosfera intelectual, na percepção de Farias Brito, não estava preparada para as novas tendências da psicologia e nem o solo brasileiro era propício para fertilizar a semente dessa nova ciência. Se referindo às novas tendências, mais especificamente à psicologia experimental, o autor comenta de forma categórica:

"Em nosso paiz, infelizmente, não temos cousa alguma de que se possa aqui fazer menção. Si se perguntar: o que há, entre nós, sobre este relevantissimo assumpto que tanto tem despertado o interesse dos homens mais eminentes em todos os paizes cultos do mundo? - a resposta deverá ser esta: nada, absolutamente nada." (p.277)

Esse texto de Farias Brito é bastante sugestivo com relação aos obstáculos sofridos por intelectuais que pretendiam germinar no Brasil as novas práticas dessa ciência da alma que surgiram na Europa e nos Estados Unidos já há algumas décadas. As tensões produzidas no Brasil em torno da possibilidade de uma ciência experimental da alma encontram-se espalhadas em diferentes fontes e em Farias Brito tais tensões adquirem contornos dramáticos:

"E o que pretender ahi cultivar-a, arrisca-se a soffrer a decepção daquelle que semeia na rocha bruta, sobre pedregulhos, onde a planta não pôde crear raizes, ou entre espinhos que a não deixarão crescer. O certo é que ninguem quis ainda reagir contra a nossa esmagadora esterilidade no que diz respeito ao estudo do espirito humano, isto é, no que diz respeito ao estudo de nossa propria natureza em sua significação mais profunda." (p.278)

O capítulo em questão é parte do livro *A base physica do espirito* que foi publicado no Rio de Janeiro em 1912, na mesma cidade e quase uma década após o ano que supostamente teria sido inaugurado o laboratório do *Pedagogium*. Então, fica uma questão: se o laboratório chefiado por Bomfim realmente existiu e exerceu atividades no âmbito do ensino e pesquisa, por que Farias Brito escreveu aquelas passagens de forma tão decisiva? A partir do cruzamento das informações aqui trabalhadas, ainda que provenientes de poucas fontes, poderíamos ao menos

levantar a hipótese de que o laboratório de psicologia experimental instalado no *Pedagogium* não se constituiu como um grande centro de ensino e pesquisa tal como os conhecidos laboratórios europeus tão presentes na historiografia geral da psicologia. Suas atividades parecem ter sido mais discretas, possivelmente mais focadas no ensino, e não produziram um legado a ser perpetuado por gerações posteriores de psicólogos, de forma a adquirir notoriedade e marcar presença na historiografia como um centro expressivo de ensino e produção em psicologia.

Se carecem trabalhos mais robustos sobre esse laboratório e que não se limitem a monumentalizá-lo como o primeiro do Brasil, o mesmo não poderíamos afirmar sobre o laboratório criado na *Escola Normal e Secundária de São Paulo*. Os trabalhos de Centofanti (2006, 2013) fornecem uma interessante leitura histórica sobre a instituição. Evitando qualquer tipo de releitura sobre esse laboratório, serão apenas vistos aqui alguns trabalhos publicados por Clemente Quaglio²⁸ a partir de suas experiências com os alunos da *Escola Modelo Caetano de Campos*, anexa à mencionada Escola Normal. Não fica esclarecido se Quaglio utilizou das dependências do laboratório para esses estudos, mas os nomes dos instrumentos levam a crer que eram parte do acervo do laboratório. Esses trabalhos foram compilados no livro *Estudos de psychologia experimental e pedagogica*, publicado em 1921. A riqueza nesses artigos de Quaglio, ainda que relativamente curtos, não diz respeito apenas às descrições dos experimentos mas também pelas suas considerações no tocante à infância e à educação no Brasil.

O ideal do adulto como um ser racional e que se forma a partir de uma transformação da infância, tendo o educador um papel de relevo neste processo, é um discurso notável no texto *O raciocínio nas creanças*. A criança é representada como um típico ser que ainda não aprendeu a perceber o mundo com uma boa nitidez, não sendo capaz de julgar adequadamente e raciocinar sobre os elementos que o compõem. Não por estar desprovida de um aparato nervoso subjacente às correspondentes faculdades mentais ou por qualquer tipo de patologia orgânica ou psíquica. A criança, ainda que fora do grupo de anormais escolares, é representada como sendo dotada de impulsos sentimentais e estes tendem a selecionar

²⁸ Para uma biografia e trajetória profissional de Clemente Quaglio, ver Monarcha (2007). O autor comenta sobre um laboratório de *Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental* que Quaglio teria criado em 1909, em uma escola na cidade de Amparo. No acervo de Obras Gerais da *Biblioteca Nacional* constam diversos textos de Quaglio, mas dentre os selecionados para a leitura não verificamos indícios ou produções desse laboratório.

elementos do ambiente, colorindo uns e descurando outros. As emoções nas crianças são caracterizadas como um empecilho para uma compreensão precisa dos objetos do mundo. Para o raciocínio, nas palavras de Quaglio, "é indispensável: bem observar e nitidamente perceber; e a escola muito pôde influir sobre o aluno para orienta-lo bem nestas duas formas de actividade psychica." (1921, p.101).

E como se mensura e avalia o raciocínio nas crianças? Nesse estudo, Quaglio descreve os resultados de seu experimento em que emprega o "Logorthoscopia Pizzoli". Sumariamente, os alunos observaram algumas pranchas e foram questionados sobre o que aconteceu na situação ilustrada²⁹. Por meio dos relatos sobre as pranchas o experimentador poderia avaliar raciocínio lógico, a presença de sentimentos nas histórias, grau de concretude e realidade, entre outros aspectos que orbitam em torno do raciocínio e daquilo que poderia embotá-lo.

Não apenas o raciocínio foi estudado por Quaglio nesses textos, mas também dedicou-se ao exame experimental da atenção em cem crianças, conforme sugere o título de seu trabalho "Estudo sobre a atenção de cem crianças brasileiras". O interessante é que em um primeiro momento Quaglio cita e descreve o experimento de Angelo Mosso, um que se assemelha bastante àquele descrito por Henry de Parville na primeira seção deste capítulo. O princípio era basicamente este: o sangue afluía em abundância em um órgão quando ele trabalha (1921, p.9). No caso da atenção, quando um indivíduo a direcionasse a um objeto ou durante a resolução de um cálculo matemático, o volume de sangue aumentaria no cérebro na medida em que ele se encontraria em intensa atividade. Uma maneira de examinar esse afluxo sanguíneo seria por meio do experimento da balança: a criança (ou o indivíduo examinado) ficaria imobilizada sobre uma balança e, no exercício de qualquer atividade, como as comentadas acima, a balança tenderia a pender para o lado da cabeça.

No entanto, o experimento arquitetado por Quaglio envolve o uso do "Myocynescopia". Por meio dele não se pretendia avaliar exatamente a atenção,

²⁹ Uma interessante imagem que Quaglio anexou ao texto ilustra um momento de aplicação desse instrumento. Nela, se verifica a presença de algumas mulheres (possivelmente professoras ou alunas da Escola Normal) manipulando o instrumento enquanto um homem toma nota dos relatos da criança sobre as pranchas. Encontrar fotos em que se vê pessoas ao lado de instrumentos de laboratório, em momento de aplicação ou mesmo no laboratório junto a outros colaboradores, são achados relativamente raros. Patto (1999) chega a comentar que essa parafernália "dava prestígio aos que os aplicavam, como mostram fotos publicadas pela Escola Normal de São Paulo" (p.324).

mas a coordenação motora da criança: movimentos finos deveriam ser executados com o uso da "penna electrica" e a cada movimento grosseiro era contabilizado um erro no aparelho³⁰. As relações entre a coordenação motora e as faculdades psíquicas são expressadas por Quaglio nos seguintes termos: “Para a execução de todos esses variados actos musculares, é indispensável uma operação intellectual complexa, para a qual concorrem muitas faculdades psychicas e partes delicadissimas dos centros nervosos.” (1921, p.18). Desta forma, por meio do número de erros examinava-se, em última instância, aspectos psicológicos da criança.

Em que termos Quaglio expressava a utilidade desses resultados de experimentação psicológica para a educação? O pensamento de Quaglio subjacente aos seus experimentos concorda com as concepções sobre a natureza da criança, o papel do educador e da instituição escolar que encontravam-se em curso. No que concerne ao papel da psicologia experimental, este residiria no seu poder de enunciar uma verdade, não por meio de abstrações metafísicas mas sim científica, sobre o funcionamento da criança. Essa verdade se mostra pelo descobrimento dos limites físicos e psíquicos da criança sem os quais a educação, dentro desse quadro da pedagogia moderna e científica, não se realizaria. Conforme o autor:

“E` tempo de seguirmos um rumo novo e bom. E` mister que desapareça de uma vez para sempre, o preconceito de querer preocupar-se do que a criança deve fazer, sem nunca conhecer o que ella pode fazer. Impõe-se, pois, a necessidade de se fazerem investigações longas e complexas do organismo physio-psychico, examinando e estudando individualmente as crianças. E` necessario achar um accordo feliz entre a pratica de uma hygiene corporea e uma hygiene da mente, entre a harmonização da educação physica e a educação intellectual. E` dessas investigações, desses exames, desses estudos que deve surgir a pratica do processo educativo.” (1921, p.27)

A conclusão de Quaglio no trecho é reveladora. O exame psicológico por meio dos métodos experimentais poderia acusar defeitos, em maior ou menor

³⁰ O Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro atualmente conta com um projeto de transformar seu acervo de aparelhos de psicologia experimental em um museu. Dentre os instrumentos que compõem esse acervo um deles muito se assemelha às descrições de Quaglio sobre o "Myocynescopio". Embora o aparelho tenha sido identificado não por esse nome, mas por "Tremômetro", acreditamos que o princípio e a situação experimental eram muito semelhantes. É possível que não seja exatamente o mesmo aparelho, uma vez que havia algumas variações nos modelos, não apenas de fabricação mas também uma adaptação que muitas vezes o experimentador necessitava fazer. Sobre isso, nos lembra Claparède (1940, p. 249-265) que os experimentadores criavam muitos métodos para as suas pesquisas experimentais e também construíam instrumentos para se adaptarem às suas necessidades de investigação.

grau, nas crianças. O que ele e os educadores de sua estirpe conclamavam sobre a necessidade de conhecê-la eram, em outras palavras, suas deficiências orgânicas e psíquicas que, uma vez identificadas, levariam às intervenções necessárias sem as quais o processo educativo estaria comprometido. Observada alguma deficiência auditiva na criança, por exemplo, o órgão da audição deveria ser exercitado para que ela pudesse aprender a ler. Este era o ponto de partida para o ensino da leitura, o que implicava por sua vez na educação deste órgão em particular (p.5). Desta forma, todo o aprendizado da criança e seu conseqüente desenvolvimento psíquico dependia de sua condição fisiológica. É aqui que poderíamos situar os textos de Quaglio nos referenciais do ensino intuitivo e da educação pelos sentidos, isto é, voltados para a produção de corpos e mentes saudáveis.

Com os caminhos percorridos até a essa altura do texto, podemos notar que a psicologia experimental conquistou algum espaço em instituições escolares durante o período da Primeira República. Se a psicologia, conforme a seção anterior, se construía no seio da educação sob a forma de uma retórica sobre a criança, agora ela também possibilita a produção de um material a partir das práticas de exame. Trata-se de documentos como a folha biográfica ou ainda a carteira biográfica escolar, um histórico de registros antropométricos, fisiológicos e psicológicos do aluno, produzidos a partir das informações (dos "fatos") levantados com os experimentos. Em outras palavras, empregando novamente a expressão de Basílio de Magalhães (1913, p.145), o próprio currículo "physio-psychico" das crianças. Aqui, a acepção da palavra biográfico sobrepuja um sentido mais corriqueiro relativo a dados como nome do aluno, idade, filiação, etc. É "bio-gráfico" na medida em que inclui os aspectos orgânicos e psíquicos que constituem a criança. Basílio de Magalhães menciona que um desses documentos, a folha biográfica, teria sido criação de Clemente Quaglio (p.45). Como não encontramos a dita ficha nos textos consultados de Quaglio, seguiremos com a carteira biográfica escolar, modelo proposto por Viera de Mello (1917).

A carteira biográfica era um instrumento médico e pedagógico que servia para o registro das deficiências diagnosticadas nos exames e também para o acompanhamento das crianças ao longo do processo educativo. Isto é, se por um lado identificava e separava os anormais escolares dos hígidos, também era ferramenta que conduzia a práticas educativas de acordo com as deficiências deste ou daquele aluno.

Na proposta de carteira de Viera de Mello (1917, p.29-37), o documento era dividido em diferentes seções de acordo com o tipo de informação. De início, alguns dados pessoais do examinando ("notas geraes") para depois entrar efetivamente nas diferentes seções de exame. Antropométrico, reunindo informações como estatura, envergadura, peso, força muscular, capacidade pulmonar etc. Físico e fisiológico, relativo às condições orgânicas dos olhos, ouvidos, nariz, cabeça, pescoço etc. E, por fim e de maior interesse aqui, os exames fisio-psicológico e psicológico. O primeiro se refere principalmente à acuidade da criança nos diferentes órgãos dos sentidos, incluindo também linguagem, motilidade e sensibilidade interna. Já o exame psicológico era composto pelas categorias muito presentes nos manuais de psicologia da época e já comentadas em diferentes momentos: percepção, atenção, memória, inteligência, afetividade, vontade etc. Curiosamente, sob o guarda-chuva do exame psicológico, o examinador deveria incluir também informações acerca da aptidão e vocação do aluno.

Os diferentes fatores, dos antropométricos aos psicológicos, eram acompanhados segundo uma concepção de relação que mantinham entre si. A capacidade pulmonar do aluno, por exemplo, poderia ser indicativo de debilidade ou boa saúde física que, por sua vez, denunciava a direção do seu desenvolvimento psicológico. Nesse sentido, uma estatura esperada para determinada idade, boa força muscular e adequada capacidade pulmonar tenderiam a distanciar o aluno das fronteiras que circunscrevem o grupo de "debeis" ou "anormaes", esperando-se dele capacidade de atenção e inteligência medianas (ou acima da média), entre outros fatores psicológicos favoráveis a um bom desenvolvimento. A desatenção, à título de exemplo, poderia ser motivada, nas palavras de Alfredo de Magalhães, por um estado "de fraqueza geral do organismo" ou ainda por "disturbios da respiração" (1927, p.96). Lembremos do hábito do copo de leite, defendido por este autor (p.63-64), que se insere aqui como medida para aperfeiçoamento das condições anatômicas e fisiológicas do aluno.

A proposta é que não apenas os considerados anormais escolares fossem inspecionados para a confecção da carteira biográfica escolar, mas todos os alunos de modo geral. Por meio da ficha, o professor teria em mãos informações básicas sobre o aluno que o auxiliariam na prática pedagógica. Conhecendo melhor as

características físicas de cada aluno o professor saberia como conduzir, por exemplo, um exercício físico. Conhecendo suas capacidades visuais e auditivas, decidiria quais alunos necessitariam sentar próximo do professor para melhor acompanhar as aulas. Ciente das capacidades atencionais e de inteligência de sua turma, ele saberia por quanto tempo conduzir uma aula e até onde poderia avançar no conteúdo.

Certamente os exames escolares não estavam destinados apenas àqueles tidos como anormais. Na carteira biográfica escolar de Viera de Mello as categorias aptidão e vocação também estavam presentes, indicando que esses conhecimentos representavam bons indicadores de adaptação ao trabalho. A característica física também se relacionaria aqui, posto que, por exemplo, um "brachisquelo" estaria mais adaptado ao trabalho nas oficinas, enquanto que um "macrosquelo" para a lavoura (MAGALHÃES, 1927, p.56). A carteira biográfica escolar, nesse sentido, poderia ser lido historicamente como um dispositivo atrelado aos anseios na produção de corpos voltados para o mundo do trabalho, leitura esta que encontra ressonâncias no já mencionado trabalho de Gondra (2000).

Apesar dos laboratórios de psicologia serem narrados como instituições de relevo na produção de uma psicologia científica, seja na história geral (BORING, 1950; GOODWIN, 2010; SCHULTZ & SCHULTZ, 2014) ou no Brasil (ANTUNES, 2012; MASSIMI, 2013), é importante lembrar que os exames psicológicos não eram práticas exclusivas dessas instituições. Lembra Claparède (1940) que:

"Os processos empregados para recolher os fatos diferem conforme se estudem os pacientes individual ou coletivamente. A experiência individual faz-se em casa, no laboratório ou em uma dependência isolada da escola; a experiência coletiva pode ser efetuada na própria classe." (p.235)

Deslocar a experiência do laboratório para outros espaços, como a sala de aula, permite pensar na possibilidade dos professores normalistas se utilizarem dos métodos e das técnicas de experimentação psicológica sem a necessidade de buscar, nas fontes primárias, um laboratório que autorize o exercício dessas práticas. Um laboratório equipado com aparelhos de fisiologia e psicologia experimental era custoso e pouco prático. O próprio Claparède atenta para esse ponto dos altos custos quando trata dos aparelhos e de sua manutenção, ainda que

para ele representem uma condição *sine qua non* para as investigações sobre a criança (p.263-265).

Tornava-se interessante buscar opções mais baratas e práticas para a execução das observações e dos exames nas escolas. Instrumentos mais baratos como caixas de pesos e estesiômetros, além daqueles que necessitavam apenas de lápis e papel, poderiam ser improvisados por professores e médicos. Quanto aos de lápis de papel, muitas vezes eram referidos como o método dos "tests" ou então um dos tipos de "test", em acepção mais ampla da palavra, ao lado dos aparelhos experimentais que constituíam o acervo dos laboratórios (PIÈRON, 1966[1951], p.423; WARREN, 1948[1934], p.358). É esse deslocamento de ambiente e de adaptação de instrumentos que permite compreender a aplicação coletiva dos métodos experimentais fora dos limites do legítimo espaço científico que inicialmente caracterizou sua prática.

Sobre esse ponto, Alfred Binet, que desde a década de 1890 já era alvo das típicas menções elogiosas que caracterizavam o discurso midiático brasileiro, sendo referido ora como experimentalista, ora como um ilustre psicólogo ou mesmo como o discípulo mais notável de Charcot³¹, sugere exercícios a serem administrados em sala de aula. No manual de Basilio de Magalhães (1913), o autor disserta sobre alguns métodos e exercícios a serem aplicados em sala, tendo Binet como principal referência. Destacaremos aqui dois exemplos (p.108-141).

O dinamômetro, aparelho cujo fim era medir força muscular, foi recomendado para servir de exercício em sala de aula. Semanalmente os alunos pressionariam o aparelho de forma que teriam os seus indicadores de força acompanhados ao longo do tempo pelo professor. Não apenas se almejava o aumento do tônus muscular como também o próprio exercício da vontade, uma vez que a aplicação coletiva favoreceria a emulação entre os alunos. Por gerar certa competição, a obrigação em apertar o dinamômetro cederia lugar a um exercício agradável que teria sua importância em termos físicos e psicológicos.

³¹ As menções a Alfred Binet nos jornais do final do século XIX não eram fartas como nos casos de Comte, Spencer ou Darwin, mas algumas obras e experimentos de Binet já chamavam a atenção dos intelectuais bem antes da publicação de sua tão conhecida Escala Binet-Simon (*O Tempo*, 8 mar. 1893, p.1; *A Notícia*, 25 fev. 1896, p.2; *A Notícia*, 9 mai. 1896, p.2; *A Notícia*, 29 nov. 1896). Existe uma questão metodológica relativa aos procedimentos de busca na página da Hemeroteca Digital que merece ser destacada: era comum em muitos artigos os nomes de estrangeiros serem "aportuguesados". Na psicologia, nomes como Binet e Janet estavam presentes nos artigos sob a forma de "Alfredo Binet" e "Paulo Janet", uma pequena alteração que pode comprometer o levantamento dos textos caso o pesquisador mantenha as grafias corretas.

Neste caso, o dinamômetro não era utilizado como parte de um exame experimental em psicologia, mas adquiria função direta na educação do corpo e da vontade.

Um outro exercício que possuía a mesma função de treinar a vontade, mas que não dependia do emprego de aparelhos ou mesmo da utilização de um laboratório, era o da estátua. O professor pedia que os alunos permanecessem em posição de estátua durante algum tempo, contendo seus movimentos o melhor que conseguissem, acreditando esta ser uma maneira do aluno adquirir o autocontrole frente a desconfortos e estímulos desprazerosos. Os afetos deveriam ser controlados, na medida em que ao aluno cabia a responsabilidade de tornar-se senhor de si, processo que se realiza no correr do processo educativo e que tinha como auxílio exercícios como o da estátua. Aqui, os discursos proferidos pela psicologia (e também pela psicologia experimental) se concretizam por meio de um exercício que influiria, mediante constante treinamento, no direcionamento da vontade.

O advento dos exames experimentais em psicologia nas instituições escolares se inserem em um verdadeiro quadro de práticas que convergiram para a consecução de um objetivo: a conformação da matéria e do espírito infantil em harmonia a um ordenamento social. Diante de uma natureza desorganizada e que expressava um sem número de inércias no decurso do processo educativo, práticas de toda ordem se somavam para balizar uma transformação da criança. Nesse sentido, a psicologia experimental vem se somar a todas aquelas que desde o século XIX estavam emergindo: da higiene até a antropometria, passando pela pedagogia e pela pedologia. Discursos e práticas que formam uma rede cujas fibras se imbricam de tal forma que um exercício de separá-las não é apenas árduo, do ponto de vista histórico, mas passível de incorrer em uma provável descontextualização.

6 Considerações Finais

Em 1935, quando Kurt Koffka (1886-1841) publica o seu copioso livro *Principles of Gestalt Psychology*, o autor escreve algumas linhas que muito dialogam com uma ideia importante aqui trabalhada em diferentes momentos:

"Descubra fatos, fatos e mais fatos; quando você estiver seguro de seus fatos, tente construir teorias. Mas os seus fatos são o mais importante. (...) Em psicologia, esse ponto de vista pode exigir uma justificativa particular. Afinal, antes do início de nossa era, esta ciência consistiu num certo número de teorias simples e abrangentes, e de muito poucos fatos cientificamente verificados. Com o advento do experimentalismo, foram descobertos cada vez mais fatos, que destroçaram as velhas teorias. Só quando a psicologia decidiu converter-se numa ciência em busca de fatos é que ela começou realmente a ser uma verdadeira ciência. Do estado em que sabia pouco e imaginava muito, a psicologia avançou para um estado em que sabe muito e fantasia pouco (...) (1975, p.16-17)

Utilizemos esta passagem para conduzir inicialmente essas considerações finais. O autor vivenciou um momento de importantes transformações no cenário da psicologia: a emergência das orientações ou das grandes escolas de psicologia do início do século XX. Tendo sido um dos articuladores da psicologia da gestalt, Koffka, no trecho acima, acaba por denunciar um importante aspecto sobre o contexto no qual estava inserida a geração que lhe precedeu. À psicologia carecia fatos que pudessem sustentar seus postulados, eis uma problemática que passou a ser denunciada no século XIX.

A psicologia fisiológica e experimental que surgiu em meados daquele século e, a partir dela, toda uma geração de psicólogos implicada com os métodos experimentais em psicologia, veio justamente como uma tentativa de preencher uma lacuna que se mostrava um verdadeiro tendão de Aquiles para os seus postulados: fatos. Esse brado pelos fatos, que na passagem de Koffka se expressa como um *slogan*, foi capitaneado por aqueles que viam não exatamente a filosofia, mas a metafísica, como um obstáculo carregado de entraves que impossibilitam o advento de uma psicologia enquanto ciência natural. A metafísica produzia grandes sistemas, mas sem embasamento; a metafísica encontrava-se recheada de abstrações, mas faltava-lhe alicerces; a metafísica proferia devaneios, sendo desprovida de fatos que pudessem transformá-los em

teorias ou leis. Uma psicologia amparada nos pressupostos da metafísica, portanto e no raciocínio de Koffka, encontrava-se na contramão de se tornar uma verdadeira ciência, uma vez que sabia pouco e imaginava muito. Enfim, a metafísica isso, a metafísica aquilo outro.

Deparando-se com o problema, qual deveria ser a saída para uma transformação da psicologia em direção às ciências naturais? O método experimental viria como uma resposta que prometia à psicologia livrá-la das obscuridades metafísicas e situá-la nos trilhos da ciência. Era por meio dele que a psicologia seria capaz de formular fatos e descrevê-los. Se antes já havia observação e introspecção, a partir de meados do século XIX a psicologia passa a contar com a introspecção experimental. A introspecção por si mesma produzia imprecisões e erros, mas quando sustentada pelo método experimental suas formulações poderiam constituir-se como fatos. A introspecção, nesse sentido, se renova. Ainda, o método experimental possibilitava uma conexão entre os fenômenos mentais e seus correlatos físicos e fisiológicos, o que acabou por aproximar a psicologia tanto da física quanto da fisiologia, neste caso sobretudo da fisiologia do cérebro.

Mas as transformações no interior da psicologia não se deram apenas no âmbito de seus métodos. Uma reformulação nos conceitos, no intuito de escaparem de possíveis imprecisões e das representações populares sobre a psicologia, também era alvo de discussões. A alma ou espírito enquanto objeto de estudo da psicologia encontrava-se restrita, para aqueles que compactuavam com os métodos de observação e experimentação e também com a filosofia positiva, à sua etimologia.

O deslocamento de objeto, contudo, não era discussão consensual. Se William James elegia o estado mental, já Binet via neles um problema, afirmando que na verdade a psicologia se debruça sobre objetos que possuem caráter de representação. Titchener estava alinhado àqueles que defendiam que o estudo deveria partir da periferia em direção aos processos mentais superiores, isto é, das sensações para os fenômenos de representação. Mas é importante não qualificar esses autores de acordo com esta ou aquela divergência, uma vez que alguns padrões de discursos podem ser encontrados nesses autores do século XIX possibilitando uma organização também por meio de seus pontos de concordância. Entre essas discussões emerge uma preocupação em diferenciar a

psicologia da fisiologia. Após os esforços em aproximá-las, estava em pauta uma discussão sobre suas diferenças, tópico muito presente nos manuais da época. Disto, cria-se uma representação de que a autonomia da psicologia estaria garantida no seu ponto de vista. O ponto de vista psicológico era, portanto, uma forma de estabelecer diferenças e demarcar fronteiras entre o que era psicologia e o que era física, química ou fisiologia.

Debates e rugas à parte, nesse quadro de reconfigurações no cenário intelectual soma-se mudanças de âmbito institucional. Lembremos com Araújo (2009) do reconhecimento formal do laboratório de psicologia experimental de Wundt como Instituto de Psicologia Experimental, tendo atraído estudantes de diferentes regiões do mundo, como também da criação do periódico Estudos Filosóficos, posteriormente chamado de Estudos Psicológicos.

Na esteira desse conjunto de mudanças e transformações que ocorriam na psicologia, o laboratório acaba sendo eleito como um ponto de corte que separa uma velha e caduca psicologia, aquela que estreitava laços com a metafísica, de uma nova psicologia, esta amparada nos métodos experimentais. A ideia de uma psicologia moderna nasceu no seio dos experimentalistas que buscavam a todo custo se desvincular daquela antiga psicologia. E isso não se constitui um produto de reflexão histórica, como uma interpretação por parte dos historiadores sobre uma conjuntura que se estabeleceu em fins do século XIX. Pelo contrário, autores como Titchener (1893) e Hall (1912) já buscavam esse distanciamento e associavam, em seus textos, essa psicologia de laboratório a uma psicologia moderna. A ideia de moderno na história da psicologia acabou sendo, de fato, reforçada por historiadores como Boring (1950), mas este próprio era um experimentalista e contemporâneo da geração oitocentista. Estava inserido em uma mentalidade de grupo que celebrava o laboratório como espaço legítimo de produção dessa dita nova psicologia.

Importante atentar que essa psicologia de laboratório que emergiu na segunda metade do século XIX se estabeleceu no interior de um contexto universitário. Em outras palavras, era uma prática estritamente acadêmica. A possibilidade de aplicação da psicologia experimental na resolução de problemas sociais foi uma discussão um pouco posterior e já inserida no quadro do pensamento funcionalista. É a psicologia, nos dizeres de Ferreira, Silva e Starosky

(2010), "nos trilhos da adaptação" e que se constrói no interior de um conjunto de práticas disciplinares surgidas na modernidade.

No Brasil, essa psicologia experimental voltada para a pesquisa, situada em um contexto acadêmico, teria existido de forma pouco organizada e sistemática em relação aos países europeus e nos Estados Unidos. Embora já houvesse faculdades de medicina e de direito desde o Brasil Império, desdobramentos de instituições fundadas posteriormente ao desembarque da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro no ano de 1808, as universidades brasileiras são instituições da primeira metade do século XX. Nesse sentido, os laboratórios que aqui se instalaram nos primeiros anos do século XX não contavam ainda com uma estrutura universitária que pudesse fomentar a pesquisa.

Ressaltamos, entretanto, que alguns documentos indicam a produção de pesquisa, ainda que de forma mais discreta. Se Manoel Bomfim sugere ter levantado dados e resultados a partir de atividades de laboratório, as experiências realizadas pelo médico Plínio Olinto na construção de sua "these" ocorreram, conforme o próprio autor, no "Pavilhão de Psychologia Experimental" do Hospício Nacional que se encontrava sob a chefia de Maurício de Medeiros (OLINTO, 1910). Temos ainda os trabalhos de Clemente Quaglio em que o autor descreve os métodos empregados e os resultados desses estudos.

Contudo, as justificativas para a criação dos laboratórios no Brasil nesse primeiro momento não orbitaram em torno do desenvolvimento da pesquisa pura, mas sim como dispositivos que ofereciam uma promessa de auxiliar (cientificamente) práticas disciplinares. Não à toa que os laboratórios foram instalados em sua maioria em hospitais e instituições de educação. Aqui é válido recordar uma passagem muito interessante de William James para se pensar a emergência dessas práticas que se construíram no seio da medicina e da educação, o que acaba por incluir os laboratórios de psicologia experimental no Brasil:

"Vivemos cercados por um enorme número de pessoas definitivamente **interessadas no controle dos estados mentais** e incessantemente ansiosas por um tipo de ciência psicológica que as **ensine a agir**. O que todo educador, todo diretor de presídio, todo médico, todo sacerdote e todo superintendente de asilo pedem à psicologia são **regras práticas**. Tais pessoas pouco ou nada se importam com o terreno filosófico fundamental do fenômeno mental. **mas importam-se imensamente com o aperfeiçoamento das ideias, disposições e condutas dos indivíduos particulares que se encontram sob seus encargos.**" (2009[1892], p.319, grifos meus)

O pensamento de uma expressiva parte da intelectualidade brasileira desde o período imperial estava voltado para a ideia de civilização e progresso, pensamento que ganhou força nos primeiros anos republicanos. Os artigos publicados na mídia acabam sendo um reflexo dessa vontade de transformação. As questões que caracterizaram o Brasil na virada do século, desde o contingente de negros recentemente libertados até os atrasos de toda ordem (econômicos, sociais, culturais etc) traziam muitos desafios a um país que via nas nações do velho mundo um exemplo de civilização a ser seguido. Para isso, muitos dos discursos da intelectualidade ressaltavam a necessidade de uma reconstrução da nação brasileira a partir do indivíduo. O brasileiro sofria de males dos mais variados, desde aqueles que acometiam o seu corpo e estavam na causa de sua debilidade orgânica, até os intelectuais, morais e psíquicos que selavam de vez uma representação de uma nação preguiçosa, analfabeta, sem vontade e com inúmeros vícios. A reconstrução do Brasil, nesse sentido, não era apenas estrutural e econômica mas incluía necessariamente uma transformação do brasileiro a partir da infância. Elege-se, assim, conforme Camara (2010, p.124), "a educação da criança no processo de consolidação de uma nação moderna".

Esse processo de educação da infância agrega um conjunto de práticas que já estavam em curso no século XIX. Em meados deste século, quando o Brasil ainda se encontrava na condição de Império, o tema da higiene era objeto de discussão na literatura médica: textos sobre higiene do soldado, higiene do escravo e higiene dos colégios eram trabalhados nas teses de medicina, sendo um tema que despertava forte interesse. O soldado, o escravo e a criança eram indivíduos que se encontravam sob os encargos daqueles que, dialogando com a passagem de James, importavam-se sobremodo com suas condutas. Conhecimentos que dissertassem sobre as condições para um bom funcionamento do organismo e ensinassem regras para atingir tal fim se mostravam proveitosos para o controle de corpos e de suas condutas. Conhecimentos oriundos de diferentes esferas das ciências naturais, mas principalmente da química, física e fisiologia sustentavam a higiene. No caso da higiene escolar, era importante ter a noção, por exemplo, do volume de oxigênio que uma criança respira durante 8 horas de sono para que os dormitórios contassem com uma área mínima de modo a comportar todo esse volume de oxigênio necessário para uma noite. A construção dos dormitórios poderia ser planejada, então, a partir do auxílio

prestado pela química e pela fisiologia. A localização da instituição, os modelos de latrinas e de cama, frequência de banhos, horários para descanso e alimentação, além de fatores que favorecessem uma adequada circulação de ar eram meios de garantir a higidez física e psíquica do aluno (ANDRADA, 1855; MAFRA, 1855; COUTINHO, 1857). Evitar os miasmas e as condições que propiciam o desenvolvimento de pestilências eram preocupações que apareciam em textos médicos. Portanto, nesse exemplo das práticas higiênicas alguns conhecimentos serviam de alicerce para a consecução de um conjunto de regras que por sua vez tinham por fim a boa formação de um corpo.

No caso da psicologia experimental e de seu auxílio prestado à educação, não há apenas uma retórica livresca de uma psicologia que sinalize ao professor como a criança pensa, sente e se comporta, mas também uma promessa de que as faculdades do espírito poderiam ser mensuradas e desta forma identificadas as deficiências dos alunos. Essa promessa se concretizaria com os exames experimentais e a construção de fichas como a carteira biográfica escolar, documentos que buscavam traduzir o funcionamento do espírito e dos órgãos dos sentidos em números que serviriam de guia para práticas pedagógicas. Se a psicologia já se encontrava presente nos manuais de pedagogia e pedologia oferecendo o seu ponto de vista psicológico para embasar essas práticas, agora, nos primeiros anos do século XX, os intelectuais brasileiros comprometidos com a educação estavam desejosos por essa psicologia experimental que carregava um status científico e era alvo de atenções nos Estados Unidos e na Europa.

Por outro lado, embora possamos compreender como a psicologia se articulou nesse conjunto de práticas de cunho disciplinar, é importante atentar também para o fato de que a psicologia no Brasil ergueu-se não a partir de um projeto mas sob um conjunto de tensões. Deixando de lado alguns padrões de discursos, as entrelinhas nos textos faziam escapar tensões nos debates em torno da psicologia. O curto tópico de Farias Brito sobre a psicologia no Brasil, os comentários de Claparède sobre o movimento pedológico na América do Sul e os textos publicados na imprensa foram exemplos aqui trabalhados e que sugerem como diferentes grupos disputavam esse saber "psychologia". Aqueles que viam na psicologia experimental uma possibilidade de fomentar uma ciência psicológica no país, isto é, um conhecimento baseado em fatos, lamentavam a oposição daqueles que consideravam esta psicologia e sua produção de laboratório

uma heresia. Nesse sentido, a instalação de laboratórios e a própria inserção de práticas experimentais acabou encontrando barreiras de outros setores da intelectualidade, em um cenário em que o perfil do psicólogo e o seu fazer ainda encontravam-se em aberto. Esse jogo de disputas, produto de divergências entre tradições intelectuais distintas, poderia ser considerado um fator que limitou nos primeiros anos do século XX uma presença mais consistente da psicologia experimental, de forma que a psicologia de um modo geral estava muito mais presente na sua eloquência discursiva do que efetivamente voltada para uma prática, seja ela experimental ou não.

Sobre essa questão que envolve uma multiplicidade de discursos em torno de uma "psychologia", impõe-se uma questão historiográfica. A psicologia que se verifica nas teses de medicina e nos manuais de psicologia e pedagogia era uma entre outras expressões "psy" que se verifica na literatura produzida no final do século XIX e começo do XX. Desta forma, se existiu uma "psychologia" experimental no Brasil nessa virada do século ela se insere em uma rede de saberes "psy" que conviveram e criaram tensões. As narrativas históricas, contudo, costumam se debruçar com mais atenção sobre o papel dos médicos e dos educadores no processo histórico da psicologia. No entanto, essas não foram as únicas formas discursivas da psicologia uma vez que outros intelectuais também se interessaram e publicaram obras discutindo sobre fenômenos psíquicos de modo geral, psicologia experimental e psicomетria, mas sob outros pressupostos que não aqueles compartilhados por médicos e educadores. Os sentidos atribuídos a determinadas categorias destoam em muito dos sentidos comumente trabalhados pelos historiadores quanto à psicologia experimental e a psicomетria. Portanto, trabalhos em história da psicologia que se proponham a investigar outros autores que não os médicos e educadores, e outras instituições além dos laboratórios e dos locais onde estes eram instalados poderiam não apenas contribuir para a nossa história mas também problematizar um modelo de narrativa que muito valoriza e celebra determinados personagens e instituições em detrimento de outras, subjacente às histórias heroicas de uma ciência que superou obstáculos e alcançou sua autonomia.

Essa tentativa de buscar uma psicologia que se constrói no interior de outros saberes e práticas implica em observar também como essa psicologia dialogou historicamente com concepções outrora muito compartilhadas. Se é verdade que

ela colaborou para uma dada representação de uma natureza da criança, não é menos verdade que ela também esteve lado a lado de uma concepção em geral bastante negativa do brasileiro, muito amparada na biologia e nas doutrinas raciais.

Mas o retrato desse brasileiro é que chama a atenção. De que brasileiro estaríamos nos referindo e que carrega em sua constituição tantas mazelas? As fotos que acompanham algumas fontes são interessantes nesse sentido. O livro de Domingos Jaguaribe sobre o seu *Instituto Psycho-Physiologico* em São Paulo, inaugurado em 1901, contém uma série de fotografias de pacientes sendo atendidos ou passando por procedimentos terapêuticos (banhos de luz, ducha, ginástica, massagem vibratória, "inalações balçamicas" etc), médicos assistindo a aulas (ou "licções") e também mostrando e divulgando as diferentes salas e pavilhões do instituto (JAGUARIBE, 1908). As fotos não são muito elucidativas quanto ao perfil dos pacientes, mas é possível constatar uma presença marcante de negros, sejam crianças ou adultos, na "clínica dos pobres". Entretanto, se o livro de Jaguaribe pode deixar certas dúvidas com relação ao público que frequentava o seu instituto, o mesmo não poderíamos afirmar da "these" de Antonio Luiz da Costa sobre as crianças "anormaes sob o ponto de vista psychico" (COSTA, 1924). Todas as fotografias inseridas ao longo de seu trabalho são de crianças negras, constando em legenda um diagnóstico que especifica o tipo de anormalidade. Se era necessária a presença da ciência nesse processo de reconstrução nacional, as intervenções baseadas nos discursos científicos, essas práticas disciplinares muito denunciadas na historiografia, se centravam principalmente nas camadas menos abastadas da população, estando a psicologia cumprindo a sua função como pano de fundo legitimador junto a outros conhecimentos.

Observar as incursões da psicologia nas diferentes obras de época é um exercício importante e necessário para se discutir historicamente o campo da psicologia. A historiografia da psicologia no Brasil dedica muitos esforços na eleição de pioneiros brasileiros que teriam contribuído para o desenvolvimento da psicologia no país. Contudo, muitos desses pioneiros estavam comprometidos com modelos e práticas que serviram para naturalizar o preconceito no país, como a eugenia e a higiene mental. Não se discutia as influências da miséria sobre o desenvolvimento infantil, mas a partir dela como agir para consertar os indivíduos

e prepará-los para o melhor convívio possível na vida de relação. As crianças que viviam em tais condições eram "infelizes" e "desgraçadas", termos comumente empregados, em um discurso que desloca a discussão para uma ortopedia física, moral e psíquica. Dito de outra maneira, a psicologia da adaptação, na qual poderíamos incluir as práticas experimentais nas escolas, necessitou de uma naturalização das questões sociais para sua própria sobrevivência.

O recrutamento da psicologia para servir de alicerce a esses discursos é algo que se constata analisando as obras publicadas na primeira metade do século XX. Se existe uma importância em mostrar ao público os personagens que se envolveram com o ensino, divulgação e prática da psicologia ao longo de sua carreira, ainda que em tom celebratório, talvez seja ainda mais importante e necessária narrativas que discutam as consequências dos discursos "psy" no plano político e social. Esses discursos se articularam a práticas que hoje certamente não nos orgulharíamos e que contrastam em muito com os princípios fundamentais e as responsabilidades do psicólogo que hoje se conhece, mas, por outro lado, seria ingênuo enxergar aquele passado como algo distante e que ficou no tempo, posto que ainda sobrevivem debaixo de outras vestimentas conceituais e de nomenclatura.

7

Referências bibliográficas

A **Notícia**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1896, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

A photographia do invisível. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1896, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

A Reforma. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 fev. 1895, p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

AINDA o ensino da pedagogia. **O Monitor**, Bahia, 19 fev. 1881, p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

ALBERTI, S. **Crepúsculo da alma**: a psicologia no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

ALMEIDA, L.P. Para uma caracterização da psicologia social brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, num. esp., p. 124-127, 2012.

ALVARENGA FONSECA. **Collecção de leis municipaes e vetos de 1898**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., 1899. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ANDRADA, J.B.C. **Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos**: regras principaes tendentes á conservação da saude e do desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios. These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J.Villeneuve, 1855.

ANGELL, J.R. **An introduction to psychology**. New York: Henry Holt and Company, 1920.

ANTUNES, M.A.M. BOMFIM, Manoel José do (1868-1932). In: CAMPOS, R.H.F. **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil**: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Brasília: CFP, 2001, p. 92-94.

_____. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5.ed. São Paulo: Educ, 2012.

APPARELHO metrico escolar. **Revista Pedagógica**, Rio de Janeiro, Tomo IX, n.47, p.219-226, 15 mar. 1896.

ARAÚJO, S.F. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Scientiae Studia**, vol. 7, n. 2, p. 209-220, 2009.

ARAÚJO, S.F. Wilhelm Wundt e o estudo da experiência imediata. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p. 107-118.

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**: da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

AUSTREGESILO, A. **Preceitos e conceitos**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

AZEVEDO, N.C. **Psicologia educacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

BANDEIRA FILHO, A.H.S. Uma renovação litteraria entre nós. **Revista Brasileira**, Tomo I, Ano 1, p.80-180, 1879. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BARBOSA, D.R. Contribuições para a construção da historiografia da psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 32 (num. esp.), p.104-123, 2012.

BARROS, R.D.B.; JOSEPHSON, S.C. A invensão das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p. 501-522.

BENJAMIN, L.T. **Uma breve história da psicologia moderna**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

BIBLIOGRAPHIA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1877. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BINET, A. **A alma e o corpo**. Lisboa: Antiga Casa Bertrand-José Bastos & C.^a, 1909.

BINET, A.; THEODORE, S. **Testes para medida do desenvolvimento da inteligência**. 2.ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1929.

BOMFIM. M. **O facto psychico**: objecto da psychologia. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1904.

_____. **A america latina**: males de origem. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora S.A.A Noite, 1905.

_____. **Noções de psychologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

BORING, E.G. **A history of experimental psychology**. 2.ed. New York: Appleton-Century-Crofts, INC., 1950.

BOULITTE, G. **Etablissements G.Boulitte**. Catalogue A. Paris: 1928.

BRANDÃO, J.C. **Delirio systematisados**: these apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia Carioca: Rio de Janeiro, 1887.

BRAUNSTEIN, J.F.; PEWZNER, E. **História da psicologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BROWER, M.B. **Unruly spirits: the science of psychic phenomena in modern France**. Urbana: University of Illinois Press, 2010.

BUCHNER, E.F. A quarter century of psychology in America: 1878-1903. **The American Journal of Psychology**, vol. 14, p. 402-416, 1903.

CABRAL, A.C.M. A psicologia no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. **História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ:Conselho Federal de Psicologia, 2004, p.33-70.

CAMARA, S. **Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMPOS, R.H.F. (Org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Brasília: CFP, 2001.

CARVALHO, J.M. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

CASTRO, A.C.; CASTRO, A.G.; JOSEPHSON, S.C.; JACÓ-VILELA, A.M. Medir, classificar e diferenciar. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p.301-326.

CENTOFANTI, R. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.3, n.1, 1982.

_____. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicométrica. **Psicol. educ.**, n.22, p.31-52, 2006.

_____. **O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo: 1914-2014**. São Paulo: 2014.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CLAPARÈDE, E. **Psicologia da criança e pedagogia experimental: introdução, histórico, problemas, métodos, desenvolvimento mental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1940.

CONFERENCIA. **Reformador**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1885. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CONSELHO municipal. **O Tempo**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1893, p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

COSTA, A.L. **Assistencia as creanças anormaes (sob o ponto de vista psychico)**: these apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Livraria e Typ. do Commercio, 1924.

COSTA, F.L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP**, vol.42, n.5, p.829-874, 2008.

COSTE, A. **Phenomenos psychicos occultos**: estado actual da questão. Rio de Janeiro: H.Garnier, 1903.

COUTINHO, C.T. **Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos**: Regras principaes tendentes á conservação da saude, e do desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios. These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

CUKIERMAN, H. **Yes, nós temos Wundt**: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.

EBBINGHAUS, H. **Psychology**: an elementary text-book. Boston: D.C. Heath & Co., Publishers, 1908.

ESCOLA Normal de São Paulo. **Psychologia e psychotechnica**: publicação do laboratório de psychologia experimental. São Paulo: Typ. Siqueira, 1927.

ESPÍRITO SANTO, A.A.; JACÓ-VILELA, A.M. Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: JACÓ-VILELA, A.M. (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2011, p.205-207.

ERNANI, L. **Estudo clinico do complexo estupor em neuro-psychiatria**: these de concurso para o lugar de professor substituto da 19 secção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1922.

ERNY, A. **O psychismo experimental**: phenomenos psychicos. Rio de Janeiro: H.Garnier, 1894.

FARIA DE VASCONCELLOS, A.S. **Lições de pedologia e pedagogia experimental**. 2.ed. Porto: Chardron; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

FARIAS BRITO, R. **A base physica do espirito**: historia summaria do problema da mentalidade como preparação para o estudo da philosophia do espirito. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912.

FERNANDES, A.L.C. A Revista Pedagógica e a configuração do campo pedagógico no Brasil no final do século XIX. In: MIGNOT, A.C.V. (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet:FAPERJ, 2013, p.165-195.

FERREIRA, A.A.L.; Silva, A.S.; STAROSKY, M. O funcionalismo: a psicologia nos trilhos da adaptação. In: FERREIRA, A.A.L. (Org.). **A pluralidade do campo psicológico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 71-90.

FERREIRA, A.A.L.; GUTMAN, G. O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p. 139-158.

FONTENELLE, J.P. **Hygiene mental e educação**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1925.

FRANCO, C. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

FREEDHEIM, D. K.; WEINER, I. B. **Handbook of psychology**: history of psychology. 2.ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2003.

GEENEN, H. **Compendio de psychologia**: organizado segundo o Programma do exame de admissão ás Faculdades de Direito e de Medicina. 2.ed. São Paulo: 1913.

_____. **Compendio de psychologia**. 3. ed. São Paulo: Cia. Graphico - Editora Monteiro Lobato, 1925.

GOODWIN, C.J. **História da psicologia moderna**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

GONDRA, J.G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, vol.26, n.1, p.99-117, 2000.

HALL, G.S. **Founders of modern psychology**. New York: D. Appleton and Company, 1912.

HERGENHAHN, B.R. **An introduction to the history of psychology**. California: Cengage Learning, 2009.

INSTRUÇÃO municipal. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1902, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

INSTRUÇÃO pública. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1877, p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

JACÓ-VILELA, A.M. História da psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol.32 (num.esp), p.28-43, 2012.

JACÓ-VILELA, A.M.; ESCH, C.F.; COELHO, D.A.M.; REZENDE, M.S. Os estudos médicos no Brasil no século XIX: contribuições à psicologia. **Memorandum**, vol. 7, p. 138-150, 2004.

JAGUARIBE, D. **Instituto Psycho-Physiologico de São Paulo**. São Paulo: Casa Garraux, 1908.

_____. **As bases da moral**: estudo de psychologia physiologica. São Paulo: Typographia Abreu, 1913.

JAMES, W. **The principles of psychology**, vol. 1. New York: Dover Publications, Inc., 1950.

_____. Apelo para que a psicologia seja uma "ciência natural". **Scientiae Studia**, vol.7, n.2, p.317-324, 2009.

JASPERS, L. **Psychologia e logica**. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1921.

KOFFKA, K. **Princípios de psicologia da gestalt**. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

KUHLMANN, M. O Pedagogium: sua criação e finalidades. In: MIGNOT, A.C.V. (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet:FAPERJ, 2013, p.25-42.

LADD, G.T. **Primer of psychology**. New York: Charles Scribner's sons, 1894.

LE GOFF, J. Antigo/moderno. In: _____. **História & memória**.7.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.161-191.

LINGUAGEM em lições de cousas. **Revista Pedagógica**, Rio de Janeiro, Tomo VI, n.31,32,33, p.115-118, 15 mar. 1894.

LOURENÇO FILHO, M.B. A psicologia no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. **História da psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ:Conselho Federal de Psicologia, 2004, p.71-108.

MAFRA, J.J.O. **Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos**: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios. These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Dous de Dezembro, 1855.

MAGALHÃES, A.F. **Noções de pedologia**. Bahia: A Nova Graphica, 1927.

MAGALHÃES, B. **Tratamento e educação das creanças anormaes de intelligencia**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1913.

_____. **A educação da infancia normal e das creanças mentalmente atrasadas na america latina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MAGALHÃES, D.J.G. **A alma e o cerebro**. Rio de Janeiro: Livraria de B.L. Garnier, 1876.

MAGALHÃES, P. **A psychologia das attitudes**: um ensaio de critica social. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923.

MAGALHÃES, V. **Lições de pedagogia**: primeira parte - psychologia. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MASSIMI, M. **História da psicologia brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

_____. O processo de institucionalização da psicologia no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p. 181-190.

MEDEIROS, M. **Psychotherapia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.
METHODO e processo deste systema de educação. **Revista Pedagógica**, Rio de Janeiro, Tomo I, n.4, p.230-231, 15 jan. 1891.

METHODO philosophico e sua influencia. **O Monte-Alegrense**, Monte-Alegre, 16 mai. 1886. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

MONARCHA, Carlos. Sobre Clemente Quaglio (1872-1948): notas de pesquisa Patrono da Cadeira nº 31 "Clemente Quaglio". **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, vol. 27, n. 2, p. 25-34, 2007.

MONCORVO FILHO, C.A. **Historico da protecção á infancia no Brasil 1500-1922**. 2.ed. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora Paulo, Pongetti & Cia., 1926.

NOTAS bibliographicas. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1904, p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

O dr. Barbosa Lima. **A Noticia**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1903, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

O prof. Dumas e as suas proximas conferencias sobre neurologia. **A Epoca**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1917. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

OLINTO, P. **Contribuição ao estudo da associação das ideias**: these apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1910.

_____. A psicologia experimental no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. **História da psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ:Conselho Federal de Psicologia, 2004, p.25-31.

OLIVEIRA, L.A. Infância pobre no Brasil: a importância dos discursos psicologicos nas instituições para menores. In: JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR,

F.; RODRIGUES, H.B.C. (Orgs.). **Clio-psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ,NAPE, 1999, p.193-207.

OLIVEIRA, L.R.G.; PORTUGAL, F.T. A emergência da psicologia na Revista Pedagógica. **Mosaico: estudos em psicologia**, vol.4, n.1, p.50-58, 2010.

PATTO, M.H.S. Ciência e política na Primeira República: origens da psicologia escolar. In: JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C. (Orgs.). **Clio-psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ,NAPE, 1999, p.317-349.

PENNA, A.G. **História da psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1992.

PHANEG, G. **Methodo da clarividencia e psychometria**: memórias de um psychometra. São Paulo: Typographica Editora O Pensamento, 1923.

PHILOSOPHIA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1871, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

PIÈRON, H. **Dicionário de psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1966.

PILLSBURY, W.B. **The history of psychology**. New York: W.W.Norton & Company, Inc., 1929.

PINHEIRAL, R. Pedagogium. In: JACÓ-VILELA, A.M. (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2011, p.375-376.

PONTOS de psychologia. 2.ed. Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1928.

PORTUGAL, F.T. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol.10, n.2, p. 596-612, 2010.

PROBLEMAS de moral social. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 1876, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PROBLEMAS de moral social. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 mai. 1876, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

QUAGLIO, C. **Estudos de psychologia experimental e pedagogica**. São Paulo, 1921.

QUEIROZ, J.S.; PEREIRA, J.J.; COUTO, A.M. **Theses philosophicas sobre a psychologia do homem as quaes se propoem defender em publico no imperial seminario de S. Joaquim**. Rio de Janeiro: Typographia da Astrea, 1830.

REFLEXÕES sobre o ensino. **Revista do Ensino**, Ouro Preto, 27 nov. 1886, p.6. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

RIVERETO, H. **As curas psychicas e o professor Mozart**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, Spicer & C., 1925.

ROCHA, N.M.D. Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). In: JACÓ-VILELA, A.M. (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2011, p.202-204.

ROSA, A.; HUERTAS, J.; BLANCO, F. **Metodología para la historia de la psicología**. Madri: Alianza Editorial, 1996.

ROXO, H. **Duração dos actos psychicos elementares nos alienados**: these apresentada a Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900.

_____. **Manual de psiquiatria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

SCHULTZ. D.P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SCHWARCZ, L.M. As marcas do período. In: _____. (Org.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 19-34.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCIENCIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1875, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

SCIENCIAS, letras e artes. **Diario de Belem**, Belem, 3 jan. 1883, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

SOARES, A.R. A psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, num. esp., p.8-41, 2010.

SPENCER, H. **The principles of psychology**, vol. 1. New York: D. Appleton and Company, 1890.

THEATRO lyrico. **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, 3 jul. 1892. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

THEATRO lyrico. **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1892. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

THEATROS e...**Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1892, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

TITCHENER, E.B. Two recent criticism of 'modern psychology'. **The Philosophical Review**, vol.2, n.4, p. 450-458, 1893.

_____. Postulates of a structural psychology. **The Philosophical Review**, vol. 7, n.5, p. 449-465, 1898.

_____. The problems of experimental psychology. **The American Journal of Psychology**, vol.16, n.2, p. 208-224, 1905.

_____. On "psychology as the behaviorist views it.". **American Journal of Psychology**, vol.53, n.213, p. 1-17, 1914.

_____. **A beginner's psychology**. New York: Macmillan Company, 1915.

_____. Applied psychology. **Science**, vol.49, n.1259, p. 169-170, 1919.

_____. Psychology: science or technology?. **Popular Science Monthly**, vol.84, p.39-51, 1914.

_____. **A text-book of psychology**. New York: The Macmillan Company, 1928.

_____. **Experimental psychology: a manual of laboratory practice**, vol. 1. New York: Johnson Reprint Corporation, 1971.

UM curso de psychologia experimental. **A Noticia**, Rio de Janeiro, 2 mai. 1916, p.1.

UM novo livro. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1875, p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

VÁZQUEZ, A.S. **Filosofia da praxis**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VELLOSO, M.P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 351-386.

VIDAL, F. "A mais útil de todas as ciências". Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2013, p. 55-81.

VIEIRA, R.C.; CAMPOS, R.H.F. Notas sobre a introdução, recepção e desenvolvimento da medida psicológica no Brasil. **Temas em psicologia**, vol.19, n.2, p. 417-425, 2011.

VIEIRA DE MELO, B. **Escolas ao ar livre e colonias de férias para deveis. Escolas especiaes para tardos (anormaes intellectuaes)**. São Paulo: Casa Espindola, 1917.

WARREN, H.C. **Diccionario de psicologia**. México: Fondo de Cultura Economica, 1948.

WILDE, O. **O retrato de Dorian Gray**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1972.

WUNDT, W. **Outlines of psychology**. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1897.

XADREZ. **A Noticia**, Rio de Janeiro, 29 nov. 1896, p.2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

ZIMMERMANN, E. **Psychologische und physiologische apparatus.** Liste XV.
Leipzig: 1897.